



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

**THALES DE MEDEIROS RIBEIRO**

**JOGO NAS REGRAS, JOGO SOBRE AS REGRAS: JOGO,  
VALOR E REAL DA LÍNGUA NA OBRA DE MICHEL  
PÊCHEUX**

**CAMPINAS,  
2016**

**THALES DE MEDEIROS RIBEIRO**

**JOGO NAS REGRAS, JOGO SOBRE AS REGRAS: JOGO, VALOR E  
REAL DA LÍNGUA NA OBRA DE MICHEL PÊCHEUX**

**Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto  
de Estudos da Linguagem da Universidade  
Estadual de Campinas para obtenção do título de  
Mestre em Linguística.**

**Orientador: Prof. Dr. Lauro José Siqueira Baldini**

**Este exemplar corresponde à versão final da  
Dissertação defendida pelo aluno Thales de Medeiros  
Ribeiro e orientada pelo Prof. Dr. Lauro José  
Siqueira Baldini.**

**CAMPINAS,  
2016**

**Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s):** CNPq, 163766/2014-2

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem  
Crisllene Queiroz Custódio - CRB 8/8624

R354j Ribeiro, Thales de Medeiros, 1990-  
Jogo nas regras, jogo sobre as regras : jogo, valor e real da língua na obra de Michel Pêcheux / Thales de Medeiros Ribeiro. – Campinas, SP : [s.n.], 2016.

Orientador: Lauro José Siqueira Baldini.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Pêcheux, Michel, 1938-1983. 2. Ideias linguísticas - História. 3. Análise do discurso. 4. Jogo (Filosofia). 5. Valores. 6. Linguagem e línguas - Filosofia. I. Baldini, Lauro José Siqueira, 1972-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

#### Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** Play within the rules, play with the rules : game, value and real of langue in the works of Michel Pêcheux

**Palavras-chave em inglês:**

Pêcheux, Michel, 1938-1983

Linguistic ideas - History

Discourse analysis

Play (Philosophy)

Values

Language and languages - Philosophy

**Área de concentração:** Linguística

**Titulação:** Mestre em Linguística

**Banca examinadora:**

Lauro José Siqueira Baldini [Orientador]

Claudia Regina Castellanos Pfeiffer

Bethania Sampaio Corrêa Mariani

**Data de defesa:** 11-04-2016

**Programa de Pós-Graduação:** Linguística

BANCA EXAMINADORA:

Lauro José Siqueira Baldini

Claudia Regina Castellanos Pfeiffer

Bethania Sampaio Corrêa Mariani

Maria Fausta Cahyba Pereira de Castro

Ana Cláudia Fernandes Ferreira

IEL/UNICAMP  
2016

**Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no processo de vida acadêmica do aluno.**

Uma geração que esbanja, censura, boicota, evita, persegue e condena seus artistas e intelectuais — em sentido amplo, refiro-me a todos aqueles que tomam as linguagens como lugar de luta política e de resistência — é, sem dúvida, uma geração condenada ao silêncio e ao ensurdecimento... uma aterradora insistência na surdez vem a se instalar no lugar do mestre. Dedico este trabalho à Thaís Ivana de Medeiros e a Ivan Medeiros Masocatto.

## AGRADECIMENTOS

Costumamos imaginar, com admiração ou compaixão, o Escritor heroico e solitário que, isolado em um quarto de memórias, expende suas forças (sua vida) sobre o Texto. No entanto, desde o nome e a assinatura, o escrito marca, do interior mesmo de sua materialidade, a insistência do Outro, a insistência de um outro. Logo, o espaço de uma Lei e de uma Memória que estão grafados no corpo do Texto... Na *Demanda do Santo Graal*, quando Morderete, Galvão e Gariete entraram na câmara onde Lancelot estivera preso, na casa de Morgana, maravilharam-se com as imagens e com as letras pintadas na parede por este cavaleiro. Os letreiros e as imagens apontavam — cada qual a sua maneira — para os feitos do cavaleiro e para a história de amor entre Artur, a rainha e Lancelot. Analogamente, poderíamos considerar que o Texto é, ao mesmo tempo, uma história de amor e uma história de nações, de sonhos, de delírios; uma história de povos e de lutas. Nesse curto espaço, presto meus agradecimentos a todos aqueles (os nomeados, os não nomeados, os inomináveis e os indistintos; os vivos e os mortos) cujas vozes ecoam profundamente na tessitura desse escrito.

Gostaria de agradecer a Lauro Baldini, meu orientador, pela sua amizade, pela sua escuta (e suas intervenções) e pelo respeito que sempre demonstrou ao meu trabalho. Seu *ensino*, inusitado, sempre nos instiga a tentar olhar para as “coisas” para além de qualquer forma de obviedade, dogmatismo ou estereótipo. Trabalhar ao seu lado não foi apenas fazer pesquisa (desconfiemos dessa palavra, pois *quem não procura, acha*), mas uma verdadeira e profunda experiência de *desaprender* os sentidos postos, cristalizados (nenhum escrito pôde me remeter mais a seu ensino do que a conclusão de *Aula*): “há uma idade em que se ensina o que se sabe; mas vem em seguida outra, em que se ensina o que não se sabe: isso se chama *pesquisar*. Vem talvez agora a idade de uma outra experiência, a de *desaprender*, de deixar trabalhar o remanejamento imprevisível que o esquecimento impõe a sedimentação dos saberes, das culturas, das crenças que atravessamos”. Pois bem, meu caro, estamos diante do fim da partida, do momento de concluir? (Há um momento para concluir o que quer que seja? Passado o tempo para compreender o momento de concluir, é o momento de concluir o tempo para compreender?). Só o seu ensino pôde me mostrar que minha errância era também a minha orientação e que devemos (ou deveríamos) supor que as coisas sejam “um pouco mais complicadas do que isso”. Agradeço o seu riso e a sua seriedade (nem sempre em momentos distintos).

Agradeço a Karine, eterna companheira nas veredas desse insólito mundo, pelo carinho com que sempre me escuta (e me questiona), pela insistência em me fazer enxergar

que eu não sou sozinho, logo que o Criador não sou eu. Escrevemos a dois... “como cada um de nós era vários, já era muita gente. Utilizamos tudo o que nos aproximava, o mais próximo e o mais distante. Distribuimos hábeis pseudônimos para dissimular. Por que preservamos nossos nomes? Por hábito, exclusivamente por hábito. Para passarmos despercebidos. Para tornar imperceptível, não a nós mesmos, mas o que nos faz agir, experimentar ou pensar. E, finalmente, porque é agradável falar como todo mundo e dizer o sol nasce, quando todo mundo sabe que essa é apenas uma maneira de falar. Não chegar ao ponto em que não se diz mais EU, mas ao ponto em que já não tem qualquer importância dizer ou não dizer EU. Não somos mais nós mesmos. Cada um reconhecerá os seus. Fomos ajudados, aspirados, multiplicados” (Deleuze e Guattari, *Mil platôs I*). Agradeço, sobretudo, seu amor incondicional.

A Leonardo, pela troca de trechos e roupas, pelo exame cirúrgico (quase filológico) das datas e citações trocadas, por me suportar durante todo esse tempo com tanta paciência. Enfim, por nosso encontro. (Não haveria palavras para agradecê-lo com justeza; se não tivesse encontrado o que você escreveu belamente alhures): — “Trocamos algumas palavras, falamos sobre o tempo, trocamos elogios, uns acenos com a cabeça, uns desvios de olhares, uns mutismos que muito diziam. Esses encontros foram se dando ao acaso, poderiam ou não ter acontecido, pois em questão de encontros não há garantias. Nosso embarque também se deu assim, fruto do encontro, fruto de um salto — aliás, o que é o *ser*, senão fruto do encontro, do salto? Todo encontro será efeito de outros encontros ao infinito: aqui aconteceu assim; ali, não. Se não há garantias, um encontro pode vir a não ter lugar: poderíamos ter perdido o trem, errado o salto, esperado (em vão?) por sabe-se lá qual outra máquina. Mas ali — ali, sim, naquele momento, o encontro se deu”.

À Laís, minha mãe, por ter me confortado com tanta paciência e alegria nos dias mais insípidos, secos e sombrios. (Nunca me esquecerei do dia em que segui o meu caminho em direção a uma nova paisagem): “e se, acaso distraído eu perguntasse ‘para onde estamos indo?’ — não importava que eu, erguendo os olhos alcançasse paisagens muito novas, quem sabe menos ásperas, não importava que eu, caminhando, me conduzisse para regiões cada vez mais afastadas, pois haveria de ouvir claramente de meus anseios um juízo rígido, era um cascalho, um osso rigoroso, desprovido de qualquer dúvida: ‘estamos indo sempre para casa’” (Raduan Nassar, *Lavoura Arcaica*).

A meu pai, Celso, pelo seu amor e pelo carinho com que sempre me recebe, pela proximidade que sinto mesmo em distância (foi em sua casa que pude ler os seguintes dizeres ditos de um pai ao seu filho... e eu os sentia como uma espécie de transcrição do seu olhar

absorto): “e, circunstancialmente, entre posturas, mais urgentes, cada um deve sentar-se num banco, plantar bem um dos pés no chão, curvar a espinha, fincar o cotovelo do braço no joelho, e, depois, na altura do queixo apoiar a cabeça no dorso da mão, e com olhos amenos assistir ao movimento do sol e das chuvas e dos ventos, e com os mesmos olhos amenos assistir à manipulação misteriosa de outras ferramentas que o tempo habilmente emprega em suas transformações, não questionando jamais sobre seus desígnios insondáveis, sinuosos, como não se questionam nos puros planos das planícies as trilhas tortuosas, debaixo dos cascos, traçadas nos pastos pelos rebanhos: que o gado sempre vai ao poço” (Raduan Nassar, *Lavoura Arcaica*).

Aos meus familiares, que sempre me apoiaram. Agradeço, em particular, a Thomaz e a Miriam.

À Tyara, pela amizade e companhia nos dias de sol (de Campinas!) e (capa de) chuva, pelas surreais discussões sobre o real, pelas tardes althusserianas e pelas noites “helenísticas”.

Aos amigos e colegas do Instituto de Estudos da Linguagem, particularmente à Aline, Bruno, Laise, Patricia e Valeria. Sinto-me profundamente grato por todos os momentos em que passamos juntos durante esses dois longos anos.

Aos docentes da Unicamp, a quem tive a honra de poder escutar: Claudia Pfeiffer, Maria Fausta Pereira de Castro, Sheila Elias de Oliveira e Suzy Lagazzi. Agradeço também aos docentes e amigos da FEPI, em especial: Alba Caldas, Celso Coelho, Cibele Rosa, Giuliana Capistrano e Jacinta Fernandes. Suas aulas foram sentidas como uma verdadeira revolução teórica em meu percurso acadêmico.

Às professoras da minha banca de qualificação, Claudia Pfeiffer e Maria Fausta Pereira de Castro, cujos riquíssimos comentários contribuíram profundamente para o fechamento deste trabalho. E às professoras Bethania Mariani e Claudia Pfeiffer pelas riquíssimas contribuições, comentários e provocações feitas na defesa desta dissertação.

A CAPES, pelo financiamento desta pesquisa entre os meses de março e outubro de 2014.

Ao CNPq, pelo financiamento desta pesquisa entre os meses de novembro de 2014 e fevereiro de 2016.

## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo empreender um gesto de leitura sobre a relação entre o *jogo*, o *valor* e o *real da língua* em trabalhos de Michel Pêcheux. Para tanto, inserimo-nos no quadro teórico-metodológico da História das Ideias Linguísticas em relação com conceitos e dispositivos teóricos e analíticos da Análise de Discurso. Diante da produtividade específica entre as duas disciplinas, o *arquivo de leitura* desta pesquisa é constituído de recortes de enunciados que textualizam a relação entre o jogo, o valor e o real da língua na obra de Pêcheux. Tais recortes são tomados em relação a um “conjunto de conhecimentos antecedentes” (os horizontes de retrospectão) que sustenta a formação de uma rede conceitual. Segundo esse lugar de observação, partimos de *três fundamentos teóricos*: 1) a tensão da memória com a atualidade (PÊCHEUX, [1988] 2012); 2) a formação do conceito no interior das obras em face de condições históricas gerais e específicas; e 3) a problematização do valor instrumental dos conceitos em um domínio de saber dado. Contra a via humanista, Pêcheux retornou à problemática do jogo, tomando Saussure, Jakobson e os “estruturalistas” enquanto uma rede de filiação que compreende o jogo produzido no funcionamento da linguagem, radicalmente distante dos desejos deliberados do falante de domesticar a língua. Nessa série de retomadas a uma dispersa “tradição” anti-humanista, o jogo instaura a *dissolução* do próprio saber do linguista.

**Palavras-chave:** Análise de Discurso. História das Ideias Linguísticas. Michel Pêcheux. Jogo. Real da Língua.

## ABSTRACT

This dissertation aims to construct a reading gesture about the relation between the *game*, the *value* and the real of *langue* in works of Michel Pêcheux. For that, we are based on the theoretical framework of the History of Linguistic Ideas in dialogue with the theoreticians and analytical gadgets of Discourse Analysis. Our *archive of reading* is constituted by *recortes* [discursive pieces] of utterance that show the relation between the game, the value and the real of *langue* in works of Michel Pêcheux. Those *recortes* are captured in a net of “historical knowledges” (*l’horizon de rétropections* [horizon of retrospection]) that maintains the formation of a conceptual net. According to that place of observation, we start from *three theoretical foundations*: 1) the tension between a memory and an actuality (PÊCHEUX, [1988] 2012); 2) in front of general and specific historical conditions, the formation of a concept in theoretical works; and 3) the problematic constitution of the instrumental value of concepts in a certain knowledge domain. Against the humanist route, Pêcheux came back to problematic of game considering Saussure, Jakobson and the “structuralists” like a filiation that understand the game produced in the language operation, radically distant of the deliberated desires of the speaker that command the *langue*. In those series of retaking to the certain anti-humanist “tradition”, the game establishes the *dissolution* of the linguist’s knowledge.

**Keywords:** Discourse Analysis. History of Linguistic Ideas. Michel Pêcheux. Game. Real of *langue*.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	10
<b>1 INTRODUÇÃO</b>	16
<b>2 HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS E ANÁLISE DE DISCURSO</b>	23
<b>2.1 Procedimentos teóricos e analíticos</b>	30
<b>2.1.1 O ponto de encontro de uma memória e de uma atualidade</b>	31
<b>2.1.2 As condições históricas gerais e específicas</b>	37
<b>2.1.3 O valor instrumental dos conceitos em história das ciências</b>	38
<b>3 RETORNO A SAUSSURE: PÊCHEUX, LEITOR DE SAUSSURE</b>	41
<b>3.1 Um pássaro de fogo nos utensílios domésticos da linguística</b>	56
<b>3.2 As verdades de Alonso Quijana: uma aventura do olhar</b>	76
<b>3.2.1 O estruturalismo sitiado e o “efeito Saussure”</b>	87
<b>4 O JOGO NA BOTA DO MESTRE E OUTROS JOGOS</b>	93
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: JOGO NAS REGRAS E JOGO SOBRE AS REGRAS</b>	105
<b>REFERÊNCIAS</b>	113

## APRESENTAÇÃO

Michel Pêcheux<sup>1</sup> (1938-1983) foi um filósofo francês e reconhecido como fundador da análise de discurso (daqui em diante, AD) na França<sup>2</sup>. Pêcheux era um germanista antes de sua entrada na *École Normale Supérieure* (ENS) em 1959, onde o ensino de Louis Althusser foi sentido como uma verdadeira transformação política na trajetória intelectual do autor. Seguindo o caminho aberto por Althusser em sua leitura de Karl Marx, Pêcheux tomou a teoria da ideologia como problemática central em suas pesquisas.

Pêcheux foi agregado em filosofia em 1963 e licenciado em psicologia em 1965. Em outubro do ano de 1966, iniciou suas pesquisas no laboratório de psicologia social de Robert Pagès. Na mesma época, o autor se envolveu com a publicação de artigos nos *Cahiers pour l'Analyse* — revista de marxismo, epistemologia e psicanálise editada pelo *Cercle d'Epistemologie* da ENS (um pequeno grupo de alunos de Althusser do qual Pêcheux foi membro). No 2º e 8º volume dessa revista, ele publicou artigos sob o pseudônimo Thomas Herbert: « Réflexions sur la situation théorique des sciences sociales et, spécialement, de la psychologie sociale » [1966] e « Remarques pour une théorie générale des idéologies » [1968]. O primeiro texto produziu uma reflexão sobre as condições de produção das ciências ditas sociais, particularmente da psicologia social. Já o segundo propunha uma “análise estrutural da ideologia numa formação social” (HERBERT [PÊCHEUX], [1968] 1995, p. 82). Paralelamente a esses dois textos, Pêcheux publicou artigos escritos entre 1966 e 1968 sobre a AD que circularam em revistas de psicologia, entre os quais destacamos « Analyse de contenu et théorie du discours » (publicado em 1967 no *Bulletin du Centre d'Études et de Recherches Psychotechniques*) e « Vers une technique d'analyse du discours » (publicado em 1969 na revista *Psychologie Française*).

---

<sup>1</sup> Todos os trabalhos desse autor são citados com a *data da primeira publicação* entre colchetes (exceto se a edição utilizada for a primeira). Os textos de Michel Pêcheux são referenciados no final da dissertação em uma lista à parte e apresentados em ordem cronológica.

<sup>2</sup> Em “Elementos para uma história da análise do discurso na França”, Denise Maldidier (2010) afirma que o início da AD, na França, é marcado por uma dupla fundação que foi protagonizada, de um lado, por Jean Dubois e, de outro, por Michel Pêcheux. No entanto, esses dois autores se situavam em campos diferentes e tinham preocupações teóricas radicalmente distintas. Maldidier (2010, p. 13) ressalta que, do lado de Dubois, a instituição da AD é pensada em um *continuum* ao campo da lexicologia: “a passagem do estudo das palavras (lexicologia) ao estudo do enunciado (análise do discurso) é ‘natural’, é uma extensão, um progresso permitido pela linguística. A AD, em suma não terá sido senão um lance de seu caminho científico”. Do lado de Pêcheux, a AD foi compreendida como um corte epistemológico com a ideologia dominante nas ciências humanas e sociais (especialmente a psicologia social): “o objeto discurso, que reformula a fala saussuriana na sua relação com a língua, implica, de acordo com a fórmula althusseriana, uma mudança de terreno” (MALDIDIER, 2010, p. 13). Para uma introdução à história da AD na França, cf. também o livro *A análise do discurso: história e práticas* de Francine Mazière (2007).

Antes de 1968, a relação de Pêcheux com Antoine Culioli e Catherine Fuchs o levou a se misturar com mais ímpeto aos debates de linguistas, questão que marcou todo seu percurso teórico. Em 1969, publicou sua tese de doutorado (de terceiro ciclo, em Sorbonne) em Psicologia Social intitulada *Analyse automatique du discours* na coleção *Sciences du comportement* dirigida por Françoise Bresson e Maurice Montmollin. No ano de 1968, começou a atuar como investigador do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS), tornando-se diretor de investigações em 1975. Após a publicação de seu principal livro, *Les vérités de La Palice: Linguistique, sémantique, philosophie*, em que questiona a relação entre filosofia, semântica e discurso, Pêcheux, ao lado de Paul Henry e Michel Plon, dedicou-se a apresentação do seminário intitulado « Recherches sur la théorie des idéologies », que durou de janeiro de 1976 até junho de 1979 (MALDIDIER, 2003).

No CNRS, juntamente com um grupo de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento (como informática, história e linguística), Pêcheux desenvolveu projetos sobre a AD materialista, como o projeto coletivo denominado ADELA (*Analyse de Discours et Lecture d'Archive*). No início dos anos 80, o autor abriu, em diversos artigos, uma série de interrogações e questionamentos para a AD<sup>3</sup>.

Para Maldidier, na virada da década de 1970 para a de 1980, o colóquio *Matérialités Discursives* marcou um novo ponto de partida para a AD. O colóquio aconteceu em Nanterre, nos dias 24, 25 e 26 de abril de 1980. Ao lado de Bernard Conein, Jean-Jacques Courtine, Françoise Gadet e Jean-Marie Marandin, Pêcheux participou diretamente da organização do evento, fazendo a alocação de abertura (« Questions initiales » e « Ouverture du colloque ») e guiando os eixos de discussão ao final do evento. As intervenções do colóquio se organizaram em torno de cinco temas: 1) para onde vai a análise de discurso?; 2) discurso e história; 3) discurso e lógica; 4) discurso e linguística<sup>4</sup>; 5) discurso e psicanálise. Uma mesa-redonda sobre “discurso-história-língua” encerrou o evento. Na publicação do livro *Matérialités Discursives*, um texto chamado « La frontière absente (un bilan) », escrito pelos organizadores, retomou todas as apresentações e produziu um balanço geral das discussões que marcaram os três dias do colóquio.

<sup>3</sup> Sobre o percurso intelectual de Pêcheux e sobre a sua produção bibliográfica, cf., particularmente, a reunião de textos de Pêcheux, escolhidos e apresentados por Denise Maldidier (2003) em *A inquietação do discurso* e o livro *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar* organizado Freda Indursky e Maria Cristina Leandro Ferreira (2007). Cf. também a reunião de artigos de Michel Pêcheux organizada por Eni Orlandi (2011).

<sup>4</sup> Nesse eixo, Pêcheux apresentou o artigo « L'énoncé : enchâssement, articulation et déliaison » em que trabalhou a hipótese de uma divisão histórica nas formas de escrita do enunciado. Jorge Luis Borges e James Joyce seriam o exemplo de um jogo com duas práticas sintáticas diversas, o encaixe (*enchâssement*) e o desligamento (*déliation*).

De acordo com Malidier (2003, p. 71), “o texto de lançamento do colóquio, redigido em junho de 1979, se despedia, não sem ferocidade, da ‘teoria do discurso’ apresentada como um ‘fantasma teórico unificador’”. Pêcheux endereçava a sua provocação não somente à AD, mas também aos trabalhadores dos campos da Linguística, da História e da Psicanálise, afirmando que a existência de um real próprio a cada campo produz, ao mesmo tempo, um *terreno de encontros problemáticos e a impossibilidade de articulação desses campos*.

Matérialités discursives : quelles matérialités se trouvent mise en jeu dans l’analyse des faits de discours par l’histoire, la psychanalyse et la linguistique ?

Il y a un *réel* de la langue.

Il y a un *réel* de l’histoire.

Il y a un *réel* de l’inconscient.

Cette triple assertion, où se manifeste un rapport problématique au *réel*, exclut d’emblée qu’une position théorique vienne y organiser son dispositif de réponses : il s’agit plutôt de résister par là au système des fausses réponses contournant la matérialité **de ce qui est en-jeu dans la langue**. (PÊCHEUX, 1981b, p. 11, itálico do autor, negrito nosso).

O questionamento que Pêcheux faz à tentativa de articulação dos campos do Materialismo Histórico, da Psicanálise e da Linguística já podia ser sentido em sua retificação ao livro *Semântica e Discurso* escrita em 1978, mas publicada somente em 1982 como anexo (o “Anexo 3”) à edição inglesa. Nesse texto, o autor afirma que a tentativa política de articulação do triplo campo da Linguística, do Marxismo e da Psicanálise — em que a própria AD não estava isenta<sup>5</sup> na época do “estruturalismo filosófico dos anos 60” — foi o *sintoma* de que alguma não ia bem e, simultaneamente, ia bem demais: “não há fumaça sem fogo” (PÊCHEUX, [1982] 1995).

<sup>5</sup> Nesse sentido, Malidier (2003, p. 73) argumenta que o “colóquio ‘Materialidades Discursivas’ não surgia do nada. No próprio seio da análise de discurso podia-se fazer mexer algo”. Assim, se retornamos à introdução de “A propósito da Análise automática do discurso: atualização e perspectivas”, publicada na revista *Langages* em 1975 como retificação das teses iniciais da *Análise automática do Discurso* (AAD-69), podemos ver como Pêcheux e Fuchs ([1975] 2014, p. 160, grifo nosso) afirmam que o quadro epistemológico geral do empreendimento da AD residia na “*articulação de três regiões do conhecimento científico*: 1. O materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias; 2. A linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo; 3. A teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Convém explicitar ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)”. Segundo Baldini (2015) tanto as questões iniciais colocadas no colóquio *Matérialités Discursives* quanto a demarcação feita no “Anexo 3” desmontam o empreendimento totalizador frente às teorias a que a AD se filia. Isso implica em pensar não mais em uma articulação com as bases epistemológicas da AD; e sim no encontro problemático entre teorias que não podem nunca se fundir, mas que comportam algo em comum. Cf. também a análise de Baldini (2014) sobre o lugar da subjetividade na AD de Pêcheux e em discursos da psicanálise contemporânea em “A análise de discurso e ‘uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)’”.

Se, na história, a revolta é contemporânea à extorsão do sobretrabalho<sup>6</sup> (e os “pequenos furtos” que o capital realiza do tempo reservado às refeições e ao descanso do trabalhador<sup>7</sup>) é porque *a luta de classes é o motor da história*; e se, na psicanálise, a revolta é contemporânea à linguagem, é porque *a própria possibilidade da linguagem é sustentada na existência de uma divisão do sujeito inscrito no simbólico* (PÊCHEUX, [1982] 1995). Diante dessas duas teses, “a especificidade dessas duas ‘descobertas’ impede de fundi-las sob qualquer teoria que seja, mesmo sob uma teoria da revolta. Mas a constatação do preço pago por esse impedimento obriga a admitir que elas têm, politicamente, algo a ver uma com a outra”. (PÊCHEUX, [1982] 1995, p. 302, grifo nosso).

Admitir a existência, na linguagem, do *primado prático da luta de classes* e do *primado prático do inconsciente* conduziu Pêcheux a produzir uma série de questionamentos e apostas teóricas em sua « Ouverture du colloque ». A proposta de provocar um encontro entre historiadores, linguistas e analistas, sem prever nenhum dispositivo que neutralize as marcas das práticas em questão, levantava a necessidade teórica de colocar a questão das *materialidades discursivas* na ordem do dia. Entre a história, a língua e o inconsciente (e a poeira dos arquivos, o giz das lousas e o suor dos divãs), as *materialidades discursivas* não aparecem como certo nível de generalidade em que todos os campos falariam imaginariamente sobre a “mesma coisa”, mas sim como uma heterogeneidade irreduzível: «

---

<sup>6</sup> “O capital não inventou o mais-trabalho. Onde quer que uma parte da sociedade detenha o monopólio dos meios de produção, o trabalhador, livre ou não, tem de adicionar ao tempo de trabalho necessário a sua autoconservação um tempo de trabalho excedente a fim de produzir os meios de subsistência para o possuidor dos meios de produção, seja esse proprietário o *καλός κάγαθος* [belo e bom] ateniense, o teocrata etrusco, o *civis romanus* [cidadão romano], o barão normando, o escravocrata americano, o boiardo valáquio, o *landlord* [senhor rural] moderno ou o capitalista. No entanto, é evidente que em toda formação econômica da sociedade onde predomina não o valor de troca, mas o valor de uso do produto, o mais-trabalho é limitado por um círculo mais amplo ou mais estreito de necessidades, mas nenhum carecimento descomedido de mais-trabalho surge do próprio caráter de produção. Razão pela qual, na Antiguidade, o sobretrabalho só é repudiado quando seu objetivo é obter o valor de troca em sua figura autônoma de dinheiro, na produção de ouro e prata. O trabalho forçado até a morte é, aqui, a forma oficial de sobretrabalho. Basta ler Diodoro Sículo. Mas essas são exceções no mundo antigo. Assim que os povos, cuja produção ainda se move nas formas inferiores do trabalho escravo, da corveia etc., são arrastados pela produção capitalista e pelo mercado mundial, que faz da venda de seus produtos no exterior o seu principal interesse, os horrores bárbaros da escravidão, da servidão etc. são coroados com o horror civilizado do sobretrabalho. Isso explica por que o trabalho dos negros nos estados sulistas da União Americana conservou certo caráter patriarcal, enquanto a produção ainda se voltava sobretudo às necessidades locais imediatas. Mas à medida que a exportação de algodão tornou-se o interesse vital daqueles estados, o sobretrabalho dos negros, e, por vezes, o consumo de suas vidas em sete anos de trabalho, converteu-se em fator de um sistema calculado e calculista. *O objetivo já não era extrair deles uma certa quantidade de produtos úteis. O que importava, agora, era a produção do próprio mais-valor.*” (MARX, 2013, p. 309-310, grifo nosso).

<sup>7</sup> Problema anunciado por Marx que se refere, a um só tempo, às relações de força e à problemática da linguagem: “Esses ‘pequenos furtos’ que o capital realiza do tempo reservado às refeições e ao descanso do trabalhador também são designados pelos inspetores de fábrica como ‘pretty pilferings of minutes’, pequenos surrúpios de minutos, ‘snatching a few minutes’, furtadelas de alguns minutos ou, na linguagem técnica dos trabalhadores, ‘nibbling and cribbling at meal times’ [roer e peneirar às refeições]” (MARX, 2013, p. 316).

un ressassement de paroles entendues, rapportées ou transcrites, un fourmillement d'écrits citant paroles, et d'autres écrits » (PÊCHEUX, 1981a, p. 15).

« L'étrangeté familière » des matérialités discursives ne se manifeste-t-elle pas au moment paradoxal où des historiens découvrent que le texte des archives n'est pas transparent à leur regard, où des linguistes s'avertissent que tout système linguistique recèle un reste asymétrique irréprésentable, où des analystes viennent buter sur le lien entre la religion comme effet de groupe consolidé et la pérennité du sens ?... (PÊCHEUX, 1981a, p. 16).

A aposta teórica na existência de um triplo real (da língua, da história e do inconsciente) faz emergir uma problemática em torno da *leitura dos arquivos* e do *acontecimento*. A leitura, vista nesse colóquio enquanto trabalho de trituração, teria como efeito a destruição da « homogénéité imaginaire des systèmes et des intradiscours » (CONEIN; COURTINE; GADET; MARANDIN; PÊCHEUX, 1981, p. 200). O acontecimento, por sua vez, seria uma intervenção sobre o vazio político atual, dado que este, paradoxalmente, poderia « contribuer à dégager l'analyse des discours (entendue au sens le moins sectaire) des ornières de la reproduction du sens, et l'engager dans la *production d'événements* » (PÊCHEUX, 1981a, p. 17, grifo do autor). Isso implicaria talvez em reconhecer a AD enquanto lugar de observação dos acontecimentos, mas poderia implicar também em compreender a disciplina enquanto *produtora* ela mesma de acontecimentos.

Diante desse gesto de interrogação, questionamento e desconstrução em torno da problemática da leitura do arquivo e do acontecimento, Pêcheux reitera a importância de um deslocamento das « frontières entre les disciplines, affectant profondément leur régime de vérité, en tant qu'elles y sont provoquées par leurs marges » (PÊCHEUX, 1981a, p. 18).

Nesse sentido, acreditamos que os aspectos fundadores suscitados a partir desse colóquio consistem no reconhecimento e na *aposta da existência de um real próprio à língua, à história e ao inconsciente*<sup>8</sup>, implicando um engajamento *ético* para a AD: como podemos afetar o regime de verdade das disciplinas ao promovermos o seu encontro? Como podemos

<sup>8</sup> « Je voudrais ajouter une remarque à ce qui vient d'être dit: **à partir du moment où on parle du langage comme production de valeur** et qu'on développe cette métaphore, peut-on échapper à une question qui a de toute évidence un fonctionnement politique, mais dont il n'est pas évident qu'elle ait un sens linguistique ou discursif: la question de la fausse-monnaie. Y a-t-il des fausses monnaies? Comment circuleraient ces fausses monnaies? [...] Dans les traditions historiques, marxistes ou non, il y a une difficulté concernant le langage. Pour un historien, il y a les processus historiques "réels", et le reste, c'est des mots. Y a-t-il une nécessité, dans une analyse matérialiste du réel des processus historiques à être aveugle sur les modalités matérielles d'existence des discours? Enfin, j'ai une dernière question, sur les positions de la linguistique et celles de la psychanalyse, concernant la trahison. Si on associe autour de ce mot "trahison", on dit et on entend "se trahir" au sens de "faire le contraire de ce qu'on croyait faire" ("être trahi par ses propres mots") ou bien "laisser voir ce qu'on fait vraiment". Qu'est-ce que ça suppose du point de vue linguistique, qu'on puisse ainsi (le sachant ou pas) passer d'une position à une autre? Et du point de vue de la psychanalyse, qu'est-ce que ça signifie que la trahison passe ainsi essentiellement à travers des mots? » (PÊCHEUX, 1981c, p. 179-180).

ler as modalidades materiais de existência dos discursos para compreender a produção e o estatuto de uma verdade que se produz através das palavras? No terreno de encontros problemático entre esse triplo real, como lidamos com a materialidade daquilo que está em jogo na língua?

# 1 INTRODUÇÃO

A Linguística trabalha incessantemente com conceitos forjados pelos gramáticos, e sem saber se eles correspondem realmente a fatores constitutivos do sistema da língua. Mas como sabê-lo? E se forem fantasmas [*fantômes*], que realidade opor-lhes?

Para escapar às ilusões, devemos nos convencer, primeiramente, de que as entidades concretas da língua não se apresentam por si mesmas à nossa observação. Mas se procuramos apreendê-las, tomaremos contato com o real. (SAUSSURE, 2006, p. 127).

Esta dissertação sobre o *valor*, o *jogo* e o *real da língua* na obra de Michel Pêcheux constitui uma aposta e uma provocação.

O *valor* é um *conceito* capital na história da linguística a partir do projeto teórico de Ferdinand de Saussure. Sendo constitutivo ao *sistema da língua*, o valor — e não a noção de signo ou a de significação — possibilitou a abertura de uma *ferida narcísica* incontornável no interior da linguística ao introduzir um heterogêneo no sistema de notação simbólica da disciplina, de onde eventualmente lhe vem a inconsistência. No projeto teórico de Saussure, apostar no espaço do valor foi investir no espaço de um *sistema subversivo à ordem da representação* que excede e resiste ao simbólico de forma irremediável. Mas αἰών (aiôn, o tempo, a duração) é uma criança a jogar — e Saussure acabou ficando sozinho com seus problemas<sup>9</sup>! Na série de diásporas reais e reunificações da linguística com outros campos disciplinares, a ferida narcísica aberta pelo *corte saussuriano* foi insistentemente “suturada” pela restauração do primado da positividade do signo e da descrição semiológica da realidade, salvo em algumas *voces dissidentes*. O antigo fantasma do positivismo bio-psico-funcional que parece ter saído pela porta desde os fundamentos saussurianos, retornou pela janela.

Maria Fausta Pereira de Castro e Luis Behares (2010, p. 7) afirmam que “falar do legado saussuriano é de certo modo expor uma zona de contatos e confrontos que, longe de indicar fragilidades na reflexão do autor, realça seu caráter surpreendente e admirável”. Os autores ainda relembram as palavras de fechamento do capítulo “Retorno a Saussure” de Jean-Claude Milner (2003, p. 44): “lingüistas especializados o no, aquellos a quienes les importa el lenguaje no pueden obrar como si el *Curso* nunca se hubiera publicado”.

<sup>9</sup> Refiro-me, respectivamente, a uma citação do filósofo pré-socrático Heráclito sobre o tempo (como contingência) em seu fragmento 52, αἰὼν παῖς ἐστὶ παίζων, πεττεύων· παιδὸς ἢ βασιλῆϊ: “[aiôn] é uma criança a brincar, jogando damas: o reino é o reino de uma criança” (HERÁCLITO, 1997, p. 120), e a uma citação de Benveniste sobre o *estranho destino* do pós-saussuriano cinquenta anos após a morte do linguista genebrino: “et Saussure restait seul avec ses problèmes” (BENVENISTE, 1963, p. 14).

Nesse direcionamento, devemos nos pôr à escuta dos ecos das vozes dissidentes e heréticas que tiveram a arte de levar aos extremos as questões imperdoáveis: o valor foi tomado, simultaneamente, enquanto “palavra de ordem” e gesto de revolta contra a insistência na surdez à existência de uma ordem própria à língua, ordem esta radicalmente estranha à fantasia que costumamos nomear imaginariamente de realidade. Dessa série de afirmações, podemos apenas apostar: o conceito linguístico de valor tem *relação* com o *real da língua*<sup>10</sup>.

O *jogo*, por sua vez, não pode ser tomado como um conceito, pelo menos no sentido “epistemológico” do termo. Ele não se estratifica em um corpo de normas gramaticais ou linguísticas — até o ponto em que pesquisamos, os dicionários de linguística e ciências da linguagem produzem um silêncio sintomático sobre o jogo<sup>11</sup>. Ora, o *estranho-familiar* do jogo não se manifesta exatamente no momento em que gramáticos ou linguistas descobrem que toda língua tem um *resto irrepresentável*, mas que, no entanto, esse irrepresentável não deixa de existir produzindo efeitos? Dito de outro modo, tudo aquilo que a arte de amar chamada gramática ou que a ciência chamada linguística desejou ter arrancado do jogo da linguagem vem à luz e o jogo aparece constantemente na descoberta do fracasso da linguística e da gramática diante do fato de que há algo na língua que não cessa de (não) se escrever.

Mesmo “vindo à luz” no corpo da gramática e da Linguística, o jogo não é localizável em nenhum ponto unívoco a partir do qual entraria em difração. O jogo pode apenas ser sentido como o lugar de uma *homofonia*<sup>12</sup>: podemos falar do jogo (ou brincadeira) de uma criança ou de uma sociedade e, talvez, do jogo de um músculo ou de um mecanismo.

---

<sup>10</sup> A noção de real em AD não se constitui a partir de uma filiação específica, assim como não toma um direcionamento unívoco na obra de Pêcheux. Em certas passagens, o real é referido juntamente com os registros lacanianos do simbólico e do imaginário. Em outros momentos, o real é ligado à condição de existência dos campos da linguística, da história e da psicanálise e de seus *objetos de conhecimento*. Segundo Baldini (2015), a partir do trabalho singular de Pêcheux, introduz-se uma diferença em relação ao campo psicanalítico. Diante desse ponto de vista, o autor não concebe o real como *Um*: há um real da língua, há um real da história e há um real do inconsciente. De forma semelhante, segundo Pêcheux, existe também um real específico às disciplinas de interpretação: “interrogar-se sobre a existência de um real próprio às disciplinas de interpretação exige que o não-llogicamente-estável não seja considerado a priori como um defeito, um simples furo no real. É supor que — entendendo-se o ‘real’ em vários sentidos — possam existir um outro tipo de real diferente dos que acabam de ser evocados, e também um outro tipo de saber, que não se reduz à ordem das ‘coisas-a-saber’ ou a um tecido de tais coisas. Logo: um real constitutivamente estranho à univocidade lógica, e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos” (PÊCHEUX, [1988] 2012, p. 43, grifo nosso). Sobre a distinção entre real e realidade nos primeiros escritos de Pêcheux, notadamente em Thomas Herbert, cf. o capítulo “Sujeito e ideologia: a Análise do Discurso de Michel Pêcheux” da dissertação de mestrado de Bruno Molina Turra (2011).

<sup>11</sup> Para limitarmos o campo de nossa afirmação a uma época específica, o jogo não aparece como um lema (ou entrada) em nenhum dos dicionários publicados na década de 1970, como Dubois [et al] (1973), Ducrot e Todorov ([1972] 1977), Greimas e Courtés (1979); Mounin (1974) e Pottier (1973).

<sup>12</sup> O jogo poderia ser compreendido como uma *operação* que faz valer em toda locução uma dimensão do não idêntico. Nesse direcionamento, jogo e equívoco tocam um mesmo ponto, enquanto lugar de *homofonia*, *homossemia*, *homografia* — “enfim, de tudo aquilo que sustenta o duplo sentido e o dizer em meias-palavras, incessante tecido de nossas interlocuções” (MILNER, 2012, p. 17).

Sem dúvida, o poeta, o linguista e o político *jogam com* a língua a partir de suas formas canônicas, com quaisquer fins, sejam literários, científicos ou políticos (GADET, 1981); mas até mesmo no mais “trivial” dos diálogos ou no processo de aquisição de linguagem, os sujeitos da enunciação *jogam sobre* as regras da língua.

Esse jogo sobre as regras da língua é insuportável a uma visão espontânea ou pré-linguística da própria linguagem, assim como ao sujeito cognoscente e às teorias do desenvolvimento. Na contramão do imaginário humanista burguês, o jogo não concede ao homem um lugar de mestre, restituindo-lhe imaginariamente a liberdade de jogar com as palavras para melhor julgar, controlar e negociar. O jogo refere-se, antes de tudo, àquilo que, na língua, escapa ao sujeito. Há jogo na ruminação de falas entendidas, relatadas ou transcritas, no formigamento de escritos citando falas e outros escritos (PÊCHEUX, 1981a). Destarte, o jogo *habita* o discurso, colocando um impasse (um indiscernível) entre a língua, a linguagem, a fala (a escuta) e a escrita (a leitura).

Se, por um lado, o jogo nunca quer render-se a tais distinções (contanto que solicitemos nomeá-las distintamente); por outro, ele se encontra emaranhado na *práxis* de todos aqueles que se debatem com o real constitutivo ao território heteróclito da linguagem: “não descobrimos, pois, o real: a gente se depara com ele, *dá de encontro com ele, o encontra*” (PÊCHEUX, [1988] 2012, p. 29, grifo nosso). Assim, o jogo nos colocaria diante daquilo que se produz em um terreno limítrofe como *puro encontro* ou *nó*, atando a trama dos ditos e dos não ditos à tessitura da história. Mais uma vez, dessa série de afirmações, podemos apenas apostar: o não-conceito de jogo tem *relação* com o *real da língua*.

Em três fórmulas *extremamente condensadas*, poderíamos esquematizar:

Real da língua — a hipótese da existência de um *impossível específico à língua*.

Valor — um conceito sem *tradição no saber linguístico*<sup>13</sup>.

<sup>13</sup> Referimo-nos exclusivamente à delimitação que Sylvain Auroux faz dos termos *saber linguístico* e *tradição*. “O saber linguístico é múltiplo e principia naturalmente na consciência do homem falante. Ele é *epilinguístico*, não colocado por si na representação, antes de ser *metalinguístico*, isto é, representado, construído e manipulado enquanto tal com a ajuda de uma metalinguagem” (AUROUX, 2009, p. 17, grifo do autor). O aparecimento do saber linguístico, por sua vez, raramente é espontâneo, isto é, independente de uma tradição linguística: “quando falamos de origem, não se trata evidentemente de um acontecimento, mas de um processo que podemos delimitar num intervalo temporal aberto, às vezes consideravelmente longo. A origem de uma tradição pode ser *espontânea* ou resultar de uma *transferência tecnológica*. [...] Dispomos de poucos casos de aparecimento espontâneo, isto é, independente, de tradição linguística: dois permaneceram embrionários (as tradições babilônica e egípcia), três se realizaram ao longo prazo (as tradições hindu, chinesa e grega), sendo a última a fonte de toda a tradição ocidental. [...] No início do século XIX pôde-se considerar que um processo de dominação e de transferência da tradição ocidental em direção a todas as outras tradições acabou, de onde resulta uma homogeneização relativa dos grandes traços especulativos do saber linguístico” (AUROUX, 2009, p. 23-24). Como veremos, afirmar que o conceito linguístico de valor não é um conceito ancorado na tradição greco-latina não implica em afirmar que ele seja um *saber linguístico espontâneo*: a constituição do valor

Jogo — um não-conceito que afeta o espaço das gramáticas e da linguística.

Devemos ressaltar que não há coincidência em nenhum dos termos e que poderíamos, até mesmo, afirmar que estamos diante de uma *dissolução* radical. Sem dúvida, trata-se de três termos diferentes que reivindicam, cada qual, a sua “autonomia” implicada pela nomeação distinta e, conseqüentemente, pela sua não coincidência com qualquer outro termo: “jamais um fragmento de língua poderá basear-se, em última análise, noutra coisa que não seja *sua não-coincidência com o resto*” (SAUSSURE, 2006, p. 137, grifo nosso). Mas o que produziria um encontro, criaria um laço e conjugaria os três termos? Talvez, unicamente, o investimento na implosão da ordem do *representável*. Nesse sentido, a aposta teórica e política no ponto de intrincamento do valor, do jogo e do real da língua nos possibilitou enunciar uma provocação à História das Ideias Linguísticas (daqui em diante, HIL), sem, no entanto, traçá-la do exterior da disciplina. Em HIL, como compreender (descrever e interpretar) os efeitos do irrepresentável (aquilo que não se fixa como metalinguagem) no corpo sócio-histórico de uma teoria? Ou ainda: *sabe-se o que é ler*<sup>14</sup> em HIL?

Dado o título do trabalho, destacamos que não falaremos aqui das implicações a) da GGT chomskyana em torno da sintaxe e do agramatical na teoria de Pêcheux; b) dos jogos de linguagem no domínio do ordinário do sentido (referência antipositivista a Wittgenstein); e c) do campo freudo-lacaniano na hipótese do inconsciente e de sua relação com o lapso, o ato falho e o *Witz*. Reconheço a profunda importância desses campos para Pêcheux e para a fundação ou consolidação da AD, mas confesso que não tenho nenhuma competência para falar do ponto de vista de tais áreas. Se toco em alguns aspectos pontuais trabalhados por essas teorias é porque o real da língua engaja uma aposta teórica e política no *valor* e na *metáfora* enquanto constitutivos da linguagem e do escândalo chamado *corpo falante*. Além disso, também não visio a uma leitura filosófica ou epistemológica do valor e do jogo na teoria de Pêcheux.

Ao longo do trabalho, o leitor perceberá que conduz o tema central, frequentemente, de forma oscilante. Sem dúvida, trata-se de um efeito do investimento teórico

---

enquanto um conceito da linguística se deu, sobretudo, por um *deslocamento* (*transferência metafórica*) em relação a um campo específico do saber (a teoria da moeda).

<sup>14</sup> Questionar-se sobre a problemática do significante e da leitura aparece como um desafio teórico proposto pelo materialismo de Althusser e de Pêcheux que não deixa de suscitar incômodos (BALDINI, 2015). Nesse sentido, lembremos que Althusser considera, na introdução de *Ler o Capital*, que “não há leituras inocentes. O seu avesso, a leitura culpada, filosófica, não absolve sua falta pela confissão, mas a defende, demonstrando-lhe a sua inevitabilidade”. Dito de outro modo, “uma leitura de exceção que a si mesma se justifica como leitura, suscitando a toda leitura culpada a própria questão que lhe desmascara a inocência, a simples questão de sua inocência: *que é ler?*” (ALTHUSSER, 1979, p. 14, grifo do autor). Na esteira de Althusser, Pêcheux também toma a questão da leitura como provocação ao território da “evidência teológica do sentido”: « Sait-on ce que c'est que lire ? » (PÊCHEUX, 1981a, p. 16)

em uma questão que só pode ser *tangenciada* por vias do relativo, do diferencial e do negativo.

Esta dissertação tem como objetivo empreender um gesto de leitura sobre a relação entre o *jogo*, o *valor* e o *real da língua* em trabalhos de Michel Pêcheux.

Se produzíssemos uma breve recensão, podemos perceber que há a *repetição do significante jogo* nos textos de Pêcheux. Assim, poderíamos ler, por exemplo: “elementos colocados em jogo”; “jogo de uma necessária polissemia”; “material semântico colocado em jogo na estrutura”; “lugares representados nos processos discursivos colocados em jogo”; “jogo prévio de questões indiretas” (efeito das formações imaginárias próprias à situação de  $D_x$ ); “jogo de palavras entre mecânica e mecanismos”; “jogo das oposições entre fonemas e jogo das oposições entre unidades significativas que fixa o conjunto dos elementos de significação”; “jogo de espelhos de papéis interiores a uma instituição” (crítica à falta de uma teoria do imaginário localizada em relação ao real na AAD69 feita por Pêcheux e Fuchs); “jogo do Estado”; “interesses ideológicos colocados em jogo”; “jogo de relação entre compreensão e extensão”; “ambiguidade do jogo entre código jurídico e ‘código’ linguístico” (crítica apresentada em *Semântica e Discurso* à expressão “codificação dos intercâmbios linguísticos”, utilizada por Balibar e Macherey); “desconhecimento do jogo dos efeitos ideológicos em todos os discursos”; “um dispositivo de ‘retomada do jogo’” (no funcionamento da relação linguisticamente marcada entre a constatação da evidência e a norma identificadora); “jogo da negação [*Verneinung*] enquanto efeito sintático mínimo”, “jogo simbólico eterno”; “jogos de palavras sobre matéria e materialismo [ou sobre valor e circulação, poupança e despesa]”; “conjunto complexo, desigual e contraditório das formações discursivas em jogo numa situação dada”; “relações jurídico-políticas e ideológicas como um *jogo verbal*”; “jogo de palavras suficientemente sintomático”; “jogo de palavras entre ordem lógica formal e ordem social”; “jogo contraditório das ‘formações discursivas’”; “jogo de espelhos em torno de uma falta cujas posições se refletem e se alternam infinitamente”; “a questão do sério, do jogo, da piada como forma de argumentar sobre a práxis discursiva que toca a materialidade da língua”; “jogo entre *Witz* e *joke*”; “jogos da ambiguidade”; “o signo no jogo de seu funcionamento”; “formas poéticas (rimas, jogos de palavras, enigmas...) da literatura popular”; “jogos da elipse e da metáfora” (enquanto recursos de uma escrita satírico pós outubro de 1917); “jogo metafórico (desse jogo que, desvinculando a língua do real, constitui aquilo a que ela se refere)”; “surdez [da linguística] ao jogo do significante”; “os jogos com a língua são de natureza diferente das regras da língua?”; “jogo social inscrito na própria estrutura da escola”; “jogos com a língua ou

trocadilhos”; “os jogos de absurdo e as antinomias”; “jogo dos *shifters*”; “jogo especulativo”; “jogo das relações (de equivalência, comutação, paráfrase...)”; “jogo entre o mesmo e o outro” (heterogeneidade contraditória de todo campo de arquivo); “estágio do jogo de palavras filosófico” (crítica à *transformação* no estruturalismo); “jogo mallarmeano dos significantes”; “o jogo das diferenças, alterações, contradições” (a ambiguidade e o equívoco como fato estrutural incontornável); “jogo dos deslocamentos simbólicos”; “jogos da ordem simbólica”; “jogos nas regras [jogos de linguagem translinguísticos] e jogo sobre as regras”; “jogo sobre substitutos”; “jogo contraditório das duas *únicas* tendências estáveis que dão substância aos movimentos dos trabalhadores e populares”; “jogo de heterogeneidade discursivas móveis”; “jogos poéticos de palavras, os jogos de palavras propriamente ditos, as rimas, os spoonerismos, os anagramas”; “jogo de força na memória”; “jogo da metáfora”; “jogo oblíquo das denominações”; “jogo metafórico”; “jogo dominação/resistência”; “jogo das contradições sócio-históricas”; “jogo das economias narrativas”; “jogo ‘normal’ do performativo (a garantia de papéis)”.

No entanto, a despeito de suas formas próprias de aparecimento, é impossível compreender como a questão do jogo produz efeitos na teoria de Pêcheux fazendo uma simples demografia, uma enumeração estatística dessa palavra e de suas derivações: a palavra em si nada significa<sup>15</sup>. Ao mesmo tempo, reiteramos que a problemática do jogo é *efetivamente formulada em seus textos*, remetendo diretamente às condições de produção gerais e específicas e aos processos de produção que tornaram tais formulações possíveis. Por isso, entre os *textos publicados* de Pêcheux (incluindo os póstumos), recortei, de forma não exaustiva e totalizadora, formulações (ORLANDI, 2005) em que o *jogo* é textualizado em relação ao conceito de valor — como palavra metalinguística (AUROUX, 2009) — com *horizontes de retrospectão e projeção determinados*, particularmente ligados à problemática do real da língua<sup>16</sup>.

Dessa forma, a relação entre jogo, valor e real da língua não é constituída espontaneamente, mas sim diante de condições históricas gerais e específicas. Nessa

---

<sup>15</sup> A palavra, enquanto objeto (ferramenta conceitual) evidente e fictício, se torna um objeto duplamente constrangedor: “desde então pouco importa que se trate de um modelo ilusório, fundado na necessidade de transparência, sobre a remissão incessante de uma forma operatória a uma auto-afirmação mental. O ‘conceito’ determina a prioridade de uma metafísica do signo construída expressamente para hipostasiar o significado” (REY, 1971, p. 151). Ao longo desta dissertação, veremos que, a partir da tese do primado do valor sobre a significação, Saussure e Pêcheux puderam combater a positividade ilusória da palavra tradicionalmente representada de forma grosseira pelo modelo (significante) ← (significado).

<sup>16</sup> Tomo como ponto de partida que o trabalho sobre o *real da língua* como o impossível específico da linguística produz um deslocamento na obra de Pêcheux com a compreensão de língua enquanto ordem relativamente autônoma. Sobre essa questão, cf. a tese de Edmundo Narracci Gasparini (2011) intitulada *Língua e lalangue na análise do discurso de Michel Pêcheux*.

perspectiva, a prática científica é determinada por *condições históricas gerais* e por “*condições históricas do domínio do saber* e é particularizada pelas instituições (pelo Estado) em que se desenvolve. Isto tem a ver com o fato de que [...] o sujeito da ciência não está fora da história” (GUIMARÃES, 2004, p. 16, grifo nosso).

Na esteira dos diversos textos de Pêcheux, ao pensarmos a singularidade do objeto língua — isto é, a forma como a linguística se encontra com o seu objeto —, vemo-nos necessariamente impelidos a interrogar as condições históricas, institucionais e políticas em que o próprio da língua é trabalhado. Por esse motivo, enfatizamos, em nossa leitura, o estatuto dos discursos sobre o “desmoronamento paradoxal” do “estruturalismo generalizado” (PUECH, 2005) emergentes, sobretudo, a partir da segunda metade da década de 1970. Em outros termos, a questão do “estruturalismo”, aparentemente paralela ao tema da dissertação, vem de encontro à série de debates sobre o lugar do jogo e do conceito de valor nas *ciências da linguagem*<sup>17</sup>, particularmente textualizados nos escritos de Pêcheux.

Interrogamo-nos, após a série de retificações de Pêcheux iniciadas no final de década de 1970 — e sob o efeito do “desmoronamento paradoxal” do “estruturalismo generalizado” — o que, em Pêcheux, “retorna a” Saussure (e de seus leitores, considerando que hoje o “estruturalismo” é *também* um objeto de discussão), em termos de *real da língua, jogo e valor?*

---

<sup>17</sup> As ciências da linguagem, *na história do “recente”* (especialmente no segmento que poderíamos designar, *entre aspas*, como a “história do estruturalismo”), resultam, frequentemente, de uma “aplicação metafórica da Linguística” para fora de seu campo (PÊCHEUX, [1971] 2011). De todo o leque produzido pelas ciências da linguagem, resultou-se “um número bastante considerável de pesquisas, de natureza e de qualidade muito variadas. Viu-se, assim, aparecer, na análise literária, ‘sistemas de oposição’, característicos de um romance ou de uma família de romances, ‘sintaxes’ do drama ou da narrativa, etc. [...] Essa aplicação *metafórica* da linguística pode, além disso, ultrapassar o domínio do estudo de textos e estender-se ao conjunto de objetos e comportamentos que, todos, sem exceção, são suscetíveis de revestirem uma ‘estrutura’ (linguagem musical, pictórica, cinematográfica, estrutura do vestuário, do objeto e do comportamento, etc.)” (PÊCHEUX, [1971] 2011, p. 126, grifo do autor). As diversas empreitadas (ou aventuras) semiológicas constituídas nesse período estão inscritas nessa concepção de ciências da linguagem. É nesse projeto que Saussure foi tomado como um domínio de memória (CHISS; PUECH, 1994) fundamental — mas não o único — em sua curta indicação da possibilidade de uma semiologia, ou seja, uma *ciência que estuda a vida dos signos no seio da vida social*. Em outra perspectiva, no livro *A filosofia da linguagem*, Sylvain Auroux (1998, p. 11) argumenta que “em nossos dias, o termo linguística ou a expressão ciências da linguagem [...] servem para designar globalmente as disciplinas (semântica, fonética, fonologia, morfologia, sintaxe, semiótica/semiologia [...], análise do discurso etc.) que abordam um aspecto qualquer da linguagem natural nessa perspectiva. Trata-se daquilo que podemos chamar o *conhecimento positivo* das línguas naturais e da faculdade da linguagem”. Ante a perspectiva denominada pelo autor como positivista referente ao termo Linguística, teríamos, segundo Auroux, a tendência atual de utilizar o termo ciências da linguagem para marcar a heterogeneidade e a multiplicidade das abordagens.

## 2 HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS E ANÁLISE DE DISCURSO

Falando de modo brutal, a história vive na ilusão de que pode dispensar a *teoria*, no sentido estrito a teoria do seu objeto, e, portanto, dispensar uma definição do seu objeto. O que lhe serve de teoria, o que, a seu ver, assume o lugar dela, é a *metodologia*, isto é, as normas que lhe regem as práticas efetivas, práticas centradas na crítica dos documentos e na restauração dos fatos. O que nela assume o lugar de objeto teórico é, a seu ver, o objeto “concreto”. A história toma, pois, a sua metodologia pela teoria que lhe falta, e toma o “concreto” das evidências concretas do tempo ideológica pelo objeto teórico. Essa dupla confusão é típica de uma ideologia empirista. O que falta à história é o enfrentamento consciente e corajoso de um problema essencial a qualquer ciência: o problema da natureza e da constituição de sua *teoria*. Entendo por isso a teoria interior à própria ciência, o sistema dos conceitos teóricos que fundamenta qualquer método e toda prática, inclusive experimental, e que ao mesmo tempo define o seu objeto teórico. Ora, salvo exceções, os historiadores não enfrentam o problema vital e urgente para a história: o problema da teoria da história. E como acontece inevitavelmente, o lugar deixado vazio pela teoria científica é ocupado por uma teoria ideológica, cujos efeitos nefastos podem exhibir-se, até no pormenor, no próprio plano da metodologia dos historiadores. (ALTHUSSER, 1980, p. 50, grifo do autor).

Este trabalho está inserido no quadro teórico-metodológico da HIL em relação com conceitos e dispositivos teóricos e analíticos da AD<sup>18</sup>. Ao considerar a produtividade específica da relação entre as duas disciplinas — que não se confunde com uma leitura interdisciplinar da história — é possível depreender um gesto de leitura sobre “tudo aquilo que compreende as condições de produção dos discursos científicos” (NUNES, 2008, p. 111).

Apesar de constituir uma *produtividade específica*, as duas disciplinas — a AD e a HIL — não são complementares em si mesmas e possuem problemáticas teóricas inconciliáveis, especialmente no que se refere à compreensão do objeto constituído diante de condições de produção materialmente ligadas a um estado dado no processo de produção. Em primeiro lugar, traçaremos uma diferença teórica e epistemológica entre a via teórica materialista de Michel Pêcheux e a perspectiva de Sylvain Auroux sobre a história. Em seguida, abordaremos brevemente os deslocamentos instaurados por meio da relação entre as duas disciplinas no Brasil, particularmente sob o peso do trabalho teórico de Eni Orlandi e do grupo de pesquisadores a ela ligado.

---

<sup>18</sup> No Brasil, “a História das Ideias Linguísticas teve início por meio de uma colaboração entre a Universidade Estadual de Campinas e a Universidade Paris 7, na França. Em Campinas, um grupo coordenado por Eni Orlandi, no interior de um projeto denominado ‘Discurso, Significação, Brasilidade’, iniciado em 1987 [...], já estudava os discursos sobre a língua no Brasil, considerando diversos materiais, dentre os quais relatos de viajantes e missionários, gramáticos e outros artefatos elaborados pelos missionários, e também materiais de outra natureza concernentes a outras épocas. Com a cooperação entre a equipe brasileira e a equipe francesa, coordenada por Sylvain Auroux, teve início o Projeto de História das Ideias Linguísticas no Brasil” (NUNES, 2008, p. 108-109).

Para Sylvain Auroux (2009, p. 12, grifo do autor), “existe um *halo* de historicidade que engendra a retrospectão e a historicidade que constitui o ponto de vista do historiador. Ser historiador é se colocar a questão global da mudança (por que, como, quando) e da essência dos objetos submetidos à mobilidade *em si e para si*”. Veremos, com Pêcheux, que a distinção entre *em si/para si* se constitui como efeito ideológico que marca certa continuidade com a filosofia idealista, perspectiva que poderíamos designar como *mito continuísta empírico-subjetivista*. O imaginário da identificação (contínua) dos *objetos de conhecimento aos objetos reais*<sup>19</sup> na visão empirista da história *mascara radicalmente qualquer descontinuidade epistemológica* (segundo expressão de Pêcheux). Em nosso ponto de vista, o reconhecimento da *descontinuidade no processo de produção do saber linguístico* não se confunde, como sustenta Auroux (2009, p. 12, grifo do autor), com o preconceito partilhado de “querer fazer a história da *linguística concebida como uma ciência*, isto é, como uma forma de saber cuja organização e cujas propriedades seriam estáveis”, pois é exatamente no interior da Linguística que Gadet e Pêcheux ([1983] 2011) investem a leitura da continuidade da “filosofia espontânea dos linguistas”. Nesse sentido, o tema do corte epistemológico, bem como a especificidade da história do “recente”<sup>20</sup> (instituições, revistas, órgãos de fomento etc.) são problemas ainda abertos a releituras e a questionamentos.

---

<sup>19</sup> Cf. o 11º tópico de Althusser na introdução de *Ler o Capital*, “De *O Capital* à filosofia de Marx”, em que o autor mostra como, a despeito da visão empirista do conhecimento, Spinoza (contra o empirismo dogmático latente do idealismo cartesiano) e Marx (contra o idealismo absoluto da História de Hegel) insistiram teoricamente sobre a distinção entre o objeto real e o objeto de conhecimento. Nessa orientação, “Marx vai ainda além, e mostra que essa distinção diz respeito não apenas a esses dois objetos, mas também a seus próprios processos de produção. Ao passo que o processo de produção de determinado objeto real, de certa totalidade concreto-real (por exemplo, uma nação histórica dada), se passa inteiramente no real, e se efetua segundo a ordem real da gênese *real* (a ordem de sucessão dos momentos da gênese *histórica*), o processo de produção do objeto do conhecimento se passa inteiramente no conhecimento, e se efetua segundo *uma outra ordem*, em que as categorias pensadas que ‘reproduzem’ as categorias ‘reais’ não ocupam o *mesmo lugar* que ocupam na ordem da gênese histórica real, mas lugares inteiramente diversos que lhe são atribuídos por sua função no processo de produção do objeto de conhecimento. [...] Quando Marx nos diz que o processo de produção do conhecimento, portanto de seu objeto, distinto do objeto real de que o conhecimento quer precisamente se apropriar no ‘modo’ do conhecimento — ocorre inteiramente no conhecimento, na ‘cabeça’, ou no pensamento — ele não cai por um segundo num *idealismo* da consciência, do espírito ou do pensamento, porque o ‘pensamento’ de que Marx trata no caso não é a faculdade de um sujeito transcendental ou de uma consciência absoluta, que o mundo real enfrentaria como *matéria*; esse pensamento também não é a faculdade um sujeito psicológico, embora os indivíduos sejam os agentes dele. Esse pensamento é o sistema historicamente constituído de um *aparelho de pensamento*, fundado e articulado na realidade natural e social. É determinado pelo sistema das condições reais que fazem dele, se me é lícito arriscar esta fórmula, um *modo de produção* determinado de conhecimentos.” (ALTHUSSER, 1979, p. 42, grifo do autor).

<sup>20</sup> Puech (2008) problematiza a categoria “historiográfica” de “recente”. Considerando que o passado não é a história, assim como o recente não é o presente, o autor discute a historicidade do “recente”, envolvendo um campo de questões, como a ideia historicamente datada de uma “autonomia” da linguística e de uma refundação completa da disciplina pela “herança” saussuriana, as diferentes versões do(s) estruturalismo(s) desde a década de 1920, os destinos do saussurianismo, o processo de disciplinarização da linguística em instituições específicas etc.

Nessa orientação, em *Sobre a (des-)construção das teorias linguísticas*, Pêcheux ([1982] 1998) mostra como o projeto linguístico de Saussure foi alvo de uma série de diásporas reais e de reunificações durante o século XX.

É realmente estranha esta *série de retomadas* que marca a história das ideias linguísticas, através de suas relações com outras ciências (constituindo seu meio específico, seu “exterior” epistemológico) e também através da inserção em um processo mais vasto, ultrapassando o cenário dos puros fatos científicos. (PÊCHEUX, [1982] 1998, p. 14).

Mirando as formas conjunturais de inserção da linguística em um processo mais vasto do que os limites imaginários da disciplina, Pêcheux ([1982] 1998, p. 14) criticou, ao mesmo tempo, a concepção (com aparência racionalista) que “supõe um desenvolvimento autônomo, retilíneo e cumulativo de um núcleo de conhecimentos do objeto língua, e a visão cética (oportunista ou pragmática) que reduziria a história da Linguística ao confronto de algumas individualidades ou à oscilação arbitrária de modas intelectuais”. Pêcheux insiste que a disciplina está “*exposta de seu próprio interior* aos efeitos complexos do processo conjuntural histórico e político que constitui o espaço no qual sua história se produz” (PÊCHEUX, [1982] 1998, p. 14, grifo do autor).

Dessa forma, somos conduzidos a problematizar como os três *princípios metodológicos* (*definição puramente fenomenológica do objeto; neutralidade epistemológica; historicismo moderado*) adotados por Aurox em sua leitura da constituição, criação, evolução, transformação e desaparecimento do saber linguístico se chocam à leitura materialista da história a qual Pêcheux se engajou<sup>21</sup>. Para Aurox (2009, p. 14, grifo do autor), é preciso, antes de tudo, “situar nosso objeto em relação só a um campo de fenômenos, apreensíveis à altura da consciência cotidiana. *Seja a linguagem humana, tal como ela se realizou na diversidade das línguas; saberes se constituíram a seu respeito; este é nosso objeto*”. No posfácio intitulado “A fecundidade do conceito de gramatização”, ao criticar as

<sup>21</sup> Por outro caminho, Baldini (2005) também aponta para a singularidade da tomada de posição teórica materialista de Althusser e Pêcheux, traçando uma diferença entre os fundamentos históricos desses autores e os três princípios teórico-metodológicos de Aurox. A crítica frontal de Baldini à Aurox refere-se a duas problemáticas centrais: a falta da questão da luta e divisão de classes e a falta da questão do sujeito. Assim, “Aurox não irá trazer para sua reflexão a questão de classe nem a questão do sujeito. Em que pese sua fineza e rigor teóricos, pode-se perceber ali uma falta (não no sentido de algo que deva ser preenchido, mas no sentido de escolha teórica): não há nenhuma menção ao problema do sujeito. O que há são homens que vêem suas relações com a língua alteradas de acordo com os saberes que sobre ela se constituem. A *definição fenomenológica* de Aurox, portanto, resvala para os dois lados: o homem e a língua. Se ele não irá diluir seu trabalho numa definição prévia de língua, também não irá levar em conta a definição de sujeito. Não haverá, então, nenhum problema a se colocar quanto à singularidade dos homens que fazem a história sobre a linguagem, uma vez que esta discussão está primacialmente eliminada juntamente com a questão do objeto desse saber, a língua. Nesse caso, a história que Aurox procura descrever e analisar é a história dos produtos daquilo que Althusser chama de efeitos ideológicos.” (BALDINI, 2005, p. 31).

observações foucaultianas sobre a Gramática Geral, Auroux considera que “devemos interrogar sobre um método [o de Foucault] que consiste, para o historiador, em definir abstratamente o que é historicamente possível ou impossível. Devemos sempre partir dos fatos” (AUROUX, 2009, p. 121). O problema que daí suscita, não somente em sua crítica à compreensão histórica de Foucault, é o não reconhecimento da *distinção radical* entre *objeto real* e *objeto de conhecimento* (ALTHUSSER, 1979) e o imaginário de que o objeto é um dado, um fato reduzido à condição da “visão empírica”. A questão da *leitura do arquivo* e do processo teórico de construção desse arquivo<sup>22</sup> de leitura barram a possibilidade de uma apreensão puramente fenomenológica do objeto.

Em “Ler o arquivo hoje”, Pêcheux ([1982] 2010, p. 51) entende o arquivo como um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. Mais do que pensar a disponibilidade e a pertinência dos documentos no arquivo, nesse artigo, o autor afirma que este é constituído pelas polêmicas formas de ler, não sendo nem transparente nem uma “vidraça empoeirada através da qual se incita a espreitar ‘as próprias coisas’” (PÊCHEUX, [1982] 2010, p. 58). Na AD, não é possível partir de “fatos” transparentes ao olhar, na medida em que o gesto de leitura (*a interpretação enquanto tomada de posição*<sup>23</sup>) é parte constitutiva do trabalho do analista frente ao processo de construção do arquivo.

Um arquivo nunca está pronto, pré-estabelecido. Ao contrário, *seu modo de funcionamento é opaco*. Para o analista do discurso, a exploração arquivística permite a construção de um *corpus* heterogêneo e é a partir desse *corpus* que ele vai buscar os processos discursivos. (MARIANI, 2003, p. 81, grifo nosso).

Em HIL, o princípio metodológico da *neutralidade epistemológica* que difere da “neutralidade veridiccional” decorre imediatamente da forma de se abordar o objeto: “não faz parte de nosso papel dizer se isto é mais ciência do que aquilo, mesmo se nos acontecer de sustentar que isto ou aquilo é concebido como ciência, por esta ou aquela razão, segundo este ou aquele critério” (AUROUX, 2009, p. 14).

Segundo Baldini (2005) a neutralidade epistemológica é, com razão, uma crítica frontal a um dos mitos da historiografia da Linguística e das ciências da linguagem que se estabeleceu a partir do século XIX: o mito da cientificidade. Auroux considera que o saber com qual o historiador das ideias linguísticas trabalha é inscrito em longo prazo (ancorado na

<sup>22</sup> Sobre a questão do arquivo em HIL, cf., especialmente, Mariani (2003) e Fedatto (2011).

<sup>23</sup> O gesto de leitura (como tomada de posição) deve levar em conta a construção do arquivo de leitura, bem como os processos discursivos que estão em jogo nesse arquivo. O arquivo também deve ser construído tendo em vista o funcionamento e o estatuto da noção de autor e obra, a problemática histórica da leitura e os modos de estruturação dos horizontes de retrospectiva como parte da enunciação científica. Retomaremos esse ponto.

tradição greco-latina) e é transmitido historicamente por meio das tecnologias ou instrumentos linguísticos. Em outros termos, esse mito de cientificidade combatido por Auroux consistiria na pressuposição de que os estudos da linguagem se iniciam a partir do comparativismo. Nesse sentido, em HIL, o termo “ciência” não é tomado em um sentido normativo da linguagem-objeto, mas enquanto palavra meramente descritiva (AUROUX, 2009).

Desde seus trabalhos em filosofia das ciências e das técnicas científicas, Étienne Balibar e Michel Pêcheux ([1969] 1971, p. 11-12), resumindo os elementos teóricos desenvolvidos por François Regnault, tomam o *corte epistemológico* (termo althusseriano) como “ponto sem regresso” que “constitui uma tomada de posição na polêmica que opõe em epistemologia e em história das ciências a corrente ‘continuísta’ [...] à corrente ‘descontinuísta’ que podemos, por comodidade, designar pelos nomes de Bachelard e de Koyré”. Tomando posição pela corrente descontinuísta, os autores distinguem o *corte epistemológico* (que tem por efeito determinar uma *autonomia relativa* da nova ciência que lhe corresponde) das demarcações ou rupturas intra-ideológicas (correções, críticas, refutações, negações de certas ideologias ou filosofias precedentes). O conceito de corte não corresponde a um projeto voluntarista de efetuar um “salto” para fora da ideologia no domínio científico, nem com a conotação religiosa que liga de forma inevitável a este projeto os “heróis da ciência<sup>24</sup>”. Além disso, Balibar e Pêcheux ([1969] 1971, p. 16, grifo nosso) afirmam que a “utilização adequada deste conceito [de corte] exige sempre um trabalho epistemológico sobre a história da disciplina em estudo, *referida ao campo diferencial da história das ciências*”. Dessa forma, o risco elementar da “neutralidade epistemológica” consiste precisamente no “mascaramento da descontinuidade (e a relação de simulação) entre conhecimento científico e desconhecimento ideológico” (PÊCHEUX, [1975] 1995, p. 129).

O *historicismo moderado*, ligado a uma perspectiva cognitivista da história, é uma espécie de “realismo metodológico que concede *consistência ao saber e independência aos fenômenos* [e as ‘estratégias cognitivas’] em relação a esse saber” (AUROUX, 2009, p. 16). A consequência da separação entre a *consistência do saber linguístico* e a *realização dos fenômenos* é a de que o *valor de um saber* — ou seja, a “adequação a um fim dado, logo seu valor de verdade quando esse fim é a representação” (AUROUX, 2009, p. 16) — é uma causa em seu devir histórico.

---

<sup>24</sup> Nessa orientação, Baldini (2005, p. 24) comenta, em seu estudo sobre Matoso Câmara, que “essa mitologia de parcialidade notória não se restringe ao período de que trata o autor [Auroux]. Mesmo atualmente, não é de modo nenhum uma surpresa ou raridade encontrar linguistas ‘demonstrando’ como, heroica e tragicamente, Matoso Câmara foi o pioneiro da cientificidade na Linguística brasileira”.

Nessa orientação, Auroux (2009, p. 16, itálico do autor, negrito nosso) argumenta que o historiador é necessariamente *relativista*, mas sempre está diante de “**condições objetivas** que fazem com que esta ou aquela escolha — evidentemente imposta pelas condições em que aparece — abra *possibilidades diferentes* segundo a natureza própria de seu conteúdo”.

O “realismo metodológico”, ao tratar a objetividade do dado, do fato, em complementaridade contraditória com o “relativismo”, é inarticulável a uma visada materialista da história. A posição materialista não toma a história como um conceito preconcebido a partir de uma natureza própria de seu conteúdo. Em “O objeto de *O Capital*”, Althusser (1980, p. 46) toma partido pela necessidade de “purificar nosso conceito de teoria da história, de modo radical, de toda contaminação pelas evidências de história empírica, pois sabemos que essa ‘história empírica’ nada mais é que o aspecto desnudo da ideologia empirista da história”. Nessa orientação, contra o peso da tentação empirista, o autor insiste na *distinção radical* de natureza spinozista entre a história e o conceito de história: “o conhecimento da história não é histórico, tanto quanto não é açucarado o conhecimento do açúcar” (ALTHUSSER, 1980, p. 46). Nessa orientação, Althusser problematiza como o conceito de história deve ser construído. Se a teoria da economia política pôde enunciar leis gerais tomando apenas uma parte relativamente autônoma da totalidade social, Marx, diferentemente, pôde fundar a ciência da história (o materialismo histórico) e a construção de um objeto completamente novo ao visar, em princípio, a partir da sua crítica à economia política, a totalidade complexa como tal por objeto<sup>25</sup>. É nesse direcionamento preciso que o materialismo histórico se separa radicalmente do “realismo” e do “relativismo”.

A questão da construção do conceito de história é particularmente retomada no segundo tópico do quarto capítulo de *Semântica e Discurso*, “O marxismo-leninismo transforma a relação entre a forma-sujeito do discurso e a prática política”, quando Pêcheux trata especificamente da inovação radical colocada pelo materialismo histórico (o objeto de *O Capital* e a abertura de um campo teórico novo, o “continente-história”): “Marx foi o primeiro a descobrir a grande lei do movimento da história, a lei segundo a qual todas as lutas históricas travadas no âmbito político, religioso, filosófico ou em qualquer outro campo ideológico são de fato apenas a expressão mais ou menos nítida de lutas entre classes sociais” (ENGELS, 2011, p. 22). A fundação do materialismo histórico, definida como a ciência da

---

<sup>25</sup> Essa tese de Althusser em sua leitura de Marx, especialmente do objeto de *O Capital*, é fundamental para Pêcheux. Assim, o autor vai designar por *interdiscurso* esse “todo complexo com dominante” das formações discursivas, que é também, por sua vez, submetido “à lei de desigualdade-contradição-subordinação que [...] caracteriza o complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, [1975] 1995, p. 162).

história, impossibilita a existência de uma ciência “burguesa” da história: “Não há, pois, e não poderia existir, ‘ciência burguesa’ da história, o que, bem entendido, não quer dizer, de modo algum, que, contra todas as aparências, a burguesia não faça política (!)” (PÊCHEUX, [1975] 1995, p. 203). Além disso, para o autor, as condições de produção do discurso científico estão ligadas materialmente a um estado dado no processo de produção, sendo que tais condições de produção e processos de produção são afetados pela ideologia e pelo inconsciente.

Segundo Nunes (2008), a AD materialista e a HIL têm seus métodos específicos, mas é a partir do encontro entre os dois domínios que se produz uma ressonância de dupla via. No Brasil, em especial nos trabalhos coordenados por Eni Orlandi e Eduardo Guimarães na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)<sup>26</sup>, a série de estudos que buscou trabalhar esse contato entre as duas disciplinas produziu, coletivamente, questões efetivas para as duas disciplinas.

A partir da relação produtiva, temas que são comumente abordados na HIL, como conceitos, obras, autores e periodizações, recebem uma visada específica quando trabalhados em relação com a AD (NUNES, 2008). Nunes destaca que um dos pontos de contato dessa articulação entre AD e HIL “reside em uma visão história da ciência e, particularmente, do que chamamos as ‘ciências da linguagem’” (NUNES, 2008, p. 109). Nesse sentido, ao tomar a expressão “ciências da linguagem” no plural marca-se a diversidade dos estudos da linguagem que devem ser considerados.

Embora a chamada linguística moderna, tal como iniciada pelos comparatistas no século XIX e depois por Saussure no século XX, seja contemplada, ela não é considerada como o ponto de início das ciências da linguagem, que têm uma história bem mais longa e plural. Assim, quando utilizamos o adjetivo linguístico, ele se refere a qualquer saber produzido sobre a linguagem na história.

A definição de ciência da linguagem de S. Auroux é suficientemente ampla para abarcar a diversidade de saberes e seu modo de aparecimento no tempo e no espaço. (NUNES, 2008, p. 109).

Ao tratarmos das ideias linguísticas a partir dos dispositivos teóricos e analíticos da AD, devemos considerar a construção de um saber sobre a língua, a produção de instrumentos linguísticos e a história do povo que a fala (GUIMARÃES; ORLANDI, 2001). Guimarães e Orlandi (1996, p. 13) afirmam que a gramatização de uma língua é parte da

<sup>26</sup> Não remontaremos ao profícuo percurso de produções da HIL no Brasil que, de fato, constituiu um lugar singular de trabalhos e uma ressonância de dupla via para as duas disciplinas (a HIL e a AD). O leitor poderá encontrar na página <<http://www.unicamp.br/iel/hil/apresenta.html>> uma apresentação do programa da disciplina na Unicamp, assim como um histórico dos projetos coletivos (“História das Ideias Linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional”; “História das Ideias Linguísticas no Brasil: ética e políticas das línguas”) e das publicações disponíveis produzidas durante quase três décadas de intensas pesquisas e debates.

história e não uma mera produção de instrumentos sobre a língua: “as tecnologias não são só resultado de um saber, são também parte dos fatos para os quais, ou a partir dos quais, foram produzidos”.

Para Orlandi (2001), os instrumentos linguísticos são transformados em objetos vivos com relação aos sujeitos, à sociedade e à história. Os instrumentos “tomam parte na construção histórica das formações sociais com suas instituições, e sua ordem cotidiana” (ORLANDI, 2001, p. 8). O saber e a escrita funcionam na nossa sociedade como materialidade que constitui a forma das instituições. Ao lado da gramática e do dicionário — instrumentos linguísticos privilegiados por Auroux —, há outras materialidades, outras textualidades, que foram exploradas pelos pesquisadores brasileiros nessa leitura do processo de construção do saber linguístico, como obras literárias, leis, manuais, programas de ensino, dado que esses instrumentos linguísticos (e objetos discursivos) são “um excelente observatório da constituição dos sujeitos, da sociedade e da história” (ORLANDI, 2001, p. 9). Assim, devemos considerar, sobretudo a partir da reflexão de Orlandi (2001, p. 14), que a “língua e os instrumentos linguísticos são objetos históricos que estão intimamente ligados à formação do país, da nação, do Estado”.

Por fim, Orlandi (2012, p. 20) afirma que não é possível tomar a história como uma espécie de “(história da) ciência com seus conteúdos já pressupostos, somos críticos ao conteudismo, e preferimos pensar essa história discursivamente, e, então, não é seu conteúdo mas seu funcionamento que nos interessa”. Não pensar em um efeito de objetividade prévio, faz com que a HIL no Brasil trabalhe a memória discursiva em sua interdiscursividade: “podemos então apreciar o movimento da produção da ciência como algo nada linear, mas, ao contrário, cheio de efeitos de pré-construído e de implicações e consequências muito dinâmicas e, não poucas vezes, controversas” (ORLANDI, 2012, p. 21).

## **2.1 Procedimentos teóricos e analíticos**

O *arquivo de leitura* desta pesquisa é constituído de recortes (ORLANDI, 1984) de enunciados que textualizam a relação entre o jogo, o valor e o real da língua na obra de Pêcheux. Tais recortes são tomados em relação a um “conjunto de conhecimentos antecedentes” (horizontes de retrospectão) (AUROUX, 1987, 2006, 2008, 2009) que sustenta a formação de uma rede conceitual. Segundo esse lugar de observação, parto de *três fundamentos teóricos*: 1) a tensão da memória com a atualidade (PÊCHEUX, [1988] 2012); 2) a formação do conceito no interior das obras em face de condições históricas gerais e

específicas (GUIMARÃES, 2004); e 3) a problematização do valor instrumental (HENRY, 2014) dos conceitos em um domínio de saber dado (COLOMBAT; FOURNIER; PUECH, 2010).

### 2.1.1 O ponto de encontro de uma memória e de uma atualidade

Auroux (2009) afirma que todo *saber metalinguístico* é um produto histórico e resulta de uma relação com as tradições. Para o autor, o conhecimento é uma realidade histórica e seu modo de existência real é a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber. O saber, por sua vez, possui uma espessura temporal constituída por horizontes de retrospecto e horizontes de projeção, ou seja, uma memória e um projeto:

O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber. (AUROUX, 2009, p. 12).

O saber está enredado com as noções históricas de transmissão (em longo prazo) e de representação (AUROUX, 2008). Para o autor, *não há saber sem transmissão*, mesmo que este não seja representado. As técnicas, por exemplo, são conhecimentos primeiramente transmitidos por aprendizagem e imitação (não representados). Por ser reflexiva, a representação representa a si antes de ser a representação de algo. A partir do conceito de representação, cujo limiar da *escrita* é fundamental, Auroux (2009) distingue o saber linguístico em epilinguístico e metalinguístico.

Ressaltamos que, para Auroux (2009), o saber linguístico não rompeu com a consciência epilinguística. A relação entre o epilinguístico e o metalinguístico não se dá como uma oposição, mas sim como um *continuum*. Além disso, o “aparecimento de metalinguagem (existe emprego cotidiano dela) não desemboca necessariamente no tipo de saber linguístico que consideramos como um saber no sentido particular em que consideramos numa tradição gramatical” (AUROUX, 2009, p. 17). Apesar de constituir-se como um *continuum*, o saber epilinguístico, isto é, não colocado por si na representação, torna-se metalinguístico ao ser representado, construído e manipulado com a ajuda de uma metalinguagem, sendo a gramática e o dicionário as duas tecnologias ou instrumentos linguísticos “que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico” (AUROUX, 2009, p. 65).

A longa tradição da transmissão do saber não é cumulativa (COLOMBAT; FOURNIER; PUECH, 2010). Para a HIL, em qualquer época, os estudiosos da língua e da

linguagem tentam reconstruir os horizontes de retrospectiva ligados estritamente com os domínios de objetos em regimes específicos de historicidade (AUROUX, 2008). De acordo com Colombat, Fournier e Puech (2010) em um domínio de saber dado, existe uma tensão entre *duração* e *descontinuidade*. De um lado, há pontos nodais de estabilidade, em que noções ou conceitos, teorias e frequentemente fragmentos de teorias têm sua permanência demarcável; de outro, tais conceitos e teorias dependem dos sistemas históricos de representação emergentes em que estão inseridos. Os dois “fenômenos” (permanência e mudança) colocam questões teóricas e metodológicas diferentes para a HIL.

Em termos discursivos, Pêcheux destaca que a questão do papel da memória conduz a abordar as condições (mecanismos e processos) nas quais um acontecimento irrompe. Esse acontecimento pode efetuar um deslocamento ou, pelo contrário, inscrever-se em uma continuidade interna, ou seja, “no espaço potencial de coerência própria a uma memória” (PÊCHEUX, [1984] 1999, p. 50). O autor assinala que a memória não deve ser entendida em um sentido diretamente psicologista de uma “memória individual”, mas sim no sentido de uma memória social que é inscrita em práticas e relacionada com a memória *construída* pelo historiador. “Não é de se admirar, nessas condições, que a ideia de uma fragilidade, de uma tensão contraditória no processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória tenha sido constantemente presente, sob uma dupla forma-limite que desempenhou o papel de ponto de referência” (PÊCHEUX, [1984] 1999, p. 50): o acontecimento pode escapar à inscrição ou pode ser absorvido na memória como se nunca tivesse ocorrido.

Pêcheux afirma que nunca encontramos o discurso-implícito sob uma forma sedimentada e estável; ele se formaria, então, em um espaço de repetição que produz um efeito de série. Pêcheux adverte ainda que essa série do legível que toma forma sob o processo de regularização discursiva é sempre suscetível de ruir sob o peso do *acontecimento discursivo novo*:

[A] regularização discursiva, que tende assim a formar a lei da série do legível, é sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória: a memória tende a absorver o acontecimento, como uma série matemática prolonga-se conjeturando o termo seguinte em vista do começo da série<sup>27</sup>, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa “regularização” e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema da regularização anterior (PÊCHEUX, [1984] 1999, p. 52).

<sup>27</sup> Cf. o artigo “Memória e produção discursiva do sentido”, de Pierre Achard (1999).

Nesse processo, forma-se um jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento: de um lado, há um jogo de força que visa manter a regularização pré-existente, integrando o acontecimento em uma “boa forma” até absorvê-lo ou levá-lo à dissolução; por outro, há o jogo de força de uma desregulação que perturbaria as estabilizações parafrásticas pré-existentes e a rede de implícitos. No artigo “Metáfora e interdiscurso”, ao tratar das figuras do incêndio, particularmente da relação *imediate* Incêndio/Revolução no discurso marxista e anarquista, Pêcheux mostra que esse jogo de forças entre a memória e a atualidade aparece discursivamente sob a forma da tensão contraditória entre a *metáfora* (a *perturbação*) e a *metonímia* (a *reconstrução*).

Parece historicamente plausível considerar que o discurso marxista clássico tendeu a realizar esta construção teórica explicativa, e que assim ele constitui uma espécie de metonimização da irrupção anarquista. Isto não constitui a meus olhos nem uma justificativa nem uma condenação do anarquismo face ao marxismo (ou vice-versa) mas unicamente uma tentativa de elucidar como um efeito de interdiscurso pode se transformar historicamente, em um exemplo que nos concerne a todos por suas repercussões históricas.

Eu acrescentarei que na perspectiva que acabo de esboçar, a metáfora aparece fundamentalmente como uma *perturbação* que pode tomar a forma do lapso, do ato falho, do efeito poético, do *Witz* ou do enigma. A metonímia apareceria ao mesmo tempo como uma tentativa de “tratar” esta perturbação, de *reconstruir* suas condições de aparecimento, um pouco como um biólogo reconstrói conceptualmente o processo de uma doença para intervir sobre ela. (PÊCHEUX, [1984] 2011, p. 160).

Sob o “mesmo” da materialidade da palavra, o *jogo da metáfora* irrompe como *perturbação* ao estabilizado, abrindo uma outra possibilidade de articulação discursiva: “uma espécie de repetição vertical, em que a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase” (PÊCHEUX, [1984] 1999, p. 53). No entanto, esse ponto em que a memória esburaca-se (abrindo-se ao jogo da metáfora) é constantemente ameaçado de ser tamponado, suturado... O efeito do choque entre a perturbação e a tentativa de tratamento dessa perturbação (como um processo de reconstrução) se dá como efeito de opacidade. Novamente em *O papel da memória*, esse efeito de opacidade, que corresponde ao ponto de divisão do mesmo e da metáfora, marca também o momento em que os “implícitos” não podem mais ser reconstruídos.

Em *O discurso: estrutura ou acontecimento*, Pêcheux ([1988] 2012) aborda a questão da discursividade, ao mesmo tempo, como *estrutura* e como *acontecimento*. O gesto que consiste em inscrever um discurso dado em tal série, a “incorporá-lo a um ‘corpus’”, corre sempre o risco de absorver o acontecimento desse discurso na estrutura da série na medida em que esta tende a funcionar como transcendental histórico, grade de leitura ou memória antecipadora do discurso em questão” (PÊCHEUX, 2012, p. 56). Ao criticar o direcionamento

equivoco que, muitas vezes, tomava a noção de *formação discursiva*<sup>28</sup>, Pêcheux comenta que tal noção

derivou muitas vezes para a ideia de uma máquina discursiva de assujeitamento dotada de uma estrutura semiótica interna e por isso mesmo voltada à repetição: no limite, esta concepção estrutural da discursividade desembocaria em um apagamento do acontecimento, através da sua absorção em uma sobre-interpretação antecipadora. (PÊCHEUX, [1988] 2012, p. 56).

Ao trabalhar o *acontecimento* no ponto de encontro de uma atualidade e de uma memória, o autor aponta que o discurso possui uma ordem, não sendo independente de uma delimitação pelas redes de memórias e pelos trajetos sociais em que se insere.

Sendo assim, ao problematizar a relação tensa e contraditória entre a memória e a atualidade e tendo em vista a ampla circulação do jogo e do valor<sup>29</sup> na história do “recente”, viso a duas questões cruciais:

a) É impossível partir de uma constituição mais ou menos estável do que seja o “estruturalismo”. Questiono, portanto, o efeito imaginário de unidade do “estruturalismo” e o considero em sua contradição, heterogeneidade e opacidade. Isto é, compreender o “estruturalismo” é colocar-se diante do imenso e polêmico arquivo de leitura reconhecido como próprio ao movimento em suas condições históricas (autores, obras, revistas, conferências, disciplinas, instituições etc.), pondo-se à escuta dos múltiplos discursos sobre o “estruturalismo”.

b) Pêcheux ([1982] 1998, p. 11, grifo do autor) afirma que “a própria designação desta nova corrente pelo nome de estruturalismo manifesta a posição-chave que o novo materialismo da estrutura atribuía à Linguística enquanto ‘ciência-piloto’”. Pêcheux ainda destaca que o aparecimento na França desse novo dispositivo filosófico e político constituiu seu espaço pela releitura de três autores fundadores: Marx, Freud e Saussure.

Nesse ponto, poderíamos apresentar a posição defendida por Milner em *O amor da língua*, para quem a intenção confessa de Saussure pela ciência (a partir do projeto do *Curso de Linguística Geral*)

<sup>28</sup> Para Haroche, Henry e Pêcheux ([1971] 2007, p. 26, grifo dos autores) as formações ideológicas comportam “necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* interligadas, que determinam *o que pode e deve ser dito* [...], a partir de uma posição dada numa conjuntura dada”.

<sup>29</sup> Em outro direcionamento, parece-nos muito sintomático que o *real da língua* tenha sido amplamente foracluído das ditas ciências humanas e sociais, mesmo que a Linguística tenha sido tomada enquanto uma ciência-piloto dos diferentes projetos (semiológicos, etnológicos etc.). O que pertenceria propriamente à língua? Ora, a língua não é (como as inquietações saussurianas puderem demonstrar) um problema entre outros: ela constitui a totalidade do horizonte problemático de uma época histórico-metafísica. Voltaremos a essa questão no tópico dedicado ao estruturalismo.

não deixou de desencadear certos mal-entendidos [especialmente entre os “estruturalistas”] e, particularmente entre os modernos, uma aproximação indevida com Freud. As coisas, entretanto, deveriam ficar claras: Freud é um iniciador — ao fundar, ele faz com que passe a existir uma configuração que, antes dele, era inédita [um fundador de discursividade]. Não acontece o mesmo em Saussure: a seu ver, a linguística existe — é a gramática comparada —, o problema é que ela ignora aquilo que a possibilita. (MILNER, 2012, p. 51).

No entanto, equivaler a gramática comparada à linguística saussuriana ancorada pelo conceito de valor<sup>30</sup> nos parece ser uma *neutralização* do lugar e do combate teórico fundador de Saussure, isto é, da diferença radical deste autor com toda a linguística e com toda a filosofia precedentes.

Redirecionando o debate sobre a instauração e a fundação das discursividades ao quadro teórico da HIL, exploramos a produtividade histórica do “retorno a” (FOUCAULT, 2009)<sup>31</sup>. Para Foucault, o “retorno a” é caracterizado como *instauração de discursividade*.

Resulta que, naturalmente, esse retorno, que faz parte do próprio discurso, não cessa de modificá-lo, que o retorno ao texto não é um suplemento histórico que viria se juntar a própria discursividade e a duplicaria como um ornamento que, afinal, não é essencial; é um *trabalho efetivo e necessário de transformação da própria discursividade* (FOUCAULT, 2009, p. 285, grifo nosso).

Para além da distinção entre a fundação e a instauração das discursividades, Orlandi (1993, p. 13) produz uma reflexão efetiva sobre a noção de discurso fundador

<sup>30</sup> Milner não aborda diretamente a noção de valor em *O amor da língua*, como bem observaram Gadet e Pêcheux ([1981] 2010). Entretanto, o autor parece se retificar em *El périplo estructural: figuras y paradigma* em relação ao lugar de fundação da linguística saussuriana diante da gramática comparada e de toda teoria do signo. Frente a um programa que *partiu* da gramática comparada e de uma posição epistemológica minimalista, Saussure pôde descobrir um campo completamente novo (o da pura diferença): “Lo cierto es que, de una manera discreta, casi oblicua, Saussure introdujo un nuevo tipo de entidades del que la tradición filosófica no le proporcionaba ejemplos. Ser y ser uno, estas propiedades estaban hasta entonces enlazadas: *Omne ens est unum*, escribía santo Tomás. La entidad lingüística tal como la describía Saussure no existía sino por diferencias; su ser estaba atravesado, pues, por la multiplicidad de todas las otras entidades de la misma lengua: ya no era, propiamente hablando, una unicidad; había, por lo tanto, seres que no eran *un ser* o cuya unicidad se definía de otra manera: se trataba de la unicidad de un entrecruce de determinaciones múltiples y no de una unicidad centrada alrededor de un punto íntimo de identidad consigo mismo. Saussure tiene conciencia de la novedad y la destaca con sus ejemplos [...]; ellos demuestran que es posible que pueda permanecer idéntica a sí una entidad de la que habría cambiado toda su sustancia material; en cambio, es posible que pueda haber cambiado una entidad cuya sustancia material habría seguido siendo por entero la misma. La tesis implícita se deja resumir así: hay disyunción entre identidad y semejanza. No se puede imaginar ruptura más profunda con la tradición filosófica. Fuese idealista o empirista, esta había distinguido radicalmente, sin duda, la identidad de la semejanza. Pero se admitía que entre ambas debía subsistir una relación: que la semejanza material era un índice — eventualmente engañoso pero siempre digno de consideración — de la identidad; que la identidad se consumaba en cierto modo naturalmente por semejanzas. En lo sucesivo, la relación quedó rota. Puede sostenerse que el *Curso* entero se propone resolver el problema que esto planteaba. Lo mejor que tuvo el estructuralismo generalizado consistió en tomar en serio esta solución para explorar sus diversas posibilidades. Tomado en extensión, el programa podía aplicarse a toda especie de realidad, si se admite (hipótesis estructuralista fuerte) que toda realidad puede ser considerada desde el solo punto de vista de sus relaciones sistémicas” (MILNER, 2003, p. 42-43, grifo do autor).

<sup>31</sup> Assumimos o posicionamento de que Foucault coloca questões fundamentais à HIL, no que se refere ao domínio de saber e ao campo problemático dos regimes “recentes” de historicidade (século XIX e XX).

enquanto processo de instalação que “irrompe pelo fato de que não há ritual sem falhas, e ele aproveita fragmentos do ritual já instalado — da ideologia já significativa — apoiando-se em ‘retalhos’ dele para instalar o novo”. Nessa orientação, o sentido “anterior” (o já-dado) é desautorizado, vindo a se instalar outra “tradição” de sentidos que produz outros sentidos nesse lugar. “Instala-se uma nova ‘filiação’. Esse dizer irrompe no processo significativo de tal modo que pelo seu próprio surgir produz sua ‘memória’” (ORLANDI, 1993, p. 13).

Trabalhando a partir do “retorno a”, tomado aqui como discurso fundador filiado a um trajeto determinado de sentidos (a uma rede de filiações sócio-históricas), problematizamos os horizontes de retrospectão de Pêcheux e a produtividade histórica de suas leituras em condições históricas, científicas e institucionais dadas. Ressaltamos ainda que apesar de não se inserir estritamente no “estruturalismo”, a AD de Pêcheux tem seus fundamentos em questões de interesse comum às teorias e às práticas estruturalistas (ORLANDI, 2009).

Além dessas relações de demarcações, retornos, repetições e derivas na tensão entre a memória e a atualidade, um mecanismo fundamental para a compreensão do jogo na obra de Pêcheux são os “modos de construção de referência” (AUROUX, 2008), mesmo que não se sustentem na citação explícita do nome de um autor. Esse modo histórico de construção de referências em textos científicos é designado, em HIL, como horizonte de retrospectão.

A existência dos *horizontes de retrospectão*, definidos no sentido amplo como conjunto de conhecimentos antecedentes, atesta a relação do saber com o tempo. Em princípio, “não há conhecimento instantâneo” (AUROUX, 2008, p. 141). « Les sciences du langage se développent dans des *horizons de rétrospection* structurés différemment selon les époques, les points de vue, les spécialisations » (PUECH, 2006, p. 11, grifo do autor).

Auroux (1987) afirma que, como parte da enunciação científica, o conjunto de referências que se transmitem por tradição e formam a estrutura dos horizontes de retrospectão é determinado pela estrutura dos sistemas científicos. A partir dessa definição de horizonte de retrospectão, Fournier e Raby (2006) consideram que este pode se tratar tanto de um fato construído pelo historiador por meio do reconhecimento de certos empréstimos, influências ou reminiscências, ou a partir de um fato dado pelos textos. Esse conjunto de referências pode se manifestar por meio de alusões ou citações explícitas (FOURNIER; RABY, 2006).

Um horizonte de retrospectão pode ser estruturado de múltiplas maneiras (AUROUX, 2006, 2009). Entre elas, a co-presença de conhecimentos é uma modalidade

fundamental. Nessa orientação, um conjunto de autores pode ser tomado como um “todo” e “utilizado” em pesquisas, figurando, por exemplo, no fim de um artigo científico sob a forma de referência bibliográfica. Da mesma forma, um conhecimento pode receber um estatuto específico, tornando-se “antigo” em relação a outros. Em todos os casos, os conhecimentos são carregados de historicidade (AUROUX, 2008). Na história do “recente”, a forma como os domínios de objetos históricos são afetados pela temporalidade (os modos de historicização) depende amplamente da constituição e da estruturação dos horizontes de retrospectão (AUROUX, 2008).

### 2.1.2 As condições históricas gerais e específicas

Não há ideias que sejam constituídas fora das práticas (GUIMARÃES; ORLANDI, 1996) e de suas condições históricas (ORLANDI; GUIMARÃES, 2002). As condições históricas não são as instituições em si, apesar de as práticas sociais se desenvolverem no interior das instituições (GUIMARÃES, 2004). Os trabalhos de Pêcheux estão inseridos em espaços de circulação determinados: artigos escritos em coautoria, obras editadas por grupos institucionalizados de psicologia social, livros publicados na *Collection Théorie* dirigida por Althusser, textos publicados em revistas e atas de congresso de áreas especializadas (recortes imaginários das teorias) como psicologia social, epistemologia, linguística, marxismo etc. Esses espaços de circulação que dão publicidade aos textos em ciências da linguagem são tomados aqui enquanto *objetos discursivos*.

Destacamos também que os escritos de Pêcheux não são compreendidos como documentos transparentes, sem historicidade nem memória: eles se realizam segundo modos específicos de se produzir conhecimento em determinada *conjuntura histórica*, isto é, do ponto de vista materialista, um estado dado no modo de produção. Nesse sentido, as obras que formulam os saberes são produzidas segundo práticas de produção do conhecimento em face às instituições que organizam tais práticas (GUIMARÃES, 2004). Entra em jogo a noção de *autoria* que funciona de forma processual com as obras lidas.

Em “O que é um autor?”, Foucault critica a concepção empírica de autor como foco de expressão e como unidade de escrita regida pelos princípios lineares de evolução, maturação ou influência, como se a leitura da “obra” de um “autor” fosse “um ponto a partir do qual as contradições se resolvem, os elementos incompatíveis se encadeando finalmente uns nos outros ou se organizando em torno de uma contradição fundamental ou originária”. (FOUCAULT, 2009, p. 278).

Retomando os trabalhos de Foucault em uma perspectiva materialista, Orlandi (1999, p. 75) afirma que “a própria unidade do texto é efeito discursivo que deriva do princípio de autoria”. A autoria é, portanto, uma função sustentada pelo *efeito* (imaginário) de unidade e coesão do texto (LAGAZZI-RODRIGUES, 2010). Na relação processual do autor e da autoria com a “obra”, unidade não menos problemática que a individualidade do autor (FOUCAULT, 2009), Amanda Scherer (2015, [informação verbal<sup>32</sup>]) questiona a noção mesma de “obra completa” como imaginário de completude. Dessa forma, como trabalhar com os direcionamentos de sentidos do valor e do jogo no percurso teórico de Pêcheux, sem reproduzir esse “desejo de totalidade”?

Orlandi (2005) afirma que não é possível pensar a trajetória de Pêcheux de forma linear, estanque e evolutiva. O jogo em sua relação estrita com o conceito saussuriano de valor atravessa os dezessete anos de produção intelectual de Pêcheux, em um espaço em que se operam demarcações, retornos, repetições e derivas. Por esse motivo, não adotamos a divisão de sua obra em três “épocas”, tal como ele indicou em um esboço publicado postumamente<sup>33</sup>. Na HIL, “a história ‘contada’ pelo cientista sobre si mesmo é só o elemento inicial da análise” (GUIMARÃES, 2004, p. 19). Consequentemente, isso implica em separar a temporalidade das operações narrativas “contadas” pelo autor/cientista da temporalidade da história que se procura construir. Entretanto, é relevante, para a HIL, “ver reconhecimentos de continuidade e descontinuidade que operam a própria elaboração de conceitos, noções, descrições, práticas” (GUIMARÃES, 2004, p. 19). Enfatizemos: não consideramos que sua obra se divide em três épocas, mas reconhecemos que a problematização do *real* como impossível específico à língua, à história e ao inconsciente é tomado como um deslocamento com as concepções até então elaboradas (sobre essa questão, confira a nota de rodapé 5 deste trabalho).

### 2.1.3 O valor instrumental dos conceitos em história das ciências

Ao tomar o conceito como lugar fundamental de observação, partimos do posicionamento teórico de que a produção de uma HIL “deve acompanhar a formação de práticas de conhecimento, de conceitos, de noções” (GUIMARÃES, 2004, p. 11). Para o historiador das ideias linguísticas, os conceitos não são conteúdos ideais do período

<sup>32</sup> Aula magna “A pesquisa e a formação de arquivo em Letras” proferida em 20 de março de 2015 por Amanda Scherer.

<sup>33</sup> Trata-se do relatório de pesquisa intitulado “Análise de Discurso: três épocas” (PÊCHEUX, [1990] 2014) que foi publicado em 1990, na França, por Denise Maldidier e, no Brasil, por Eni Orlandi.

observado, mas se apresentam por meio de “certo número de manifestações discursivas: um conjunto de definições (mais ou menos estabilizadas, submetidas frequentemente a um trabalho de reescrita), um campo terminológico mais ou menos extenso, um conjunto de exemplos e regras” (COLOMBAT; FOURNIER; PUECH, 2010, p. 241, tradução nossa).

No quadro teórico da AD, os *conceitos* têm *valor instrumental* na prática teórica, na prática dita científica. Pêcheux (sob o pseudônimo de Thomas Herbert) afirma que “toda ciência é inicialmente ciência da ideologia da qual ela se destaca” (HERBERT [PÊCHEUX], [1968] 1995, p. 63) a partir de um estado conjuntural dado. Tal processo ocorre, em primeiro momento, sobre as condições nas quais uma ciência estabelece seu objeto e, em segundo momento, sobre o processo de “reprodução metódica” desse objeto (HERBERT [PÊCHEUX], [1968] 1995). Nesse primeiro momento, é necessário que os instrumentos e ferramentas *transferidos* das práticas científicas já estabelecidas e das práticas técnicas (ligadas ao processo de produção) sejam “reinventados” em função de uma “transformação produtora”.

Da mesma forma, ao comentar sobre o papel que é atribuído aos instrumentos científicos no artigo de Thomas Herbert ([PÊCHEUX], [1966] 2011), Henry (2014) afirma que cada vez que um instrumento é *transferido* de um ramo de uma ciência a outro campo dessa mesma disciplina, ou de uma ciência para outra, este instrumento deve ser efetivamente transformado, reinventado:

As ciências colocam suas questões, através da interpretação de instrumentos, de tal maneira que o ajustamento de um discurso científico a si mesmo consiste, em última instância, na apropriação dos instrumentos pela teoria. É isto que faz da atividade científica uma *prática* (HENRY, 2014, p. 16, grifo do autor).

Para Henry (2014), a noção de instrumento elaborada desde Thomas Herbert com base na obra de Althusser, e a sua crítica relativa ao estado pré-científico da psicologia social se aproximam, sobretudo, do posicionamento descontinuista de Georges Canguilhem e Gaston Bachelard. No entanto, Thomas Herbert redireciona tal quadro epistemológico à problemática da produção do conhecimento dito científico diante das consequências da divisão do trabalho e das implicações do caráter contraditório da combinação das forças produtivas e das relações de produção em uma sociedade dividida em classes. É nesse direcionamento que a base filosófica de Thomas Herbert se contrapõe explicitamente à filosofia como “saber supremo”, como Descartes, Kant, Bergson, Husserl e Sartre que se esforçaram, cada um a sua maneira, a produzir um “olhar pesado de controle” (segundo termo do próprio Thomas Herbert) da filosofia em direção à ciência.

Esse olhar, pesado de controle, que a filosofia não para de impor sobre as ciências — ou, para falar como filósofo, sobre *a* ciência considerada globalmente como região a vigiar — esse olhar, que Bachelard tentou avaliar, “deixa ouvir” algo que é oportuno examinar: todas as manobras de coerção que a filosofia exerceu sobre as ciências se mostravam, quando examinadas, como **sintomas** sempre novos de um nó de forças “reativas”, no sentido nietzschiano, que tomou posse da filosofia (HERBERT [PÊCHEUX], [1966] 2011, p. 22-23, *itálico do autor*, **negrito nosso**).

Esses sintomas se produziriam para além do olhar vigilante da filosofia sobre as ciências consideradas como *a* ciência ou *o* conhecimento, indo, aliás, para além de uma concepção de conhecimento reduzida à condição da *visão*. O fundamento capital dessa compreensão de instrumento é justamente evitar o erro de considerar qualquer utilização do instrumento como científica<sup>34</sup> (HERBERT [PÊCHEUX], [1966] 2011).

Com base em Herbert, Orlandi (2005, p. 153) distingue “transferência” e “transporte”. Para a autora, “não há equivalência entre o que é dito em uma ordem de discurso e na outra. Há transferência. Quando isso não é ‘bem feito’ resulta que há apenas ‘transporte’ (e não transferência) de um sentido de um discurso para o outro o que resulta em perda, em caricatura”. Em outros termos, uma simples “aplicação metafórica” (PÊCHEUX, [1971] 2011) ou um mero transporte (ORLANDI, 2005) se constitui como efeito da ideologia teórica (a filosofia espontânea dos sábios), ou seja, obstáculo epistemológico ao campo instrumental em uma ciência determinada<sup>35</sup>. Veremos, no próximo capítulo que, para AD, quando tratamos da relação de transferência ou transporte de conceitos entre campos científicos distintos (ou até no interior do mesmo campo) estamos lidando necessariamente com a problemática da metáfora.

<sup>34</sup> Para Henry (2014), a concepção de instrumento e a crítica ao estado “pré-científico” da psicologia social que Pêcheux produz se aproxima, sobretudo, da epistemologia de Canguilhem e Bachelard, mas a redireciona à problemática da produção do conhecimento científico diante das consequências da divisão do trabalho e das consequências do caráter contraditório da combinação das forças produtivas e das relações de produção em uma sociedade dividida em classes. É nesse direcionamento que a base filosófica de Herbert se contrapõe à filosofia como “saber supremo”, como Descartes, Kant, Bergson, Husserl e Sartre que se esforçaram, cada um a sua maneira, de produzir um “olhar pesado de controle” (o termo é de Herbert) da filosofia para a ciência. “Esse olhar, pesado de controle, que a filosofia não para de impor sobre as ciências — ou, para falar como filósofo, sobre *a* ciência considerada globalmente como região a vigiar — esse olhar, que Bachelard tentou avaliar, ‘deixa ouvir’ algo que é oportuno examinar: todas as manobras de coerção que a filosofia exerceu sobre as ciências se mostravam, quando examinadas, como sintomas sempre novos de um nó de forças ‘reativas’, no sentido nietzschiano, que tomou posse da filosofia” (HERBERT [PÊCHEUX], [1966] 2011, p. 22-23, *grifo do autor*). Nessa orientação, esses sintomas se produziriam para além do olhar vigilante da filosofia sobre as ciências (tomadas enquanto *a* ciência ou *o* conhecimento), aliás, para além de uma concepção de conhecimento como *visão*.

<sup>35</sup> Lembremos do artigo de Michel Pêcheux ([1969] 1971) sobre os efeitos do corte galileano em física e em biologia. O autor mostra como os diferentes campos são constituídos em temporalidades diferenciais “que jamais são dados na evidência ideológica da continuidade do tempo” (ALTHUSSER, 1980, p. 43). Sendo assim, um instrumento produzido em um campo científico pode se configurar como obstáculo epistemológico em outro.

### 3 RETORNO A SAUSSURE: PÊCHEUX, LEITOR DE SAUSSURE

Le jeu d'échecs et non le fait économique reste pour F. de Saussure l'image la plus fidèle d'une grammaire. Le schéma de la langue est en dernière analyse *un jeu* et rien de plus. (HJELMSLEV, 1942, p. 40).

Neste tópico, empreendemos um gesto de leitura sobre a comparação saussuriana da língua com uma partida de xadrez no *Curso de Linguística Geral (CLG)*. Interrogar-se sobre a relação do *próprio da língua* com o *sujeito* e com o *sentido* nos parece ser a base fundamental e indispensável das leituras de Pêcheux (e do grupo de pesquisadores a ele relacionado) dos textos saussurianos.

A visada materialista se dá como gesto de leitura (*tomada de posição*) específico “contra o positivismo sempre dominante nas ciências humanas” (NORMAND, 2012a, p. 125, grifo da autora). Nessa orientação, é possível afirmar ainda que a teoria saussuriana está na base mesma da constituição da *AD materialista* que foi desenvolvida a partir do final da década de 1960 por Pêcheux (GADET; LÉON; MALDIDIER; PLON, 2014). Além disso, diante desse posicionamento, os temas trabalhados a seguir — a relação entre *metáfora* e *metalinguagem*, a *problemática da autoria e das versões*, o *percurso de leitura dos textos saussurianos*, a questão do *corte* e as consequências da *tese do primado do valor sobre a significação* — possibilitam demarcar um campo de discussões pertinentes a HIL.

Já considerada como a *metáfora* central da linguística saussuriana (BARTHES, 1985), é a partir da comparação da língua com um jogo de xadrez que Saussure (2006) concebe o objeto língua como um *sistema de regras e valores puros*.

Retomamos, inicialmente, alguns apontamentos de Normand (2012d) sobre a relação entre *metáfora* e *metalinguagem* na obra de Saussure.

Normand (2012d) afirma que, em algumas notas manuscritas<sup>36</sup> de Saussure, as metáforas, comparações e analogias são remetidas a sua impotência no terreno da língua e da linguagem: “Nous (sommés) au contraire profondément convaincus que quiconque pose le pied sur le terrain de la *langue* peut se dire qu'il est abandonné par toutes les analogies du ciel et de la <terre>” (SAUSSURE, 1989, p. 169, grifo do autor).

---

<sup>36</sup> As citações saussurianas deste primeiro ponto estão presentes no artigo “O *Curso de Linguística Geral: metáforas e metalinguagem*”, de Normand (2012d). Advertimos que, apesar de Normand se referir aos manuscritos, ela cita apenas a *edição* crítica do CLG publicada por Engler (SAUSSURE, 1989). Da mesma forma, a autora articula fontes saussurianas muito heterogêneas, não indicando a data provável de escrita de cada citação.

Da mesma forma, Saussure opõe-se a metáforas organicistas específicas: “não existem línguas filhas nem línguas mães, não existem em parte alguma e nem jamais existiram. [...] nunca houve em parte alguma parturição ou procriação de um idioma novo por um idioma anterior” (SAUSSURE, 2004, p. 134). Contudo, “o tom parece [...] menos incisivo nas aulas que aceitam alguns acordos, por exemplo, sobre organismo e sistema” (NORMAND, 2012d, p. 83). Apesar de organismo e sistema não serem sinônimos, Saussure indica somente que é *preferível* substituir um termo pelo outro: “digamos sempre, *de preferência*, sistema e não organismo, caso se queira. O que é linguística interna é o que se refere a seu sistema” (SAUSSURE apud NORMAND, 2012d, p. 84, grifo nosso).

Por fim, para Saussure, não é possível estabelecer um programa de renovação completa da terminologia seguindo apenas a palavra de ordem (“Basta de figuras!”) dos neogramáticos:

Proscrever a figura é se dizer de posse de todas as verdades, de outro modo você fica radicalmente sem condições de dizer onde começa e onde termina uma metáfora. [...] Chega de figuras? Assim, nada além de termos que correspondam às realidades absolutas da linguagem? Isso equivale a dizer que as realidades absolutas da linguagem não oferecem mistério para os neogramáticos, que eles as desvendaram para nós (SAUSSURE, 2004, p. 201).

Dessa forma, em sua relação com a busca pela terminologia em torno do objeto língua, uma hesitação marca a obra saussuriana: “as metáforas são detestáveis, [...] mas sem elas não podemos ficar” (NORMAND, 2012d, p. 84). Nesse sentido, a comparação da língua a um de xadrez ocorre tanto no *CLG* de 1916 editado por Bally e Sechehaye, quanto em notas manuscritas que foram editadas posteriormente ou nos cadernos dos alunos.

Ressaltemos que se trata de um discurso *sobre* a metáfora no campo da história das ciências, isto é, a metáfora é pensada em relação “aos desvios e titubeações de uma terminologia que busca se estabelecer” (NORMAND, 2012d, p. 82). No quadro materialista da AD de Pêcheux, o efeito metafórico e a metáfora — enquanto produção do sentido a partir do *non-sens*, processo este que aparece como *perturbação* aos sentidos estabilizados na memória — é um dispositivo de análise pertinente à história das ciências, mas não é unicamente restrito a esse campo.

Em *Análise Automática do Discurso*, trabalhando a problemática da substituição (x por y) no interior de um discurso, Pêcheux ([1969] 2014) atribui duas possibilidades de substituição que designa pelos termos sinonímia local ou contextual e sinonímia não contextual. O autor toma por hipótese que “as sinonímias contextuais são a regra, e que as sinonímias não contextuais são excepcionais” (PÊCHEUX, [1969] 2014, p. 95). Pêcheux

define por *efeito metafórico* “o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual<sup>37</sup>” (PÊCHEUX, [1969] 2014, p. 96). No segundo tópico da conclusão provisória desse livro, Pêcheux problematiza o funcionamento do efeito metafórico (dispositivo analítico da AAD) no campo da história das ciências. O autor afirma que “a identificação da ‘ruptura epistemológica entre uma ciência e o terreno de que ela se separa para se constituir surgiu como um dos problemas cruciais que a história das ciências deve resolver” (PÊCHEUX, [1969] 2014, p. 152). A análise das condições em que um discurso científico novo se instaura, assim como os instrumentos que ele empresta às ciências já existentes ou a representações “não-científicas” pode ser descrita como o entrecruzar de vários processos de produção, engendrando um novo processo que produziria um corte com as regras de coerência que regem o discurso anterior. De acordo com Pêcheux:

O estudo dos processos aos quais **uma ciência faz empréstimos, que ela usa como metáforas para compreender e para se fazer compreender**, o do “contexto” de uma obra científica — a constelação dos processos discursivos com os quais ela debate e se debate — aquele enfim da “difusão” dos conhecimentos em um sistema de representações pré-científicas, colocam uma série de problemas que o tipo de análise proposta contribuiria, talvez, para resolver. (PÊCHEUX, [1969] 2014, p. 153, itálico do autor, negrito nosso).

Em uma nota de rodapé a esse excerto, Pêcheux indica que, na esteira de Canguilhem, é possível apontar que entre Aristóteles e Harvey, por exemplo, “as metáforas diferem. Aristóteles pensava que o sangue irrigava o corpo *como* a água irriga a terra. Harvey, ao contrário, concebe a circulação sanguínea *como* um sistema hidráulico, com bombas e diques” (PÊCHEUX, [1969] 2014, p. 153, grifo do autor).

Somos levados, portanto, a pensar em uma unidade dos projetos teóricos de Pêcheux e dos trabalhos assinados sob o pseudônimo Thomas Herbert, dado que ambos visavam à análise e intervenção sobre os processos sintáticos e semânticos ligados ao funcionamento dos instrumentos no campo da história das ciências. Em *Semântica e Discurso*, retomando esse projeto inicial, Pêcheux ([1975] 1995, p. 132, grifo nosso) afirma que “a concepção do processo de metáfora como processo sócio-histórico que serve como fundamento da ‘apresentação’ [...] de objetos para sujeitos” é uma *demarcação materialista na teoria geral das ideologias* de Thomas Herbert, dado que a metáfora não se constitui como “simples forma de falar que viria secundariamente a se desenvolver com base em um sentido

---

<sup>37</sup> O autor ainda recorre ao par seleção/cominação de Jakobson para conceituar que “vários efeitos metafóricos podem funcionar entre tal discurso dado e o resto do *corpus*, isto significa, ao mesmo tempo, o contexto de uma substituição não é necessariamente o discurso na sua totalidade, o que nos leva a colocar o problema da segmentação dos contextos no interior da sequência discursiva” (PÊCHEUX, [1969] 2014, p. 99).

primeiro, não-metafórico, para qual o objeto seria um dado ‘natural’, literalmente *pré-social* e *pré-histórico*<sup>38</sup> (PÊCHEUX, [1975] 1995, p. 132, grifo do autor). Assim como não é pré-social ou pré-histórica, a metáfora também não é derivada de um sentido primeiro, originário. Em nota de rodapé do artigo “A propósito da análise automática do discurso”, Pêcheux e Fuchs ([1975] 2014), citam o conceito de efeito metafórico, formulado em Herbert ([PÊCHEUX], [1968] 1995) e, posteriormente, em Pêcheux ([1969] 2014), para afirmarem seu posicionamento contra a oposição entre *sentido próprio* e *figurado*:

A questão da metáfora e do efeito metafórico [...] é decisiva, em nosso sentido. Afirmando que a metáfora é *primeira* e *não derivada* não que queremos *inverter* a relação entre sentido próprio (núcleo de sentido, denotação, fundamento da proposição lógica) e sentido figurado (periferia do sentido, maneira de falar, conotação e competência do “estilo”), fazendo entender que todo sentido é figurado e periférico, o que leva a crer na perspectiva das “leituras plurais”. **Trata-se, ao contrário, de liquidar o próprio par núcleo/periferia, considerando a metáfora como o transporte entre dois significantes**, constitutivo de seu sentido, e a orientação des-equalizante desta relação como a condição de aparecimento do que, em cada caso, poderá funcionar como “sentido próprio” ou como “sentido figurado”. (FUCHS; PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 235, itálico dos autores, negrito nosso).

Sublinhamos que é por meio desse processo de apropriação instrumental que os efeitos metafóricos entram em funcionamento como efeito de interdiscurso no fio discursivo. Com base na noção de *interdiscurso*, consideramos que os elementos de uma sequência (S1), presentes no interior de uma *formação discursiva dada*, podem ser importados (metaforizados), sob forma de inserção ou substituição, a uma sequência (S2) pertencente a outra formação discursiva. Esse efeito (metafórico) irrompe “como um ‘curto-circuito’ simbólico que se produz entre os dois termos sem que nenhum discurso justificativo o subentenda: as explicações e as justificações virão após” (PÊCHEUX, [1984] 2011, p. 159).

No caderno I de Riedlinger, em 1908, Saussure assinala que os signos não existem por seu valor intrínseco, mas por sua posição relativa, como em um jogo de xadrez (“Ces signes agissent donc non par leur valeur intrinsèque mais par leur position relative **comme dans un jeu d’échecs**” (SAUSSURE, 1997, p. 8)), colocando o princípio da subordinação do signo (e da significação) ao valor como fundamento de sua linguística, diferentemente da disposição da *vulgata*. Nessa orientação, ainda no primeiro caderno, vê-se que o caráter

<sup>38</sup> Já em 1968, Thomas Herbert indicava, no nível das relações de similaridade-diferença, o papel do *valor* no sentido linguístico do termo: “Daí resulta, ao mesmo tempo, que somente as relações de *similaridade-diferença* entre os significantes permitem **compreender como se opera a posição do valor, da marca, no sentido linguístico do termo**: em uma palavra, é o efeito de similaridade metafórica que permite colocar corretamente o problema da ‘realidade exterior’ e da *prova* dessa realidade, não é a realidade que permitiria, a partir de uma ligação originária e não metafórica com o ‘objeto real’, edificar *a posteriori* as metáforas” (HERBERT [PÊCHEUX], [1968] 1995, p. 73, itálico do autor, negrito nosso).

fundamental de um sistema é ser fundado a partir de suas oposições e diferentes combinações de forças atribuídas às peças (“*comme un jeu d’échec* <avec les différentes combinaisons de forces attribuées aux différentes pièces>” (SAUSSURE, 1997, p. 18, grifo nosso)). Novamente, tem-se a compreensão de que a língua se dá como um jogo de suas unidades uma em relação à outra. No caderno I de Patois (1997), a língua é entendida como sistema que admite apenas sua própria ordem. Ao problematizar os aspectos internos e externos ao sistema linguístico e ao jogo (neste caso, a origem do jogo, seu nome, a matéria que compõe as peças), o autor afirma que, em todo sistema, *só há valores e as outras realidades são ilusões*, não havendo, por exemplo, unidades simples e unidade material fora de seu valor.

Dessa forma, a formulação « *comme (dans) un jeu d’échec* » materializa um trilhar metafórico de sentidos sobre a língua, produzindo um “curto-circuito” simbólico entre dois termos distintos, “língua” e “jogo de xadrez”. É por meio dessa relação de equivalência sintaticamente marcada entre os dois termos que Saussure produziu um deslocamento com a compreensão organicista de língua até então dominante.

Na mesma orientação, no caderno II de Constantin, a primeira comparação da língua com uma partida de xadrez concerne à separação entre a fonética (interna à língua) e a *lautphysiologie*, em que o jogo de valores em oposição é considerado como mais importante do que o conhecimento da matéria em que as peças são formadas (madeira e marfim). No caderno IX de Constantin, Saussure estabelece uma comparação em três termos: a) que o valor da peça é determinado unicamente por sua posição respectiva no sistema, como, por exemplo, *foot* (singular) e *feet* (plural); b) o valor de cada peça é sempre temporário (passagem de uma sincronia a outra); c) o fato do deslocamento é absolutamente diferente de dois estados de equilíbrio, antecedente ou subsequente. Assim como na *vulgata*,

Dans le jeu d’échecs le joueur a l’intention en déplaçant une pièce de faire <le déplacement et d’opérer> une action sur le système. Quand la langue fait un coup (un changement diachronique), elle ne prémédite rien. C’est spontanément et fortuitement que les pièces d’échecs [Gast → Gäste ; Hand → Hände ; tragt → Trägt] se trouvent en face les unes des autres. (SAUSSURE, 1993, p. 115).

Além desses aspectos, no artigo “Metáfora e conceito: Saussure/Freud – sobre alguns problemas do discurso teórico”, Normand (2012c, p. 47, grifo da autora) argumenta que se Saussure não fala “precisamente de metáfora, ele teoriza, por outro lado, sobre *a atividade de associação* (comparação), fazendo desta um componente fundamental do ato linguístico”. A sua definição de *língua* e de *ato linguístico* funciona por dois tipos de relação: a *associação* e a *analogia*, eliminando por tal relação o pressuposto clássico de um sentido primeiro, originário e sempre já lá:

Para sair da oposição clássica próprio/figurado, encontramos aqui algumas possibilidades: a língua como sistema de diferenças, sem termos positivos, implica (contém, mesmo que não seja realmente produto) o desaparecimento do pressuposto clássico de um sentido sempre já lá, idêntico a si mesmo sob formulações diversas (pois a identidade linguística é apenas uma relação). Desaparecimento, portanto, também do sentido próprio, original, que perde seu poder de jurisdição, uma vez que todas as diferenças se equivalem; em um campo sincrônico, nenhuma delas pode valer-se de privilégios com base em qualquer tipo de anterioridade. Assim, *elimina-se a referência à origem e o problema é reformulado em termos de funcionamento, de jogo, de mecânica*. (NORMAND, 2012c, p. 48, grifo nosso).

Em suma, para deslocar a referência à origem para a questão do funcionamento, do jogo e da mecânica, o conceito de *valor*, inseparável do de sistema, é desenvolvido no *CLG* por analogia ao jogo de xadrez: qualquer peça que tenha sido destruída ou extraviada, no decorrer da partida, pode ser substituída por uma equivalente ou, até mesmo, por outra figura desprovida de qualquer semelhança, pois “será declarada idêntica, contanto que se lhe atribua o mesmo valor” (SAUSSURE, 2006, p. 128). Em outros termos, as “peças” não têm funções dadas (como os órgãos), mas um funcionamento próprio no interior do jogo. O que confirma a importância não sentida pelos próprios editores do *CLG* de 1916 sobre o valor pode ser observado no apontamento de Gadet e Pêcheux ([1981] 2010). Para os autores, nas notas manuscritas do *CLG*<sup>39</sup>, o conceito de valor tem um lugar muito mais importante do que na edição de Bally e Sechehaye, inclusive na ordem de disposição dos tópicos. Estamos tratando, necessariamente, de um conceito que produziu uma mudança de terreno na linguística.

Em *Princípios de economia política e tributação*, o economista político liberal Ricardo ao traçar uma crítica à noção smithiana de valor de troca afirma:

que este é realmente o fundamento do valor de troca de todas as coisas, à exceção daquelas que não podem ser multiplicadas pela atividade humana, eis uma doutrina de extrema importância na Economia Política; pois de nenhuma outra fonte brotam tantos erros nem tanta diferença de opinião, nesta ciência, quanto das ideias confusas que estão associadas à palavra valor. (RICARDO, 1996, p. 25, grifo nosso).

O conceito de valor era um conceito pré-científico antes da teoria do *mais-valor* (em sua relação com o conceito de sobre-trabalho) de Marx, na teoria da moeda e na economia política, pois apagavam (abstraiam sob a forma de leis gerais universalizadas) justamente a luta de classes no processo de produção do capital. Em Saussure, o valor, transferido metaforicamente da teoria da moeda (conceito pré-científico) para a Linguística,

<sup>39</sup> Referência à edição de *Les sources manuscrites du Cours de Linguistique Générale* de Robert Godel: “o conceito de valor tem nas notas originais do *Curso* um lugar bem mais importante que o que aparece na apresentação de Bally e Sechehaye. Godel mostra que, na ordem de apresentação dos cursos, o arbitrário do signo só aparece como consequência da tese sobre o valor.” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 61).

torna-se necessariamente um fundamento científico, pois o instrumento foi efetivamente reinventado quando transferido de um campo científico para outro. Em outros termos, o valor fundamenta o processo não subjetivo, positivo ou universal de produção de significações no funcionamento da linguagem. Poderíamos observar ainda que o valor *não se constitui espontaneamente em longo prazo, na tradição Greco-Latina*; deve, nessa orientação, ser compreendido enquanto *discurso fundador* (ORLANDI, 1993) sem precedentes na história da linguística.

O valor, nesse sentido, ocuparia um lugar estratégico pelo qual Saussure pôde *mudar de terreno* (ALTHUSSER, 1979) em relação às ciências da linguagem de sua conjuntura. Deslocada da teoria da moeda (MILNER, 2003), a aproximação (metafórica) do valor linguístico com o valor econômico não é pontual, mas constitutiva de uma inquietação sobre os efeitos do próprio da língua sobre os falantes. Nessa orientação, retomamos Ricoeur (2000, p. 440), que, depois de Derrida, mostrou a implicação da usura e do apagamento do processo no valor, produzindo uma “metaforicidade” sem limites da metáfora:

[O conceito de usura] traz sua própria metaforicidade, que não é de estranhar em uma concepção que se dedica precisamente a mostrar a metaforicidade sem limite da metáfora. Em sua supradeterminação, o conceito conduz, antes de tudo, a metáfora geológica da sedimentação, da erosão, do apagamento por desgaste, à qual se reúne a metáfora numismática do relevo abolido da medalha ou da moeda; e esta metáfora evoca, por seu turno, a ligação, várias vezes percebida, por Saussure entre outros, entre valor linguístico e valor monetário, aproximação que induz à suspeita de que a usura das coisas usuradas e usadas é também a usura dos usurários. No mesmo lance, o instrutivo paralelismo entre valor linguístico e valor econômico pode ser conduzido até o ponto em que sentido *próprio e propriedade* repentinamente revelam ser parentes no mesmo campo semântico. Seguindo a mesma linha de assonância, suspeitar-se-á que a metáfora pode ser a ‘mais-valia linguística’ [...] funcionando nas costas dos locutores, do mesmo modo que, na esfera do econômico, o produto do trabalho humano torna-se simultaneamente incognoscível e transcendente na mais-valia econômica e no fetichismo da mercadoria.

A partir de uma discussão sobre a questão do corte epistemológico<sup>40</sup>, Normand (2012c), em “Metáfora e conceito”, mostrou que a metáfora era um meio frequente para a construção de conceitos nos trabalhos de Saussure e Freud. Posteriormente, em uma nota de rodapé do artigo “O Curso de Linguística Geral, metáforas e metalinguagem”, a autora problematiza a pertinência da oposição entre *metáfora* e *conceito* em ciências humanas, tentando partir dessa dúvida no quadro de questões relacionadas à metalinguagem. No

<sup>40</sup> “Entre os efeitos epistemológicos produzidos pelo corte, é conveniente fazer certas distinções. Para começar, o corte tem por efeito tornar impossíveis certos discursos ideológicos ou filosóficos que o precedem, quer dizer, conduzir a nova ciência a romper explicitamente com eles: a ruptura *epistemológica* surge assim como um efeito (“de natureza” filosófica) do corte (o que recorda, correlativamente, que não basta romper com uma ideologia para produzir um corte)” (BALIBAR; PÊCHEUX, [1969] 1971, p. 14, grifo dos autores).

domínio científico, o “recurso metafórico na pesquisa resume-se a um procedimento provisório, uma aproximação que, por um momento, dá espaço à imaginação, mas que deve posteriormente superar-se em definições puramente conceituais” (NORMAND, 2012d, p. 83)? Se a metáfora do jogo de xadrez foi formulada visando suplantar o obstáculo epistemológico da linguística, isto é, as concepções organicistas e substancialistas de língua, quais são as consequências teóricas dessa escolha metafórica na compreensão do objeto língua?

Nessa orientação, Normand indaga qual é o papel das metáforas, comparações e analogias na teoria saussuriana:

As metáforas, comparações, analogias, remetidas, desse modo, a sua impotência, desaparecem, apesar disso, do *CLG* e das notas manuscritas? Bem pelo contrário, como se sabe. Mas são, então, apenas um instrumento pedagógico cuja eficácia, acreditando-se em Meillet, era incontestável? Defenderei, antes, a hipótese, apesar do pessimismo das observações precedentes, de que as escolhas metafóricas de Saussure nos esclarecem, ao mesmo tempo sobre as dificuldades próprias ao objeto língua e sobre o que se pode chamar de um “estilo” de trabalho reflexivo. (NORMAND, 2012d, p. 82, grifo da autora).

Consideramos que as metáforas, comparações e analogias são aspectos fundamentais à inquietude e à teoria saussuriana, exercendo um papel, sobretudo, conceitual na constituição do objeto da linguística, ou seja, o próprio da língua<sup>41</sup>.

Ora, em diversos momentos, Saussure adverte que a natureza do objeto em linguística impõe uma ordem *estranha à univocidade e a positividade das ciências*: o autor se pergunta se a linguística encontra, como objeto imediato, “um objeto *dado*, um conjunto de coisas evidentes, como é o caso da física, da química, da botânica, da astronomia, etc.? De maneira alguma e em momento algum: ela se situa no extremo oposto das ciências que podem partir do *dado* dos sentidos.” (SAUSSURE, 2004, p. 23).

No funcionamento desse sistema “que conhece somente a sua ordem própria” (SAUSSURE, 2006, p. 32), “todos os valores convencionais apresentam esse caráter de não se confundir com o elemento tangível que lhes serve de suporte” (SAUSSURE, 2006, p. 137). Em outros termos, um elemento isolado do jogo, em “sua materialidade pura, fora de sua casa e das outras condições do jogo, não representa nada para o jogador e não se torna elemento

---

<sup>41</sup> « Saussure est d’abord et toujours l’homme des fondements. Il va d’instinct aux caractères primordiaux, qui gouvernent la diversité du donné empirique. Dans ce qui appartient à la langue il pressent certaines propriétés qu’on ne retrouve nulle part ailleurs. A quoi qu’on la compare, la langue apparaît toujours comme quelque chose de différent. Mais en quoi est-elle différente ? Considérant cette activité, le langage, où tant de facteurs sont associés, biologiques, physiques et psychiques, individuels et sociaux, historiques, esthétiques, pragmatiques, il se demande : où est en propre la langue ? » (BENVENISTE, 1963, p. 8).

real e concreto senão quando *revestido de seu valor e fazendo corpo com ele*” (SAUSSURE, 2006, p. 32, grifo nosso).

Há aqui uma disjunção entre identidade e semelhança, posto que “es posible que pueda permanecer idéntica a sí una entidad de la que habría cambiado toda su sustancia material; em cambio, es posible que pueda haber cambiado una entidad cuya sustancia material habría seguido siendo por entero la misma” (MILNER, 2003, p. 42). Segundo esse conjunto de leituras, a entidade linguística, para Saussure, não existiria senão por suas diferenças, sendo atravessada pela multiplicidade de todas as outras entidades da mesma língua. “A língua apresenta, pois, este caráter estranho e surpreendente de não oferecer entidades perceptíveis à primeira vista, sem que se possa duvidar, entretanto, de que existam e que é seu jogo que a constitui” (SAUSSURE, 2006, p. 124). Não há signo fora do “jogo dos signos, em meio às suas diferenças, num momento dado” (SAUSSURE, 2004, p. 36, grifo do autor).

O conceito saussuriano de valor é *relativo, negativo e diferencial*.

Quando se diz que os valores correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são. (SAUSSURE, 2006, p. 136).

Retomando: as “peças” não têm funções pré-determinadas (como os órgãos), mas têm, em última instância, um funcionamento próprio no interior do jogo: marca do deslocamento da metáfora orgânica à mecânica; sem esquecer, no entanto, que esse “mecânico” é atravessado pelo social.

Em *A ferramenta imperfeita*, Henry<sup>42</sup> argumenta que “em lugares decisivos do ponto de vista do corte<sup>43</sup> que marca sua contribuição teórica aos fundamentos da linguística, Saussure serviu-se da *comparação* da língua a um jogo” (HENRY, 1992, p. 83, grifo do autor). Para o teórico, a comparação estabelece a distinção:

a) entre o que é exterior e o que é interno à língua:

<sup>42</sup> Henry marca tais distinções como se elas fossem estáticas. Antes de tudo, seria necessário pensar sempre em um impasse que se forma entre as divisões saussurianas: o exterior e o interior à língua; a diacronia e a sincronia; o valor e o sentido, o significado e a significação; e, finalmente, língua e fala.

<sup>43</sup> Henry rejeita, no entanto, o obstáculo (na obra saussuriana) de uma descrição semiológica da realidade e o desdobramento da consideração saussuriana da língua como instituição social, em tudo que implica em uma não relação entre sujeito, inconsciente e ideologia. “Rejeitamos a ideia de que o princípio de uma solução esteja na procura de uma semiologia qualquer ou na identificação da língua como uma instituição social (no sentido em que geralmente entende-se essa palavra), vendo nessa solução apenas uma máscara destinada a recalcar a necessidade de um recurso a uma teoria das ideologias e do efeito sujeito cujos projetos não poderiam ter sido considerados por Saussure dado que dependiam dos cortes produzidos alhures, na obra de Marx e na de Freud” (HENRY, 1992, p. 84).

Uma comparação com o jogo de xadrez fará compreendê-lo melhor. Nesse jogo, é relativamente fácil distinguir o externo do interno; o fato de ele ter passado da Pérsia para a Europa é de ordem externa; interno, ao contrário, é tudo quanto concerne ao sistema e às regras. Se eu substituir as peças de madeira por peças de marfim, a troca será indiferente para o sistema; mas se eu reduzir ou aumentar o número de peças, essa mudança atingirá profundamente a “gramática” do jogo. Não é menos verdade que certa atenção se faz necessário para estabelecer distinção dessa espécie. Assim, em cada caso, formular-se-á a questão da natureza do fenômeno, e para resolvê-la, observar-se-á esta regra: é interno tudo quanto provoca mudança do sistema em qualquer grau. (SAUSSURE, 2006, p. 31-32).

b) entre a diacronia e a sincronia:

Numa partida de xadrez, qualquer posição dada tem como característica singular estar libertada de seus antecedentes; é totalmente indiferente que se tenha chegado a ela por um caminho ou outro; o que acompanhou toda a partida não tem a menor vantagem sobre o curioso que vem espiar o estado do jogo no momento crítico; para descrever a posição, é perfeitamente inútil recordar o que ocorreu dez segundos antes. Tudo isso se aplica igualmente à língua e consagra a distinção radical do diacrônico e do sincrônico. (SAUSSURE, 2006, p. 104).

c) e, finalmente, entre o valor e a significação.

Em relação a esta última distinção, em “Semântica e o corte saussuriano” ([1971] 2007), Haroche, Henry e Pêcheux, apoiados nas indagações epistemológicas de Normand, sustentam que “o princípio da subordinação da significação ao valor pode ser considerado como o centro da ruptura saussuriana” (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, [1971] 2007, p. 17, grifo dos autores), por meio da qual Saussure “declara guerra à concepção de língua como nomenclatura” (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, [1971] 2007, p. 17). Em suma, é a partir do princípio da subordinação da significação ao valor que Saussure recusa reduzir à língua à soma de termos isolados do sistema de valores puros.

Em relação ao *fato linguístico* em sua essência e amplitude, a subordinação da significação ao valor “tem precisamente por efeito interromper bruscamente todo retorno ao sujeito, quando se trata da língua” (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, [1971] 2007, p. 17). Nesse sentido, na comparação da língua com a partida de xadrez, Saussure refuta qualquer possibilidade de haver um jogador consciente e intencional. *No jogo da língua, não há jogadores:*

Existe apenas um ponto em que a comparação falha: o jogador de xadrez tem a *intenção* de executar o deslocamento e de exercer uma ação sobre o sistema, enquanto a língua não premedita nada; é espontânea e fortuitamente que suas peças se deslocam – ou melhor, se modificam. (SAUSSURE, 2006, p. 105, grifo do autor).

E ainda: “para que a partida de xadrez se parecesse em tudo com a língua, seria mister imaginar um jogador inconsciente ou falto de inteligência” (SAUSSURE, 2006, p.

105). Salvaguardadas aproximações indevidas entre Freud e Saussure, o sujeito saussuriano (o falante) é inconsciente, só a língua tem consciência, inteligência e sentimento de sua própria ordem: “la langue a le sentiment de leur sens logique, de leur ordre<sup>44</sup>” (SAUSSURE, 1996, p. 96).

O conceito de valor é irreduzível, em sua *essência* dupla e negativa, ao sistema de valores que o condiciona. Ao colocar o valor como peça fundamental de toda sua arquitetura teórica, Saussure concebe a língua como uma rede de “diferenças sem termos positivos”, ou seja, “o signo no *jogo de seu funcionamento opositivo e diferencial* e não na sua realidade” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 58, grifo nosso). Considerado em sua relação com o jogo, o valor é, em última instância, um espaço sistêmico capaz de subversão com toda a tradição filosófica da representação<sup>45</sup> e da complementaridade: “a revolução saussuriana provoca o esfacelamento da complementaridade” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 58). Saussure subordina o pensamento (amorfo) à ordem da língua, assim como a consciência humana ao saber da língua, impondo-lhes *a ordem do negativo, do absurdo e da metáfora*<sup>46</sup> (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010): “tomado em si, o pensamento é como uma nebulosa

<sup>44</sup> Se a língua tem consciência dos elementos e da influência que esses elementos exercem uns sobre os outros quando são postos em uma ordem (SAUSSURE, 1996), o mesmo não acontece quando abordamos a questão do sujeito falante. Maria Fausta Pereira de Castro afirma que “à inconsciência do falante vem em suplência a ‘consciência da língua’” (PEREIRA DE CASTRO, 2016, no prelo). Para a autora, Saussure exclui a possibilidade de se tomar a língua como função do sujeito falante (PEREIRA DE CASTRO, 2010). Quando afetado pelo esquecimento, o falante é “lançado no eixo associativo, no tesouro da língua, procedendo por ‘um ato <inconsciente> de comparação não apenas para criar, mas para compreender as relações’” (SAUSSURE, 1996, p. 65 apud PEREIRA DE CASTRO, 2016, no prelo). “Tornar-se falante tem como efeito o esquecimento da fala infantil, mas para que ‘esquecimento’ ganhe sua dimensão na função simbólica, tal como implicada nas questões relativas à aquisição de linguagem, é necessário percorrer, com Saussure e com Freud, um determinado caminho teórico” (PEREIRA DE CASTRO, 2010, p. 97). Ao se indagar sobre o motivo de o sujeito esquecer a fala infantil, a autora nos remete ao campo do inconsciente freudiano (da descoberta freudiana), que incluído na reflexão sobre o esquecimento, desloca o próprio conceito de sujeito falante. Uma falta necessária à teoria de Saussure? Para haver esquecimento é preciso somente que o sujeito fale. Em outros termos, é o ser falante que é capaz de esquecimento. Nesse sentido, “a aquisição da língua materna é o momento inaugural de um modo singular de habitar a linguagem, pelo esquecimento da fala infantil” (PEREIRA DE CASTRO, 2016, no prelo). Desse modo, “uma vez posta no funcionamento da língua materna, na posição de falante, a criança esquece a fala infantil” (PEREIRA DE CASTRO, 2010, p. 99). Se essa fala retorna, “já não é mais como fala infantil, mas como *equivoco, submetida à escuta e à análise do falante da língua materna*, que estranha o que ouve porque já não se lembra de tudo o que foi preciso esquecer quando foi por ela capturado” (PEREIRA DE CASTRO, 2010, p. 101, grifo do autor). A autora recorre à operação de analogia (do associativo) para mostrar que o papel do esquecimento na criação linguística ou na passagem de um estado de língua a outro não está ausente na teorização de Saussure: basta lembrar o que diz o autor sobre o mecanismo da analogia para que as questões sobre a memória venham à tona (PEREIRA DE CASTRO, 2016, no prelo).

<sup>45</sup> Sobre o deslocamento da problemática filosófica da representação, cf. o artigo “Retorno a Saussure”, de Jean-Claude Milner (2003).

<sup>46</sup> No artigo “Uma história de santos, ovos e maçãs... e de um carneiro que ostenta um enfeite de cobre”, (BALDINI; RIBEIRO, 2016, no prelo), traçamos um percurso de leitura sobre essa tripla asserção de Gadet e Pêcheux (que não é, de forma alguma, evidente no *CLG* de 1916) nos *Escritos de Linguística Geral* (texto saussuriano descoberto somente em 1996 [*Acervo BPU* 1996]): a subordinação do pensamento à língua tem por consequência radical o esfacelamento do dado e do representado nas ciências da linguagem, deslocamento até então irrealizado na filosofia do signo e nas ciências da linguagem precedentes à Saussure.

onde nada está necessariamente delimitado. Não existem ideias preestabelecidas, e nada é distinto antes do aparecimento da língua” (SAUSSURE, 2006, p. 130).

Se é possível pensar em interior específico da língua, Saussure só o faz ao recorrer ao valor e não à clássica oposição dentro/fora (NORMAND, 2012b). O “fora” do jogo é interdito ao sujeito (locução da proibição). As “bordas” do espaço de jogo recobrem o número finito de casas, peças e combinações, sustentando o espaço não-finito do não-todo da língua (MILNER, 2012). O próprio desdobramento “estruturalista”, de filiação saussuriana, radicalizaria essa asserção, privilegiando nos jogos “lógicos” (como o xadrez) “uma combinatória dos locais num puro *spatium* infinitamente mais profundo que a extensão real do tabuleiro e que a extensão imaginária de cada figura” (DELEUZE, 2005, p. 245).

A partir de Saussure, a língua é *demarcada* pela sua separação do homem, do humanismo e do sonho positivo da presença plena: *a presença plena fora do jogo representa o próprio impossível*. Dessa forma, o sujeito não se encontra definido “positivamente” enquanto entidade consciente. A partir da comparação saussuriana da língua com uma partida de xadrez, podemos pensar que, *no lugar do sujeito, encontra-se somente sua posição no jogo da língua*.

Inscrevendo-se na ordem de uma ferida narcísica, de uma perturbação, na história das ciências da linguagem, *o jogo da língua é, portanto, uma rede de diferenças eternamente negativas*. A consequência é que se forma, a partir de Saussure, uma reflexão efetiva “sobre o processo da metáfora como constitutiva do real da língua enquanto processo sem sujeito. É este [...] aspecto que é abordado aqui, através do *conceito saussuriano de valor*” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 60, grifo nosso).

No entanto, apesar de demarcar uma ordem própria estranha ao humanismo, até mesmo no interior do próprio saussurianismo e de seus percursos de sentidos, essa metáfora “central” da linguística saussuriana tem pontos de deriva equívocos, ameaçando a) retornar à metáfora do corpo orgânico e à clássica oposição entre dentro/fora; b) encobrir o valor na imagem do jogo (implicando um número finito de casas, peças e combinações<sup>47</sup>); e c) negar o equívoco do associativo, sob a univocidade (psico)lógica das escolhas e das intenções seletivas dos jogadores-estrategistas como veremos, posteriormente, no conceito de *pressuposição* de Ducrot.

---

<sup>47</sup> O xadrez, enquanto comparação de lógico, constituiria a imagem de uma totalidade imaginária (fantasia) que só pode ser, ela mesma, total? De qualquer forma, na língua, a completude e a consistência são barradas pelo valor (que pode sempre tornar-se outro, segundo pontos de deriva possíveis), pela possibilidade de criação (analogia), pelo esquecimento e pelo equívoco do associativo.

O estranho destino da imagem do jogo de xadrez, intrinsecamente enredada na trama das leituras, das “traduções”, das versões dos textos saussurianos, entra na série perigosa das derivas equívocas que são constantemente textualizadas nos discursos sobre esse autor. Esse estranho destino, contraditório, atravessaria inclusive a oposição maniqueísta entre os estudiosos da linguagem entre pró e contra Saussure.

É impossível, dessa forma, pressupor que a interpretação dos textos saussurianos seja distinguível de um percurso histórico de sentidos em torno de seu nome<sup>48</sup> (CHISS; PUECH, 1994) e das séries de edições que surgiram a partir do final da década de 1950. A começar pela própria compreensão de autoria do *CLG*:

En realidad, desde su publicación, el *Curso* funciona como una obra. No lo es, sin embargo, si se entiende que es obra un texto atribuible a un autor, de punta a punta y en detalle. Es verdad que podemos dar vuelta la proposición: dado que el *Curso* funciona de hecho como una obra, entonces él prueba materialmente que, al revés de lo que se piensa, la noción de obra no supone un autor previo. Sucede más bien lo inverso: Saussure pasó a ser retroactivamente el autor del *Curso* aunque no haya escrito, en sentido estricto, ni una sola de sus páginas. (MILNER, 2003, p. 17).

Segundo Calvet (1977), a versão mais conhecida do *CLG* passou para a posteridade uma “imagem de marca” saussuriana. O autor adverte que o verdadeiro problema não é (não deveria ser) restituir hoje o “verdadeiro” Saussure “a figura completa do ‘mestre’, procurar atrás da versão vulgata do *Curso* a verdadeira matéria dos cursos, ou ainda procurar além dos cursos os interesses profundos de Saussure” (CALVET, 1977, p. 49). Muito mais do que retornar ao “verdadeiro” Saussure, a heterogeneidade das fontes (notas manuscritas, anotações de alunos, edições póstumas), o *patchwork* (emaranhado) das edições, o imenso arquivo de leitura dos textos saussurianos<sup>49</sup> constituem *versões* (ORLANDI, 2006) a serem lidas e problematizadas.

Na configuração do campo enunciativo da linguística, Chiss e Puech (1994) afirmam que os enunciados saussurianos continuam a ser explicitados, comentados, discutidos e definem um *corpus* de verdades e um domínio de validade. Segundo esse ponto de vista, Saussure é tomado como um *domínio de memória* (FOUCAULT, 2008) da linguística no século XX. A publicação do *CLG* é um *acontecimento discursivo* que elabora a memória e o horizonte disciplinar das ciências da linguagem (CHISS; PUECH, 1994).

<sup>48</sup> Nesse sentido, parece-me bastante pertinente a expressão função-autor, de Foucault (2009) que comporta tanto uma série de textos que trazem uma *assinatura* definida (mesmo que o “autor” não a tenha escrito), quanto outras formas de determinações (séries de obras, disciplinas inteiras).

<sup>49</sup> Os pontos de retorno (o “efeito Saussure”) e os embates discursivos pró e contra Saussure no corpo sócio-histórico da linguística é lido por Pêcheux ([1982] 1998) em “Sobre a (des-)construção das teorias linguísticas”.

A *paradigmatização pedagógico-universitária* do *CLG* aponta para dois “fatos” que atravessaram as leituras de Saussure: a da figura do “pai” (da linguística, da semiologia, do estruturalismo) e a crítica da “ortodoxia saussuriana” frente à figura do “pai” instituída ao linguista genebrino (CHISS; PUECH, 1994).

Na França, os paradoxos históricos da leitura de Saussure marcaram o século XX de maneira significativa. Puech (2005, p. 95), ao trazer o que pode ser denominado como período “largamente retrospectivo e teleológico” das recepções do *CLG* na França, traça quatro fases que produziram, em condições de produção específicas, um direcionamento igualmente específico de leituras dos textos saussurianos, a saber:

a) a *primeira recepção* das leituras do *CLG* tem como marco a publicação da obra em 1916. A partir dessa publicação, surgiu a primeira divisão da figura de Saussure, em que o autor “noturno” (o teórico especulativo) do *CLG* foi colocado em oposição ao autor “cristalino” (o genial e positivo) do *Mémoire sur le système des voyelles en indo-européen*. Segundo Puech, é a partir da leitura de Sechehaye que se dá particular importância às noções de *valor, diferença, oposição e arbitrário relativo*, por exemplo (PUECH, 2005, 2013);

b) a *segunda recepção* se desenvolveu a partir dos anos de 1920, especialmente devido à ocorrência do 1º congresso internacional dos linguistas em La Haye (1928), onde o *CLG* apareceu como uma obra de apoio e referência de inovação em linguística. “O *CLG* será então – com os *Manifestos do Círculo de Praga* – um texto estratégico da ‘periferia’ à conquista das instituições centrais, mas se sabe que os pontos de contato com a França nessa difusão das ideias saussurianas não se fizeram por quaisquer indivíduos isolados” (PUECH, 2005, p. 96, tradução nossa).

c) a *terceira recepção* parte do movimento de difusão do *CLG* para além do círculo estrito dos linguistas. Após a II Guerra Mundial, o *CLG* passa a ser propriedade comum de linguistas, sociólogos, antropólogos e filósofos. Depois da publicação de “Saussure aujourd’hui”, de Algirdas Julius Greimas, observa-se uma relativa radicalização das dicotomias saussurianas<sup>50</sup> que são discutidas e comentadas até o momento atual. Puech aponta que a afiliação saussuriana dos linguistas “*estruturalistas*” data de 1929. No entanto, o primeiro uso geral (epistemológico e filosófico) do termo “estruturalismo” é atribuído a Cassirer em sua publicação na revista *Word* em 1945. Nas palavras de Puech (2005, p. 96), « on devine peut-être aussi la somme de malentendus cristallisés dans la “(re)-découverte” du *Cours* de F. de Saussure ».

<sup>50</sup> Em particular os pares sincronia/diacronia e língua/fala (PUECH, 2005) e, até mesmo, sintagma/paradigma (termo este que, assim como a palavra “estrutura”, é inexistente no *CLG* e nos cadernos dos alunos).

d) a *quarta recepção* se deve aos trabalhos de Godel sobre as fontes manuscritas<sup>51</sup> do *CLG* em 1957 e à edição crítica do *CLG* por Engler entre os anos 1968-1974. Além disso, o aparato crítico do *CLG* feito por De Mauro e traduzido por Calvet e as pesquisas filológicas (*Écrits de linguistique générale*, 2002) deram uma dinâmica de “retorno” ao que seria tomado como o “verdadeiro pensamento” de Saussure, « pensée qui affleurerait de façon privilégiée dans ses manuscrits (en particulier sur les legendes germaniques et sur les anagrammes dans la poésie latine) » (PUECH, 2005, p. 97).

O problema que suscita do termo “recepção” é a tentativa de homogeneização das formulações que tomaram o nome de Saussure como horizonte de retrospectção. Dessa forma, o termo leitura (abarcando-se, nesse, sua inscrição em uma condição histórica determinada) aborda essa série de retomadas institucionalizadas dos textos saussurianos enquanto condições de produção específicas do discurso *da e sobre a* história das ciências da linguagem<sup>52</sup>. Em outros termos, essas leituras não são homogêneas, mas direcionamentos institucionalizados de sentidos sobre a obra saussuriana. O retorno aos manuscritos e a outras fontes do *CLG* iniciado a partir do final da década de 1950 amenizaram uma interpretação radical das dicotomias saussurianas.

Saussure pôde abrir uma ferida narcísica ao tratar a língua enquanto um sistema, uma ordem com um funcionamento próprio independente ao humanismo. Formou-se uma série de embates posteriores a publicação do *CLG*: de um lado, os defensores da língua enquanto instrumento de comunicação pretenderam ver em Saussure (e para além dele) os “genuínos” fundamentos de seu trabalho (a língua seria um código e derivaria à comunicação); por outro lado, radicalmente distinto do primeiro, Saussure foi tomado como fundador de uma “tradição” que trabalha a especificidade da língua (afetada pela irrupção interna do real de uma ausência) contra o voluntarismo do animal humano. É sobre essa “tradição” (dispersa), tomada como rede de filiação (horizonte de retrospectção) dos trabalhos de Pêcheux, que trataremos aqui a partir dos nomes próprios de Jakobson e Milner e,

---

<sup>51</sup> No prefácio dos *Escritos de Linguística Geral*, Bouquet e Engler (2004, p. 14, grifo dos autores) afirmam que o material de Godel não é composto exclusivamente de fontes efetivas do *CLG*, por mais que todos os manuscritos sejam autógrafos. “Em 1957, o título da obra de Robert Godel, que inaugura a era das pesquisas exegéticas saussurianas, *Les Sources manuscrites du Cours de linguistique générale de Ferdinand de Saussure*, é perfeitamente ambíguo com referência à análise do corpus de manuscritos que recenseia: uma grande parte desse corpus não serviu de *fonte*, para Bally e Sechehaye na elaboração de seu texto. O rótulo fontes, atribuído por Godel ao conjunto desses textos, de que ele faz a primeira apresentação completa, vai continuar relacionado a eles e fazer com que vejam sua importância e sua dimensão original implicitamente reduzidas, ainda que manifestem aspectos cruciais do pensamento saussuriano — particularmente de sua filosofia da linguagem”.

<sup>52</sup> « Ce qui n’empêche pas d’ailleurs que ce soit le *CLG* qui possède toujours, et depuis sa parution, un impact, une valeur incitative *pour différents champs du savoir*, pour la linguistique et même, en France, pour l’initiation universitaire des étudiants à la linguistique » (PUECH, 2005, p. 97).

particularmente, a partir dos discursos sobre o movimento intelectual designado como o “estruturalismo” francês.

### 3.1 Um pássaro de fogo nos utensílios domésticos da linguística<sup>53</sup>

Onde está o limite entre usar a língua e brincar com a língua? É difícil admitir que haja verdadeiramente uma separação entre essas duas relações com o objeto, porque, por um lado, o brincar com a língua nos ensina muito sobre a própria língua, mas porque, também, o ludismo é uma forma de relação que precisamos talvez integrar à produção linguística. A liberdade que temos em relação à sintaxe, à fonologia ou à semântica, a violação que podemos fazê-las sofrer, as transformações rítmicas, eufônicas, numa palavra, toda essa posse da língua *faz parte da própria língua*. O que não significa de modo algum que ela seja toda a língua. (CALVET, 1977, p. 60-61, grifo do autor).

O livro *A língua inatingível*, escrito por Pêcheux e Gadet, foi publicado em 1981 pela *Maspero*. No artigo « La linguistique hors d'elle-même: l'histoire absolument », os autores afirmam que a redação do livro não teve como proposta fazer uma história da linguística, mas tratar de “certaines caractéristiques de la conjoncture actuelle” (GADET; PÊCHEUX, 1980, p. 360). Apesar não ter a pretensão de ser uma história da linguística moderna, o livro interroga, frequentemente, a trama histórica no interior em que a disciplina linguística tomou forma, pondo em causa as modalidades sobre as quais a disciplina representa a sua própria história.

Por ser um livro extremamente plural e que não se rende a uma abordagem linear, resumi-lo pode ser uma tarefa extremamente “reducionista”, se não destacarmos que, durante todo o trajeto da obra, os autores são obstinados em mostrar que a história e a língua mantêm uma relação incontornável de inscrição, e que o equívoco — sob a forma do enigma, do jogo e do *Witz* — não deixa de irromper na trama imaginária das teorias linguísticas. A denegação da história, que não cessa de aparecer no horizonte da linguística, teria por consequência recobrir parcialmente no imaginário de um sujeito pleno (mestre da sua língua) a descoberta teórica de que o real da língua é afetado pela luta de classes: o equívoco “aparece exatamente como ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica); o ponto em que a língua atinge a história” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 64).

Nessa orientação, os autores rejeitam que a linguística seja inscrita em um movimento progressivo interno em direção à cientificidade, assim como a tese idealista de que haja uma oscilação conflituosa entre algumas tendências na história da linguística, como a oposição entre o “racionalismo” e o “empirismo”. No lugar da “evolução” ou da “oscilação”,

<sup>53</sup> Dedico este tópico à Valeria Ayres Motta, a quem muito devo.

os autores defendem a hipótese histórica de uma dupla estratégia de instauração do poder burguês fundado na articulação contraditória das figuras do Direito (logicismo) e da Vida (sociologismo). Essa tomada de posição sobre a história permitiu levantar a inscrição do político na aparição (moderna ou antiga) da ciência linguística. Isto é, nos pontos em que horizonte “científico” aparece *como lugar de denegação da história*.

Os autores norteiam as discussões heterogêneas que marcam o livro a partir de três eixos.

No primeiro eixo, Françoise Gadet e Michel Pêcheux mostram como a dupla forma de uma “logofilia<sup>54</sup>” levou à oposição aparente entre o desejo de reconstrução de uma língua originária perdida e o desejo de construção de uma língua perfeita em que os significantes coincidiriam logicamente com os significados: “la double figure de la Langue-mère et de la Langue Idéale apparaît ainsi comme le symptôme, *spécifique au réel de la Langue*, de ce qui s’inscrit dans l’histoire sous la forme de la dualité Vie/Droit.” (GADET; PÊCHEUX, 1980, p. 361, grifo nosso).

No segundo eixo, os autores procuram mostrar como o real da língua se encontra com o real da história. Nessa orientação, um dos pontos privilegiados do trabalho desses autores é justamente pensar como o espaço revolucionário produz efeitos na língua. Para tanto, eles tomam a relação entre a Revolução Francesa (de 1789) e a instauração do Francês Nacional, assim como a relação entre a existência e o fim das vanguardas literárias e poéticas do Outubro russo de 1917 até ao começo dos anos 30. Se, por um lado, é possível estabelecer um paralelismo nos efeitos do processo revolucionário na língua, em termos de um jogo analógico e metafórico sobre a língua tanto em 1789 quanto em 1917, deve-se destacar, por outro lado, que há uma diferença essencial entre as duas revoluções. Durante a Revolução Francesa, não existia uma ciência própria ao estudo da língua. Assim, os autores traçam como o encontro da linguística e da Revolução Russa foi abortado diante do stalinismo nascente e da dominância do marrismo, linguística tomada como oficial nesse período.

Por fim, na terceira conjuntura histórica traçada no livro, Françoise Gadet e Michel Pêcheux examinam o papel decisivo da “linguística moderna”, especialmente em torno das pesquisas americanas da GGT, após a Segunda Guerra Mundial. Nesse ponto, os autores consideram que a ideia de um percurso progressivo e contínuo até a “modernidade” — que se erigiria sob os nomes de Descartes, Humboldt, Saussure, os estruturalistas europeus, Harris e Chomsky — é uma *reconstrução ilusória e insustentável da história*. A

---

<sup>54</sup> O amor da língua apareceria como uma loucura subterrânea sobre a história oficial das gramáticas e das filosofias.

questão da “Grande Travessia” dos intelectuais da Europa até os Estados Unidos (como Jakobson) sob a pressão do nazismo e a reflexão histórico-filosófica dos anos 60-75 apontam para os momentos cruciais em que as falhas linguísticas e as contradições históricas desnudam a lógica de uma “razão sem falhas”.

Retornaremos ao que parece sintomático no percurso de Jakobson:

Na conclusão de “Linguística e poética”, Roman Jakobson (2003) conta que, em 1919, o Círculo Linguístico de Moscou tentou delimitar o campo dos *epitheta ornantia*. Para o autor, esse projeto foi logo censurado por Maiakovski, dado que, para o poeta, qualquer adjetivo, no domínio da poesia, se tornava um epíteto poético. “Por outras palavras, a ‘poeticidade’ não consiste em acrescentar ao discurso ornamentos retóricos; implica, antes, numa total reavaliação do discurso e todos os seus componentes, quaisquer que sejam” (JAKOBSON, 2003, p. 160). Ao afirmar que o poético não é um ornamento retórico, mas que faz parte da própria língua, Jakobson recorre ao *Witz* do missionário *posto a nu* a partir de sua própria “lógica” colonizadora:

Um missionário censurou seu rebanho africano por andar despido. “E o senhor?”, responderam os nativos, apontando-lhe para o rosto, “não anda também despido em alguma parte?” “Bem, mas é meu rosto.” “Pois bem”, retorquiram os nativos, “conosco tudo é rosto”. (JAKOBSON, 2003, p. 161)

Nesse artigo, publicado no começo dos anos 60 — década amplamente reconhecida à disseminação do “estruturalismo”<sup>55</sup> — o autor parte do campo da poética em

---

<sup>55</sup> A ideia de que o “estruturalismo” seja *unicamente* um episódio da vida parisiense iniciada na década de 1950 e disseminada globalmente na década de 1960 nada mais é do que um recorte imaginário do movimento. Citemos, nesse aspecto, a crítica de Patrick Sériot a tal abordagem: On ne dirá jamais assez combien ce moment, l’entre-deux-guerres, et ce lieu, l’Europe centrale et orientale, sont d’une importance capitale pour l’histoire des sciences humaines, à la mesure de la faible connaissance qu’on en a dans le monde francophone. Ainsi, pour François Dosse [...], l’*Histoire du structuralisme*, c’est l’histoire des intellectuels parisiens des années cinquante – soixante-diz ; pour l’*Encyclopédie philosophique universelle* [...], “le mouvement structuraliste est un mouvement de pensée qui a connu son apogée en France dans les années soixante”. C’est pourquoi on insistera sur le *décentrement* : le structuralisme, ce n’est pas uniquement le Paris des années soixante. C’est aussi, dans les années vingt et trente entre Prague et Vienne, un maelström dans lequel des métaphores migrent d’une science à l’autre, principalement de la géographie et de la biologie à la linguistique [textualizando uma continuidade entre o termo estrutura à totalidade e organismo nesse período], c’est une longue reprise et réinterprétation de la longue querelle des Lumières et du Romantisme, c’est un jeu de découvertes et de malentendus, où l’idéalisme allemand et le néoplatonisme sont réinterprétés par des scientifiques russes émigrés en quête d’identité face à une modernité déstabilisante, et qui ont emporté avec eux dans leur tête ce qu’ils appelaient “la science russe”. C’est un monde intellectuel de l’entre-deux-guerres, où la notion philosophique de totalité entretient un rapport ambigu et contradictoire à la notion idéologique de totalitarisme, où la question de clôture et d’ouverture des systèmes, des cultures, des sciences, voisine avec celle des rapports de l’individu à la collectivité. La notion de *structure*, dans son lien à celle de *totalité*, a suscité des interrogations ontologiques sur les entités collectives, des réflexions sur la philosophie de l’histoire et le déterminisme, en pleine période de crise des valeurs aussi bien humanistes que scientifiques. C’est pourquoi on propose ici une lecture attentive de textes souvent cités et rarement lus, ce qui devrait permettre d’apporter un éclairage nouveau non seulement sur la période considérée, sur le rapport entre science et

sua relação constitutiva com a linguagem. Sua compreensão de poesia excede uma posição meramente “poetológica”, já que abarca desde Homero (da epopeia ou dos quadrinhos) até os *slogans* políticos e os *jingles* publicitários modernos. Jakobson reivindica, sobretudo, que integremos à Linguística uma investigação sobre a matéria verbal em toda a sua amplitude e em todos os seus aspectos.

Se existem alguns críticos, que ainda duvidam da competência da Linguística para abarcar o campo da Poética, tenho para mim que a incompetência poética de alguns linguistas intolerantes tenha sido tomada por uma incapacidade da própria ciência linguística. Todos nós que aqui estamos, todavia, compreendemos definitivamente que *um linguista surdo à função poética da linguagem e um especialista de literatura indiferente aos problemas linguísticos e ignorante dos métodos linguísticos são, um e outro, flagrantes anacronismos.* (JAKOBSON, 2003, p. 161, grifo nosso).

Diante dessa perspectiva, não há dimensão da língua que não possa ser crucial à poética, e vice-versa. Em sua apresentação à edição dos *Cahiers de Critique Littéraire et de sciences humaines* dedicada a Jakobson, Roland Barthes (2004) enfatiza a afirmação escandalosa do linguista soviético de que “a língua não existe sem literatura, e a literatura é sua utopia”: na literatura “infiltram-se as pulsões, as fantasias e o mundo onírico. Na verdade, a poesia caminha para o *limite da língua*”. (BARTHES, 2004, p. 305-306, grifo nosso). Barthes compara ainda o projeto de Jakobson ao do linguista genebrino Ferdinand de Saussure. De acordo com Barthes, há em Saussure a “intuição” de que o sistema da língua comporta um princípio de não classificação em que os fatos de língua vêm a confundir-se com os fatos de fala. Nesse sentido, “as enunciações poéticas são falas, mas essas falas são codificadas como fatos de língua. É a essa espécie de dialética enigmática que Jakobson visa. Lendo-o, percebemos até que ponto ele impediu a linguística de cair no mecanicismo rígido” (BARTHES, 2004, p. 306).

Nesse mesmo dossiê, Jean-Claude Milner (1978) sublinha que o essencial da poética de Jakobson pode ser resumido em duas proposições: “a poesia é homogênea à língua” e “a língua não pode ser pensada completamente se não for integrada pela possibilidade do poético”<sup>56</sup>. A figura feliz de um ser falante que guardaria o segredo de

---

idéologie, entre la science et les “cultures scientifiques”, mais encore sur l’objet même de la linguistique : la langue envisagée comme “système”, ou “structure” (SÉRIOT, 1999, 3-4).

<sup>56</sup> Refiro-me explicitamente à leitura de Milner na primeira publicação de *La bonheur par la symétrie* (1978) nos *Cahiers de Critique Littéraire et de sciences humaines*, cujo dossiê é dedicado a Jakobson: « De la naissance des suites de calcul en quoi consiste l’essentiel de la poétique jakobsonienne. Dans ces dénombremens indéfinis, ce qu’il faut lire, ce n’est pas l’espérance d’une exhaustion, mais un hommage raisonné à ce qu’il s’agit de ne pas affaiblir. Non pas la réduction de la poésie par la grammaire, mais une profession de foi, qui s’articule en deux articles : — la poésie est homogène à la langue ; — la langue ne saurait être pensée

segurança na certeza de que toda realidade é homogênea à linguagem e de que toda linguagem é homogênea a si mesma, é um projeto irremediavelmente suscetível à falha.

Se a poesia é homogênea à língua e se a matéria verbal deve ser trabalhada em toda a sua amplitude e em todos os seus aspectos, esse imaginário de homogeneidade e completude da língua entrevê uma dissimetria (não isotópica) constitutiva à ordem da língua: *é preciso admitir a existência de singularidades heterogêneas no “éter” da língua* (MILNER, 2012). É necessário, ainda, demarcar que por mais que possamos imaginar a língua enquanto uma totalidade numerável e homogênea, ela é, antes de tudo, marcada pelo heterogêneo e pelo não superponível (MILNER, 2012). Assim, o autor adverte que a língua só se concebe claramente na isotopia absoluta: “de qualquer ponto que se a considere, ela deveria oferecer uma mesma fisionomia. No entanto, isso é o que os dados mais simples não confirmam: na série de lugares homogêneos sempre despontam algumas singularidades.” (MILNER, 2012, p. 20).

Em suma, Milner considera que a língua (*lalangue*) — não a língua dos linguistas ou a dos gramáticos, nem mesmo a língua materna, que é uma das figurações de *lalíngua*<sup>57</sup>, mas apenas *uma língua entre outras* — se constitui na heterotopia:

é por isso, também, que ela constitui igualmente substância, matéria possível para as fantasias [*fantasmes*], conjunto inconsistente de lugares para o desejo — *a língua é, desse modo, aquilo que o inconsciente pratica*, prestando-se a todos os jogos imagináveis para que a verdade, no compasso das palavras, fale. (MILNER, 2012, p. 22, grifo nosso).

Como ponto nodal na tese de Milner, falar de língua e da natureza de sua partição é reconhecer, sobretudo, que “tudo não pode ser dito”. Em outros termos, a língua sustenta o real de *lalíngua*: “o puro conceito de língua é o de um não-todo marcando *lalíngua*; ou, ainda é o que sustenta *lalíngua* na qualidade de não toda” (MILNER, 2012, p. 28).

Em “Le bonheur par la symetrie”, Milner (1978) estabelece a relação estrita entre Saussure e Jakobson na busca por um *saber*. No entanto, os autores se deparam com algo que

---

complètement si l’on n’y intègre pas la possibilité du poétique » (MILNER, 1978, p. 55). Posteriormente, esse artigo foi reformulado no livro *Ordres et Raisons de langue* (1982) e no *Le périple structural (figures et paradigme)*. Cito a, seguir, a última versão: “En las enumeraciones infinitas que conforman la poética jakobsoniana se reconocerá, pues, no la esperanza de una exhaustividad, sino una fe razonada; que se resume en tres artículos: — toda lengua es capaz de poesía; — nada de la poesía es ajeno a la lengua; — ninguna lengua puede ser pensada por completo si no se integra en ella la posibilidad de su poesía.” (MILNER, 2003, p. 141).

<sup>57</sup> “A posição logofílica da língua materna aparece, retrospectivamente, como a figuração mais direta da *alíngua*; quanto à posição da língua ideal, parece remeter àquilo pelo qual o “nem tudo da *alíngua*” venha a se projetar em um tudo que pretenda representá-la. O ‘real da língua’ é, portanto, o impossível que lhe é próprio” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 52).

excede o saber do linguista. Segundo o autor, Saussure acreditou perder sua reputação e sanidade por ter encontrado *anagramas*. Jakobson os reencontra e os adapta nas vias elegantes de uma *Razão poética*.

Em *Amor da língua*, sobre os anagramas saussurianos ou sobre a poética jakobsoniana, o *real da homofonia*, condição do lapso e do *Witz*, vem a ocupar o lugar e a função (ou uma das funções?) do excesso (que é *lalíngua*) em face do qual a linguística simplesmente não tem o que fazer. As consequências desse trabalho sobre o saber da língua incidem em três desdobramentos proferidos por Milner: a) o anagrama revela-se ambíguo, pois a homofonia pertenceria à língua como sendo objeto da linguística, apesar de ser inassimilável a esta; b) o anagrama representa, dentro da rede de impossível da língua, um “a mais” que dela se destaca, dado que é inscrita em uma representação calculável (o fonema, por excelência), mas excede a toda fonologia possível; c) no entanto, talvez o essencial ainda não tenha sido atingido, uma vez que a ambiguidade do anagrama pode servir facilmente a qualquer ciência humana e, por meio dele, o real da homofonia daria lugar ao discernimento e à notação. Nesse sentido, Milner argumenta que

é, aliás, o que se observa, visto que, graças a Jakobson, aquilo que era fracasso aos olhos da filologia tornou-se mensurável com sucesso aos olhos da linguística estrutural, mediante a Poética. Ao mesmo tempo, a língua como rede de impossível recobre seu império e recua seus limites — o que poderia parecer excedê-la não é mais atribuível a um efeito de real, mas a figura imaginária: o gênio poético. Como frequentemente acontece, o inassimilável às representações calculáveis resvalou para o domínio da cultura humanista. (MILNER, 2012, p. 90).

A despeito das derivas equívocas dos anagramas (desde Saussure), a afirmação mais escandalosa de Milner consiste precisamente em reconhecer uma unidade que atravessa o trabalho de Saussure, a sua loucura:

Tal é, acredito eu, a chave de Saussure enquanto sujeito: sua loucura, na verdade, não começa *nos anagramas*, *ela já está no Cours* — é o mesmo movimento que o conduz a querer sustentar, através do diferencial, o Um no seio dos equívocos sonoros do verso latino e no seio de toda língua possível. O *Cours*, reconhecido pelos universitários, e as folhas de poética, ignoradas por eles, proferem a mesma frase — aquela que, sem dúvida, articulava o desejo de Saussure —: o Um que marca as línguas vem de outro lugar. (MILNER, 2012, p. 106-107, grifo nosso).

A homogeneidade anunciada nas pesquisas de Jakobson sobre a poética ou nas pesquisas saussurianas sobre os anagramas ou *Curso de Linguística Geral* deixa aparecer uma *desordem* inassimilável à linguística. Para Milner, essa desordem não seria causada pelas guerras e revoluções marcadas no itinerário de Jakobson e de tantos outros trabalhadores da

língua (os poetas, literatos e linguistas de uma geração inteira do começo do século)<sup>58</sup>. Isto é, *a desordem não é exterior à língua*, ela irrompe a partir da própria simetria meticulosamente buscada pelo linguista, no ponto em que ele encontra *o limite de seu saber*: o seu objeto, a língua, produz um “a-mais” (aquilo que excede) (ORLANDI, 2012) que vem a faltar irremediavelmente; e se mostra sob um ponto de vista inapreensível, inencontrável, inatingível:

Le véritable désordre ne peut être qu'ailleurs: dans la langue même, lorsque s'y introduit une dissymétrie à quoi nulle règle ne saurait parer. C'est l'instant pathétique où un poète se tait, car il se révèle alors que nul ne dira plus ce qui n'a par lui pas encore été dit. Le linguiste ici rencontre la limite de son savoir: la langue, qui est son objet, se montre à lui d'un point sur lequel il n'a pas de prise — un point de plus qui peut venir à manquer irrémédiablement. De cela, Jakobson témoigne, que ce soit pour Maïakovski ou Elsa Triolet, en des textes qui corrigent ce que d'autres pourraient avoir de triomphant: la prise des agencements, devant quoi tout cède, se heurte à la pierre de scandale: *le réel de la langue fait irruption par le réel d'une absence*<sup>59</sup> » (MILNER, 1978, p. 56, grifo nosso).

Em *O amor da língua*, Milner sustenta que, nesse instante singular de irrupção do real da língua pela falta e pela ausência, “não é mais o linguista que sabe, e sim a língua que sabe por ele — pois esta é a verdade de sua competência: não o domínio, e sim o assujeitamento e a descoberta de que *la língua sabe*.” (MILNER, 2012, p. 122, grifo do autor). Esse limite do saber do linguista o coloca diante de um impossível específico próprio à língua: “há um impossível próprio da língua que sempre retorna a seu lugar e pelo qual há quem chegue [...] a morrer de amores: os ‘diga isso, não aquilo’, a regra, o uso predominante. Dito de outro modo, um *real*<sup>60</sup>” (MILNER, 2012, p. 7, grifo do autor). O autor se questiona o que haveria, então, de surpreendente na tentativa de *domesticar* esse real através da arte de amar (a gramática) e a ciência (a linguística). Nesse ponto, Milner ainda se interroga “o que, de fato, é preciso que a língua seja para que possamos designá-la tanto como objeto de uma

<sup>58</sup> Assim como Françoise Gadet e Michel Pêcheux ([1981] 2010), distancio-me do posicionamento teórico de Milner frente à história. É necessário apostar teoricamente na existência de um real da história que afeta profundamente a língua. Retornarei a esse ponto.

<sup>59</sup> Milner (2003, p. 142) substitui o termo “ausência” por “lo real de la lengua irrumpe a través de lo real de una falta [*manque*]”.

<sup>60</sup> « Pour Humpty Dumpty [personagem de Lewis Carroll], un mot signifie ce qu'on veut qu'il signifie, ni plus ni moins. “Tel est mon bon plaisir”, énonce le dictateur qui cherche à être souverain de la langue en imposant aux mots de signifier autre chose que ce qu'ils sont. Mais le tyran oublie simplement qu'il n'y a pas de maître de la langue, car la langue *est*, tout simplement. Elle existe pour elle-même » (ROUDINESCO, 1979, p. 11, grifo da autora). Como mestre da língua, Humpty Dumpty é extremista e contraditório, ao tentar denegar o risco de a língua escapar ao sujeito que fala (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010). É nesse direcionamento que Stalin (e outros “mestres da língua”) se assemelha simetricamente com o ovo ditador (mestre em situar-se nas fronteiras para melhor dominá-las).

ciência quanto como objeto de um amor?” (MILNER, 2012, p. 25). Ora, sem dúvida, representações da língua são o que não falta. Nesse sentido, Milner argumenta:

sustentar que o real da língua é representável é fatalmente o passo inicial de toda gramática: consiste em reconhecer o impossível próprio da língua naquilo que ele tem de repetível e, além do mais, em constituí-lo em rede [...]. A partir daí o real pode ser objeto de regras e de tabelas que delineiem seus contornos. A linguística acrescenta, então, apenas o seguinte: a representação entra na órbita da ciência. (MILNER, 2012, p. 30).

Enfatizemos ainda que esse real não é representável: nada de tabelas, regras gerais ou qualquer escrita simbólica, mas apenas a asserção de um impossível: “diga isso, não aquilo”.

Em suma, Milner toma a razão poética de Jakobson e o projeto de Saussure (Anagramas, Curso de Linguística Geral) como horizontes de retrospecto para a constituição de uma reflexão linguística e psicanalítica sobre o *saber da língua*, isto é, a asserção de que “Um que marca as línguas vem de outro lugar”. A partir da retomada desses autores, Milner considera que, em face da homogeneidade, uma desordem irrompe no interior da própria língua. O trabalho do gramático e do linguista consistiria, portanto, em construir a rede desse real que autoriza construções de regras, de forma que o real forme Um, “não como efeito de decisões que viriam arbitrariamente rasgar essa unidade em fluxo, mas por um reconhecimento desse Um enquanto real, ou seja, como causa de si e da sua própria ordem” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 53).

A partir desse horizonte de retrospecto e em uma rede de enunciados, Milner traça uma relação de equivalência entre aparentes antinomias: a língua seria homogênea e heterogênea; uma totalidade numerável, mas não superponível; isotópica e heterotópica. Ao mesmo tempo, a língua é: a) aquilo que o inconsciente pratica, produzindo uma relação de implicação com os jogos imagináveis da língua, ou seja, a verdade falada no compasso das palavras; b) marcada pelo não-todo (lalíngua); c) um saber que excede o saber do linguista, inassimilável à linguística; e, por extensão, c) um real irrepresentável que irrompe pelo real de uma ausência/falta. A consequência forte da tese de Milner é que o linguista é assujeitado ao real da língua.

Segundo Françoise Gadet e Michel Pêcheux, em *A língua inatingível*, o real da língua residiria naquilo que faz nela Um para os que sustentam que a língua trabalha com a *existência de um próprio* (uma ordem própria). O termo “barbarismo”, aquilo que seria tomado como o inferno ininteligível para os Antigos, é *o sintoma de um campo do interdito na linguagem* estruturalmente produzido no interior da própria língua. O “barbarismo” seria,

portanto, a designação arcaica do exterior da língua, sintoma da relação do fora da língua com o nada, primeira percepção do impossível. Mais uma vez, o *Witz* do missionário produz efeitos no corpo sócio-histórico da linguística: “conosco tudo é rosto” se torna um sintoma do retorno do estranho (o arcaico) no território familiar da linguística moderna, desnudando o seu domínio sobre a língua e inutilizando seus instrumentos de domesticação. “Uma inclinação suspeita que, sob ares científicos, abriga o retorno de um ponto recalcado da linguística” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 22). Como consequência teórica, trabalhar o real da língua implica necessariamente em tomá-lo como *subjacente à condição de existência da linguística* com pretensão científica. Nesse sentido, ao não confundir a realidade empírica (na sua positividade) com o real (relacionado intrinsecamente ao impossível), os autores afirmam que o concreto com o qual a linguística trabalha é *o efeito propriamente linguístico desse real*. Esse concreto é de natureza negativa, levando-nos ao conceito de valor enquanto baliza fundamental da linguística.

Assim como Milner, Gadet e Pêcheux referem-se ao real da língua enquanto um impossível que lhe é próprio. No entanto, eles se distanciam do posicionamento teórico e político de Milner em relação ao lugar do poético e da história. Fundamentalmente, os autores criticam a distinção entre “ética da ciência” e “ética da verdade” em *O amor da língua* como uma deriva equívoca em que o conceito de valor não seria reconhecido.

O mais espantoso é que J.-C. Milner, cuja reflexão constitui um questionamento do narcisismo em linguística, refere-se aqui à distinção entre “a ética da ciência” (a semana de trabalho dos linguistas) e “a ética da verdade” (a leitura dos poetas no dia do Sabbat). Em *L’amour de la langue*, em que a indissociabilidade dos dois Saussure é, entretanto, reconhecida, *a tese saussuriana do valor não é aplicada*. Isso poderia ser o corolário da posição sustentada por Milner em relação ao equívoco, cuja percepção ele restringe ao “ponto de poesia” e algumas coincidências felizes com as escritas eruditas: sem a poesia, afirma ele, nós não teríamos a ideia de que a língua se inscreve no real, e os trocadilhos, lapsos etc. seriam acidentes. (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 63-64, grifo nosso).

Essa separação entre ética da ciência e ética da verdade *suturaria* (como uma forma de reconstrução metonímica) a ferida narcísica aberta por Saussure, uma verdadeira *perturbação* com a rede de memória da linguística de sua época, a partir da noção de valor e implicaria na certeza de que a poesia é um ponto privilegiado de cessação<sup>61</sup>. Mas de onde

<sup>61</sup> “O ato da poesia consiste em transcrever em lalíngua mesma, e por suas próprias vias, *um ponto de cessação da falta ao escrever [manque à s’écriture]*. É nisso que a poesia tem que ver com a verdade (dado que a verdade é, estruturalmente, aquilo com que a língua está em falta) e com a ética (já que o ponto de cessação, uma vez circunscrito, exige ser dito)” (MILNER, 2012, p. 39, grifo nosso). Milner defende que todo mundo sempre soube reconhecer diversos nomes do ponto de cessação, que poderia se chamar, inclusive, de ponto de poesia: a morte, o obsceno ou o sentido mais puro que se pode atingir arrancando as palavras do círculo de referência

viria tal certeza sobre a poesia? De acordo com Gadet e Pêcheux ([1981] 2010, p. 64, grifo nosso), a partir daí, “poder-se-ia também entender, *sob o princípio saussuriano do valor*, que a poesia não tem um lugar determinado na língua porque ela é literalmente coextensiva a esta última, do mesmo modo que o equívoco: talvez ‘não haja poesia’”. Para os autores, o que afeta o princípio de univocidade da língua não é localizável nela (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010).

A questão do materialismo histórico é o ponto em que Gadet e Pêcheux se separam da posição política de Milner, isto é, do seu ceticismo<sup>62</sup>. Considerar que há um real da história é fazer uma aposta política sobre o funcionamento da contradição, funcionamento este em que o impossível não seria foracluído. Nesse sentido, a complexidade contraditória do real da história não se reduz à oposição simplista entre a ditadura e a liberdade.

Se considerássemos que a *categoria materialista de real* especifica-se exclusivamente pela sua relação com o impossível, com que real poder-se-ia afirmar que o materialismo histórico trabalha? A questão do materialismo excede, portanto, o puro terreno da epistemologia: ela engaja uma *aposta política baseada na existência de um real da história*. O materialismo histórico pretende basear-se em uma percepção desse real como contradição.

É precisamente isso que J.-C Milner recusa, considerando atualmente a história como um puro efeito imaginário, eventualmente destruidor, mas não principalmente como um real contraditório: a história como espaço imaginário só é suscetível de conclusões práticas, por exemplo, o confronto entre a ditadura chegaria ao ponto de levar Milner a resgatar praticamente algum interesse pela posição sociologista, desqualificada por razões teóricas bem convincentes? A história viria colocar Milner em... uma contradição? (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 35, grifo nosso).

---

ordinária. Poder-se-ia, ainda, reconhecer o ponto em que a falta cessa na própria fonia (a homofonia tal como trabalhada por Mallarmé e Saussure).

<sup>62</sup> “Ao mesmo tempo, a questão do materialismo histórico é o ponto em que nos separamos politicamente de Milner. Que Milner não aceite, hoje, conceber a história de outra maneira que não seja a forma parodística de um materialismo de síntese, narcísico e cego, no qual a história só pode apresentar a forma de um desenvolvimento sintético progressivo da consciência e que, por conseguinte, ele negue a ela toda possibilidade de real, isso é outro caso”. A resposta de Milner ao embate da posição cética e da materialista pode ser vista em um texto publicado em 1983, chamado *Os nomes indistintos*, particularmente no capítulo “Uma geração que desperdiçou a si mesma”. Em 2012, em uma série de debates com Alain Badiou mediada por Philippe Petit, Milner retoma as questões que norteiam o seu ceticismo político (como a antifilosofia e a indiferença *em* política): “retomaria el término ‘escepticismo’ dándole un sentido fuerte, es decir un escepticismo en el sentido antiguo de la palabra, no un escepticismo amable. Se trata de una posición escéptica respecto de la política como organización. De allí el pragmatismo y eventualmente la aceptación de la improvisación, con diagnósticos que son siempre de corto plano, lo cual no me impide hacer predicciones” (BADIOU; MILNER, 2014, p. 44). Poderíamos reduzir, portanto, o ceticismo político de Milner na seguinte proposição: uma política que considera a questão do corpo e de sua sobrevivência como central em política. Cf., especialmente, o capítulo “Una polémica originaria” de *Controversia: diálogo sobre la política y la filosofía de nuestro tiempo*.

Nessa orientação, Gadet e Pêcheux tomam *as políticas da língua* no modo de produção capitalista<sup>63</sup> como forma de exame dos efeitos do real da história no território da língua. O destino do “socialismo existente” — que conduziu seus poetas, escritores e linguistas ao silêncio e ao mutismo — não chegou a um lugar diferente da *démarche* histórica da burguesia: a questão de língua (e de seus mestres) se torna uma questão de Estado<sup>64</sup>.

Mais uma vez, retornemos a Jakobson, particularmente à sua conclusão de “Linguística e poética”. A evocação feita pelo autor aos debates poéticos do Círculo Linguístico de Moscou, e da participação do poeta Maiakovski nessa série de embates literários e linguísticos, não é casual. O amplo esforço dos “formalistas” (como Brik, Chklovsky e, posteriormente, Tynianov e Eikhenbaum) de empreenderem um estudo científico da língua e das leis da produção poética nas formas de conto fantástico, de narrativas e poemas populares, trouxe a “contribuição à revolução proletária<sup>65</sup>, desmistificando as obscuridades místico-literárias da ‘linguagem dos deuses’. Nesse projeto, os formalistas pretenderam ser os ‘coveiros da poesia idealista” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 73).

---

<sup>63</sup> Modo de produção em que a questão da língua se torna uma questão do Estado, tomando, por exemplo, as formas de constituição do “francês nacional” por meio da alfabetização, aprendizagem e utilização legal dessa “língua nacional”.

<sup>64</sup> « Staline parle de mort de la langue comme on parle à la fois d’une langue morte et de la mort du corps. Le dictateur sait ce qu’il dit. Il affirme qu’il intervient dans le débat au titre de chef politique. Il souligne qu’il n’est pas un spécialiste et qu’il ne possède aucune compétence linguistique, sinon celle de sa parole. Il lutte contre Marr sur un pied d’égalité. Il prend son ennemi au pillage, sur le terrain d’une symétrie ; c’est un combat à armes égales entre deux tyrans ; Staline se prend pour ce qu’il est, un chef de parti et un guide de masses, et il attaque un adversaire, mort depuis deux décennies, en le prenant pour son rival : il l’accuse d’avoir voulu restaurer, au nom du marxisme, une langue morte et fabriquée. Il lui reproche d’être ce qu’il est lui-même, un maître et non un linguiste. Il accuse Marr et ses disciples d’être des “faux” linguistes, de parler au nom de la langue, alors qu’ils sont des politiciens et des pédagogues. [...] Si Staline est capable d’établir une distinction entre science et idéologie, il ne peut se départir d’une position de maîtrise de la langue qui a pour effet d’invalider la coupure reconnue. En affirmant à la fois qu’il n’est pas linguistique et que la langue est un instrument, Staline dénie à celle-ci toute possibilité d’exister pour elle-même. Il souligne que le marxisme n’a pas à s’occuper de la question de *la* langue, sous l’angle marxiste du reflet et des stades (explosions, développement, mort), mais de celle *des* langues nationales. En même temps, il intervient comme marxiste, comme maître et comme sujet parlant sur le corps même de *la* langue, réduite à l’état d’objet mort » (ROUDINESCO, 1979, p. 15, grifo da autora).

<sup>65</sup> Em “La linguistique hors d’elle-même : l’histoire absolument”, Gadet e Pêcheux (1980) afirmam que é necessário colocar em causa a interpretação “marxista” que consiste em afirmar que o formalismo não passa de um índice do idealismo, em função de seu “estruturalismo” refugiado na pesquisa das causalidades internas da língua e tendencialmente desligado da prática revolucionária e das massas: « A mieux examiner l’apport entre les contradictions de l’espace idéologique-littéraire des Avant-Gardes *et* les contradictions de la révolution russe (avant la contradiction entre la paysannerie et le prolétariat urbain), il devient en effet possible de formuler l’hypothèse historique suivante : loin de ne représenter qu’eux-mêmes [...], les Formalistes fonctionnèrent largement en réalité dans l’espace idéologique de la révolution comme un indice et un rappel : le rappel de l’existence de la paysannerie (à travers les contes, folklores, poésies-devinettes populaires qui constituaient leurs objets privilégiés), et l’indice que la “smytchka” (approximativement : l’alliance) entre paysans et prolétariat urbain n’était pas réalisée » (GADET ; PÊCHEUX, 1980, p. 363, grifo do autor).

Em “Un dialogue de sourds”, Gadet (1979) mostra que o interesse pelas questões de língua esteve amplamente ligado à reflexão sobre a literatura e a etnografia na Rússia pós-outubro de 1917:

Au pays de Marr et de Polivanov, l'intérêt pour les questions de langue a toujours été lié (plus que dans les pays occidentaux) à une réflexion sur la littérature et l'ethnographie. Bien avant 1917, se sont créés de nombreux groupes de recherche travaillant sur la linguistique, la poétique, la littérature, le folklore... Le bouillonnement idéologique des années de 1915 à 1925 s'accommodera sans trop de difficultés d'une cohabitation entre des intérêts aussi divers que ceux des proletkultistes, des futuristes, des formalistes... dans l'ensemble engagés, quoique sous des formes différentes et à des degrés divers, dans la révolution qui est en train de bouleverser le pays. (GADET, 1979, p. 77).

No cenário da Rússia pós-revolucionária, enquanto os decadentes, simbolistas e acmeístas permaneceram em sua prudente reserva ou na sua franca hostilidade, “homens preocupados com a ‘força das palavras’ engajam-se na revolução e decidem sacudir o velho mundo” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 73): marxistas do *Prolekult*<sup>66</sup>, futuristas, *Scythes* eslavófilos<sup>67</sup> e formalistas mantiveram-se na frente da “cena ideológica”: a língua russa trabalhada pelo funcionamento da metáfora; “*telescopia* a atualidade política [...] e as formas poéticas (rimas, jogos de palavras, enigmas...) da literatura popular; experimentação maciça das profundezas fonológicas, morfológicas e sintáticas, dos equívocos do sentido com a matéria verbal” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 73). A evocação de Jakobson textualiza, portanto, o empreendimento de uma geração inteira (de uma conjuntura histórica) que possibilitou o encontro da *modernidade política* com a *fundação da linguística*.

Se Saussure pôde reconhecer o *princípio do valor no espaço da Linguística Geral e dos anagramas*, os formalistas e outros escritores, poetas e linguistas russos também encontraram o mesmo fundamento. Nesse sentido, mais do que uma forma de “recepção” dos textos saussurianos na Rússia (como é possível observar nos trabalhos do Círculo Linguístico de Moscou por Jakobson<sup>68</sup> ou Karcevski<sup>69</sup>), o que Gadet e Pêcheux defendem é *que o*

<sup>66</sup> Cf. também o debate de Henri Deluy e Michel Pêcheux ([1974] 2011) sobre o *Prolekult* e, particularmente, a estética de Bogdanov.

<sup>67</sup> Citemos, especialmente, a tradução *Les Scythes* de Alexander Blok, escrita em 1918 e publicada na *Revue de Genève* em 1921: « Vous êtes des millions. Et nous sommes innombrables comme les nues ténébreuses. / Essayes seulement de lutter avec nous ! / Oui, nous sommes des Scythes, des Asiatiques / Aux yeux de biais et insatiables ! » (BLOK, 1921).

<sup>68</sup> Em “Jakobson sob o pavilhão saussuriano”, Gadet (2000, s/p) afirma que “ao contrário dos outros linguistas ‘estruturalistas’, Roman Jakobson não se declara herdeiro de Saussure e ainda menos como o único ou o verdadeiro herdeiro de Saussure. Para ele, Saussure é uma fonte de inspiração entre outras [...]. *Mas as referências de Saussure são particularmente numerosas*, ao longo de sua carreira, mesmo se elas parecem, muitas vezes, críticas”. Gadet pergunta o que sustentaria uma aproximação não superficial entre tais autores. A autora afirma que Jakobson “encontrou em Saussure que algo que lhe é essencial, o princípio da diferença como acesso ao sistema, de que ele fez, tanto quanto sentiu necessidade, uma máquina de guerra contra o

*princípio do valor foi desenvolvido em “estado prático”, afetando, a partir de um imenso trabalho de massa, as línguas da futura União Soviética:*

O encontro da linguística nascente com a *modernidade política* se produz na Rússia de outubro de 1917. *O princípio do valor encontra-se desenvolvido “em estado prático”* nesse imenso trabalho de massa que afeta, nesse momento, as línguas da futura União. Fazendo parte da *intelligentsia* revolucionária, os formalistas (linguistas, poetas e escritores) começam a pensar nesse processo e tentam administrar seus efeitos (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 22, grifo nosso).

Esse encontro e esse trabalho efetivo sobre a língua acabam mal: os trabalhadores da língua são paulatinamente evitados, condenados, excluídos e liquidados e se tornam as primeiras vítimas do stalinismo nascente e da dominância da linguística marrista que passam a se instalar, cada um a seu modo, no lugar do mestre: “surdez política crescente com relação à ordem da linguagem e à do inconsciente?” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 22).

O que fez com que esse trabalho efetivo sobre o real da língua viesse a fracassar, levando os linguistas, poetas e escritores a serem expostos a ataques cada vez mais violentos, acompanhando uma disseminação da morte em uma série impressionante, sobre poetas ainda jovens (suicídios, longas agonias, execuções)? “Blok, Khlebnikov, Iessiênin... — E o próprio Maiakovski, esse gigante do trabalho poético, [...] esfacela-se em 1930 contra o rochedo da vida quotidiana... O que foi que levou Maiakovski ao suicídio?” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 74).

O que surge no interior da ideologia stalinista de Estado nada mais é do que uma forma particular de “*seriedade*”, “cega à ordem da linguagem”. As consequências dessa “*seriedade*” culminam na *denegação política do real da língua*, isto é, no aborto da tentativa de revolução cultural e na *anulação do jogo metafórico*: o Estado e a ciência, na *seriedade* do mestre que reconstrói as perturbações metafóricas, separa o canto da locomotiva<sup>70</sup>. “A

---

historicismo dos Neo-Gramáticos. Saussure é utilizado sem que sua originalidade seja reconhecida de forma global, e sem que a letra do texto seja sempre trabalhada; o que Cornélius van Schooneveld resume na fórmula: ‘afinal, era preciso um pavilhão para cobrir o navio’”.

<sup>69</sup> Em nota necrológica a Sergei Karcevski, Jakobson (apud GADET, 2000, s/p) escreve: “Ele foi o único que em 1917-1919, durante sua passagem rápida por Moscou, animou a jovem geração de linguistas de Moscou com o *Curso de Linguística Geral* e aplicou seus preceitos ao estudo contemporâneo russo”. É igualmente curioso que Karcevski, um russo em terras genebrinas e aluno de Saussure, pôde diferir em um ponto crucial de Jakobson e Troubetzkoy sobre a questão da simetria/assimetria da língua. Segundo Patrick Sériot (1999, p. 233): « A l’opposé de S. Karcevskij, qui appuie nombre de ses raisonnemens sur le concept d’*asymétrie*, Jakobson, Troubetzkoy et Savickij sont fascinés par la *symétrie*. Pour eux, un objet existe si — ou parce que — il a une structure symétrique ».

<sup>70</sup> No ensaio *A geração que esbanjou seus poetas*, publicado um ano após a morte de Maiakovski, Jakobson (2006, p. 51) retoma os versos do poeta (“não basta construir a locomotiva; faz-se rolar as rodas e ela some./ Mas se o canto não estronda na estação./ de que adianta a corrente alternativa?”), pertencentes à “Ordem ao exército das artes”, para afirmar que “nós vivemos o assim chamado período da reconstrução, e é provável que ainda venhamos a construir muitas hipóteses científicas e locomotivas de toda espécie. Mas nossa geração já

*instalação espontânea do princípio do valor em outubro de 17* encontra aqui a sua base ideológica e política: daqui para frente, *o sentido se isola do nonsense*, porque o sentido coincide com as palavras no real da ideologia stalinista” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 98, grifo dos autores).

De forma semelhante, em “La linguistique hors d’elle-même : l’histoire absolument”, os autores afirmam que a disjunção mortal entre a seriedade do sentido e espaço do não-sentido (declarado como loucura ou poética) se instalaram no interior da revolução soviética, no exato momento em que a Europa Ocidental desenvolvia o neo-positivismo. De um a outro lado, formou-se uma surdez, « une même surdité à l’ordre de la métaphore, um même déni du réel propre à la langue, conçue comme (mauvaise) servente de la pensée » (GADET; PÊCHEUX, 1980, p. 363). Nesse sentido, contra o projeto formalista, o realismo literário e político do stalinismo viria a fazer coincidir realidade, discurso e pensamento, uma forma de “revanche sinistra” do *não-sentido* no interior daquilo que tende a foracluí-lo.

Em que consistiria a surdez do Estado aos trabalhadores da língua? Ou melhor: em que consistiria a surdez que Jakobson denuncia na linguística após as quatro décadas que separam a Revolução Russa de sua conferência sobre a poética apresentada nos Estados Unidos? Ousaremos dizer, brutalmente: surdez ao real da língua, surdez ao poético e à incidência inconsciente do *Witz*, e, sobretudo, a surdez ao jogo dos significantes. Enfim, uma insistência no enurdecimento.

Gadet e Pêcheux ([1981] 2010) afirmam que a linguística (ciência da língua e das línguas, ciência da divisão sob a unidade) traz inscrita em seu percurso o desejo irrealizável de curar a ferida narcísica aberta pelo conhecimento de sua divisão. “Essa surdez interna da linguística ganha terreno cada vez que essa disciplina deixa *o real da língua, seu objeto próprio*, e sucumbe às realidades psicossociológicas dos atos de linguagem...” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 19, grifo nosso). Em outros termos, a linguística não pode se reduzir a uma concepção de mundo, pois ela comporta uma prática teórica que toma a língua como objeto próprio (o real da língua). Por outro lado, a história da linguística revela uma tendência (inelutável) de fazer das filosofias espontâneas e das concepções de mundo a própria teoria linguística, tal como Jakobson acusou no final de seu célebre artigo sobre a poética: “tenho para mim que a incompetência poética de alguns linguistas intolerantes tenha

---

está predestinada a cumprir a penosa façanha de construir sem cantar. E mesmo que novos cantos comecem logo a ressoar, serão de uma outra geração, representados por uma outra curva do tempo. Além do mais, nada indica que tenham começado a ressoar”. Nessa orientação, Milner aponta que Jakobson havia falado da descrença de uma geração (a de Jakobson) que desperdiçava os seus poetas. Sob sua escrita, não faltavam os nomes daqueles cujas vozes houberam de se calar. “Mais que o silêncio, que tem a ver com a fala, o sintoma decisivo era a mudez que a nega” (MILNER, 2006, p. 113).

sido tomada por uma incapacidade da própria ciência linguística” (JAKOBSON, 2003, p. 161).

Mesmo entre aqueles que se autodesignaram saussurianos, tal *insistência no ensurdecimento* ao próprio da língua pode ser sentida em suas pesquisas<sup>71</sup>: no extremo, é paradoxal que a teoria saussuriana, resistente às interpretações comunicativas, funcionalistas, gestaltistas e fenomenológicas, tenha derivado, muitas vezes, a uma descrição semiológica da realidade centrada no sujeito e na positividade da significação. “Compreende-se que muitos saussurianos se tenham empenhado, em nome de Saussure, em *tratar dessa ferida* [o primado do negativo, do absurdo e da metáfora], em disfarçar a novidade insuportável que *perturba* assim as relações entre o desejo, o real e o impossível” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 63, grifo nosso). Pensando na tensão entre a metáfora e a metonímia, isto é, a tensão contraditória entre os processos de perturbação e de tratamento da ferida narcísica produzida por essa perturbação, Gadet e Pêcheux apontam as diversas tentativas históricas de encobrimento da descoberta saussuriana do valor e, conseqüentemente, do real da língua.

No artigo “Sobre a (des-) construção das teorias linguísticas”, escrito por Michel Pêcheux e publicado em 1982, Pêcheux inicia seu trabalho com um objetivo que é ao mesmo tempo, uma provocação aos linguistas de seu tempo: “apresentar algumas observações sobre *as tendências à desconstrução das teorias no campo linguístico.*” (PÊCHEUX, [1982] 1998, p. 8). O autor explica que o procedimento adotado consiste em aproximar diferentes momentos epistemológicos da linguística para problematizar os traços do processo histórico no qual a linguística se inscreve, especialmente em relação à problemática saussuriana sobre o próprio da língua:

O procedimento consiste em tentar (em torno de algumas referências: Saussure/anos 20/anos 50/ o período 1960-1975/ o início dos anos 80) aproximações entre pontos da história epistemológica da disciplina linguística, e alguns traços do processo histórico de conjunto no qual esta história se inscreve: a ideia é a de que esta inscrição pode contribuir para explicar as mudanças de afinidade epistemológica da Linguística, as transformações que afetaram sua rede de alianças teóricas, no campo das disciplinas “exatas” e “humanas” e “sociais”, até a situação atual. (PÊCHEUX, [1982] 1998, p. 8).

Com esse procedimento, Pêcheux faz uma localização de alguns *pontos sensíveis* que atravessam a história epistemológica da linguística. O artigo é dividido em três partes: “E Saussure ficou sozinho com seus problemas...”; “Que estranho destino o das ideias” e “A

---

<sup>71</sup> Em *Saussure: pró e contra*, Louis-Jean Calvet (1977) denuncia o silêncio à história e o caráter reacionário de uma linguística e de uma semiologia que são autodesignadas como saussurianas, especialmente Martinet e Mounin.

linguagem é realmente o que há de mais paradoxal no mundo, e infelizes são os que não o veem”.

Percorrendo historicamente (dos anos 20 até o início dos anos 80) os passos em “pezinho de pomba” da linguística em relação ao *efeito Saussure*, o autor indica que o ponto inaugural da Linguística ainda permanece *evanescente* e que a suposta ruptura de Saussure nunca foi, de fato, efetuada<sup>72</sup>. Frente a uma série de investimentos teóricos e históricos em torno do *simbólico como fato estrutural incontornável* em linguística, uma série de trabalhos se aloja na pressão de uma espécie de populismo da urgência, em que o desejo de pedagogias e tecnologias eficazes se torna dominante. Esse desejo que investe o sentido como um fato de natureza bio-psico-funcional equivale a uma tentativa teórica e política de contornar o fato estrutural da castração simbólica, “*soldando* novamente o bloco bio-social do animal humanidade” (PÊCHEUX, [1982] 1998, p. 19, grifo do autor).

Ora, o que mostra o estado atual da Linguística é que o ponto inaugural permanece evanescente, e que a ruptura por ele nunca é efetuada: contra a proclamação triunfante de Benveniste, que afirmava que a Linguística era doravante constituída em sua identificação teórica com seu feliz fundador e que deve apenas reconhecer e explorar seu domínio próprio (o próprio da língua, seu real no sentido dado por J.C Milner a este termo), observa-se que a Linguística saussuriana não se cumpriu (novamente “um destino funesto”?) (PÊCHEUX, [1982] 1998, p. 9).

No entanto, de acordo com o autor, o efeito Saussure não constitui um ponto de não retorno no corpo sócio-histórico da linguística. Se levarmos ao pé da letra a proposição “estruturalista” de que toda linguística é saussuriana (MILNER, 2012), a descoberta do princípio do valor em Saussure e o evento/advento da ciência linguística não parou de se negar, por meio de uma série histórica de *diásporas reais* e de *reunificações enganadoras* (PÊCHEUX, [1982] 1998).

Se, por um lado, Saussure pôs-se a pensar contra seu tempo contrapondo-se a uma série de interrogações pré-linguísticas sobre a origem da linguagem e de suas determinações

---

<sup>72</sup> Em *A língua inatingível*, Gadet e Pêcheux ([1981] 2010, p. 53, grifo nosso) afirmam que pensar “na revolução saussuriana como algo que rompe, com certeza, com um passado realizado, é provavelmente a *pior maneira de representar o efeito Saussure*”. Isto porque Saussure não resolveu a contradição que une a língua à língua e, apesar de seu combate, não impediu que a Linguística (tornada “séria”, pelo menos desde o Círculo Linguístico de Praga) derivasse ou retornasse a uma tentativa de descrição empírica ou idealista da “realidade”. Enfatizemos: essa deriva e esse retorno são, a um só tempo, marca da tentativa metonímica de reconstrução e marca da perturbação produzida por Saussure. Nesse sentido, para os autores, a revolução saussuriana não é da ordem de uma *ruptura*, mas de um *deslocamento*, de uma ferida narcísica: “Depois de Galileu, Darwin, Marx, Freud... o que aparece com Saussure é da ordem de uma *ferida narcísica*. Um saber aí se libera, o qual, sob o pesada ciência da linguagem acreditava saber, a obcecava sem que ela aceitasse reconhecê-lo: a língua é um sistema que não pode ser fechado, que existe fora de todo sujeito, o que não implica absolutamente que ela escape ao representável” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 63).

exteriores (sejam biológicas, lógicas, sócio-históricas ou filosóficas), por outro lado, o ponto inaugural da linguística enquanto disciplina autônoma continua quase inaudito.

Dessa forma, seguindo posições defendidas em *A língua inatingível*, o autor mostra que “a questão do ‘próprio’ da Linguística (da especificidade de seu real) é indissociável da questão das escolhas de embasamento através das quais se constitui e se transforma a rede de suas alianças” (PÊCHEUX, [1982] 1998, p. 14).

Como horizonte de retrospectão, Pêcheux reconheceu de Saussure à revolução de Outubro de 1917 e desta à “revolução cultural estruturalista” do período de 1960-1975 na França *um efeito subversivo contra a insistência na surdez*, posto que, sob esses diferentes nomes, períodos e movimentos, o equívoco, o poético e o jogo estão implicados como fato estrutural pela ordem simbólica.

No contexto político da França, dos anos 60, o efeito subversivo estruturalista ultrapassou rapidamente o quadro universitário da “produção teórica” e o das revistas literárias especializadas; a teoria e a literatura tomavam-se lugares de intervenção ideológica, suscetíveis de afetar, em contrapartida, o conjunto do campo sócio-político: **quarenta anos depois do engajamento dos formalistas russos no movimento revolucionário de Outubro, a mesma questão ressurgia (com novas formas) de um trabalho do significante no registro político, visando a uma outra maneira de ouvir a política.** (PÊCHEUX, [1982] 1998, p. 18, itálico do autor, negrito nosso).

Lembremos que Pêcheux fala de uma questão e de uma escuta que ressurgia na década de 1960. No entanto, a conjuntura teórica e política do início da década de 1980, época em que ele escreveu e publicou esse artigo, já era outra. Isto é, os anos de 1980 era outra condição histórica geral em que o Saussure e o “estruturalismo” foram progressivamente (politicamente) apagados. O “sufocamento do estruturalismo político francês<sup>73</sup>” coincide com a crescente dominância da Linguística do cérebro e da Linguística social que, sob a aparente oposição, buscavam integrar-se para resultar em “uma teoria bio-social de funções de comunicação”.

Essa aliança contraditória das correntes linguísticas dominantes recuperou pontos específicos do projeto interdisciplinar da comunicação, perspectiva dominante, por sua vez,

---

<sup>73</sup> Pêcheux ainda destaca que o paradoxo do início dos anos 80 é que o sufocamento do estruturalismo (que, contudo, ainda produz efeitos) coincide com a “recepção” dos trabalhos de Lacan, Barthes, Derrida e Foucault na Inglaterra, na Alemanha e nos Estados Unidos. Pêcheux ainda aponta que a visão de que “o episódio estruturalista” não teria feito mais do que desviar a pesquisa linguística de seus objetivos e de que o estruturalismo seria um incidente encerrado e que seu “fim” reconduziria ao caminho certo (o esforço para atingir o nível internacional do positivismo bio-psico-funcional) são marcadamente ideológicas e conduzem a um questionamento profundo (a uma desconstrução) da rede de alianças feitas pela linguística com outros campos do saber. Afinal, o que politicamente teria sufocado, “matado” ou, ao menos, silenciado o estruturalismo? Qual insistência dos estruturalistas podia ser assim tão perturbadora à Linguística?

nos anos 50 “apesar dos esforços excepcionais de linguistas como Jakobson para dar conta da tarefa, e fazer valer o estatuto da poética da linguagem humana” (PÊCHEUX, [1982] 1998, p. 16). Em outras palavras, um retorno do sujeito senhor de si e responsável por suas escolhas, salvo diante de coerções (e adaptações) a um mundo bio-social normal<sup>74</sup> ... Essa tentativa de complementaridade contraditória entre o biológico e o social levava sintomaticamente ao gesto de questionar o “estatuto da ordem simbólica e da castração como fato estrutural”, que são tomados como incongruentes.

Pêcheux e seu grupo, comentando o debate entre Chomsky e Piaget, afirmam que é “insustentável reduzir o simbólico a um pressuposto genético da lógica e da linguagem” (GADET; HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, [1982] 2011, p. 64). Contrapondo-se as teses do inatismo e do construtivismo, os autores sustentam:

Não tomamos aqui partido pelas teses do inatismo ou as do construtivismo. Para nós, o problema filosófico, psicológico e linguístico se concentra sobre o que designaremos como **o ponto do real da língua, ou seja, da existência de um impossível específico a esta, tomando a forma paradoxal de um corpo de interditos, de um sistema de regras atravessado de falhas**. A relação desse real (pelo viés do simbólico e do imaginário) com a metáfora, com o jogo de palavras, a ficção e o absurdo se situa de fato bem acima desse debate [isto é, o debate entre o fixismo biológico de Chomsky e o construtivismo piagetiano] (GADET; HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, [1982] 2011, p. 65-66, itálico dos autores, negrito nosso).

Qual é o estatuto da regra nessa concepção de real da língua? Dado que a falha relaciona a língua à consistência, “o que seria uma *regra linguística*, se ela tem que representar de maneira consistente um objeto inconsistente?” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 153). Singularmente, quais as consequências teóricas de se pensar o real da língua como um espaço de regras atravessado por falhas?

Em *A língua inatingível*, Gadet e Pêcheux ([1981] 2010, p. 149) concebem a “a falha” como fato estrutural que “vêm a desfazer a regularidade do sistema naquilo que é dado como o seu centro: no nó da consistência/completude”. Nessa orientação, o *real da língua* não se dá como costura das margens de uma língua lógica, mas é cortado por falhas,

<sup>74</sup> Enfatizamos que a década de 1980 não repete a de 1950, assim como a década de 1960 não repete a de 1920. A ideia de um *looping* histórico é profundamente inadequada, haja vista que a evolução dos meios tecnológicos (pela emergência de novas “demandas sociais”) e o desenvolvimento de pesquisas bio-médicas, por exemplo, ofereceram nos anos 80 “um *espaço* muito mais coerente do que em 1950, no qual os fantasmas do domínio bio-social podem desabrochar, ultrapassando o nível embrionário dos projetos utópicos” (PÊCHEUX, [1982] 1998, p. 20, grifo do autor). O retorno que tentamos colocar em questão, a partir do trabalho de Pêcheux, se trata, na verdade, de um recalque antigo e tendencial da ordem simbólica, na tentativa de restabelecer a plenitude do sujeito “mestre de si”.

materializadas, por exemplo, nas séries associativas, no lapso e no *Witz* (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010).

Nessa orientação, tudo da língua que escapa ao sujeito falante, como o jogo mallarmeano dos significantes e a incidência inconsciente do *Witz*, foi tomado na conjuntura do autor como um mero objeto residual da “pesquisa séria”, um entreato engraçado na seriedade da ciência, uma espécie de domingo poético do pensamento.

O registro do literário e do poético seria, assim (novamente) o que nunca deixou de ser aos olhos de alguns, apesar assim, dos trabalhos de Jakobson, de Benveniste, de Barthes, de Kristeva e de alguns outros: um luxo aristocrático para os tempos de paz, que deve saber apagar-se diante da pressão lógica da urgência (PÊCHEUX, [1982] 1998, p. 24).

Como podemos apreender essa tensão entre o reconhecimento de uma ordem própria à língua (enquanto uma insistência do trabalho do significante no registro do político, sob as formas do poético, do *Witz* e do jogo) e de sua forclusão (enquanto uma insistência no enurdecimento)?

Para Pêcheux, na série histórica da rede de alianças da linguística com outras disciplinas, o objeto da linguística é atravessado por uma divisão entre dois espaços. De um lado, há diversas séries de universos discursivos logicamente estabilizados. Esses *universos discursivos logicamente estabilizados* seriam inscritos, por exemplo, no espaço das ciências ditas exatas e da natureza, mas também no espaço das tecnologias (industriais ou biomédicas), acarretando em pedagogias de toda espécie (como os dispositivos de gestão-controle administrativos). Nessa orientação, o desejo de manipulação e representação não-ambígua das metalínguas seria apoiado por diversas espécies de operações de esquematização, dicotomização e cálculo lógico. Mesmo que toda ambiguidade comporte um risco “mortal” a tais universos discursivos, é precisamente a existência dos múltiplos espaços de urgência que garante maciçamente o embasamento da linguística em conceitos lógicos, semânticos e pragmáticos, *transportados* desta série de universos. De outro lado, se não cairmos na tendência de maior inclinação ideológica de acreditar que a funcionalidade bio-social é um fato universalmente realizado, é necessário reconhecer que qualquer língua é, sobretudo, a condição de existência de *universos discursivos não-estabilizados logicamente*. Os rituais ideológicos, os discursos filosóficos e os enunciados políticos seriam próprios a tais universos, em que a *ambiguidade* e o *equivoco* constituiriam um *fato estrutural incontornável*: “o jogo de diferenças, alterações, contradições não pode aí ser concebido como o amolecimento de um núcleo duro lógico” (PÊCHEUX, [1982] 1998, p. 24). Em outros

termos, o objeto da Linguística (o próprio da língua) aparece atravessado por uma divisão: “o da *manipulação de significações estabilizadas*, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o das *transformações do sentido*, escapando a toda norma *a priori*, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomado no lance indefinido das interpretações” (PÊCHEUX, [1982] 1998, p. 25, grifo nosso).

Obviamente, a distinção de Pêcheux entre os universos discursivos logicamente estabilizados ou não-estabilizados não deve ser pensado enquanto uma dicotomia. A fronteira entre os dois espaços é tão difícil de determinar que existe toda uma zona intermediária de processos discursivos (concernentes ao jurídico, ao administrativo e às convenções da vida cotidiana) que oscilam em torno desta fronteira. E “o que assegura a eficácia disso é precisamente a *possibilidade que elas oferecem de se jogar com as aparências lógicas*, para melhor ‘fazer passar’ os deslizamentos do sentido” (PÊCHEUX, [1982] 1998, p. 25, grifo nosso). A linguística seria, portanto, uma ciência de entremeio<sup>75</sup> que possibilitaria a alternância entre os mecanismos descritivos passíveis de uma inscrição formal (de um cálculo), mas, ao mesmo tempo, que não pode simplesmente se colocar fora da interpretação. Trabalhando no limiar do logicamente estabilizado e do não-logicamente estabilizado, Pêcheux postula que a tensão entre a *simetria* (a regra de conversão através da qual o outro aparece como o reflexo do mesmo) e o *equivoco* (em que a identidade se desregula, se altera a partir do interior), o paradoxo da língua toca *duas vezes na ordem na regra*: pelo *jogo nas regras*, e pelo *jogo sobre as regras*<sup>76</sup>.

Pensar a língua como simples *jogo nas regras* apresenta sempre riscos de cobrir o espaço próprio do que regulamenta o real da língua, substituindo-o por regras (*bio*-*lógicas* de engendramento das arborescências sintáticas, constrangidas pela semântica de “sistemas de conhecimento” (discursivamente estabilizadas em relações temáticas e em formas lógicas), ou por regras de *jogos de linguagem translinguísticos* a partir das quais o registro social do pragmático e do enunciativo escaparia ao “próprio da língua”, desmascarando, desse modo, o estatuto fictício deste último.

<sup>75</sup> Sobre a Linguística como “disciplina de entremeio” entre os dois espaços (entre as disciplinas de descrição e de interpretação), cf. Pêcheux, [1988] 2012.

<sup>76</sup> Nem coincidência, nem separação dos universos logicamente estabilizado e não-logicamente estabilizado: “a conjuntura contemporânea se constitui assim por uma contradição entre um trabalho de interrogação da língua, na vizinhança imediata do paradoxo e do absurdo (o espaço teórico de eficácia do *Witz*) e um mergulho nas certezas lógicas do *american joke*” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 23). E ainda: “Marcamos essa contradição pela tensão que surge entre o *joke* e o *Witz*, no desvio de duas breves brincadeiras: — o *joke* é a resposta do camponês americano a seu pastor, no momento em que este último o convidava a agradecer o Senhor por lhe ter dado uma terra tão bela: ‘Se o senhor tivesse visto o estado desta terra quando Ele ma deu!...’ — O *Witz* é a resposta do pequeno alfaiate judeu a seu cliente descontente por ter esperado durante seis anos a entrega de uma calça e observando que Deus só havia levado seis dias para criar o mundo: ‘Sim, mas veja a calça e veja o mundo...’” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 195). Pelo seu jogo, o *american joke* traçaria as fronteiras no domínio da língua, usando o absurdo como ferramenta domesticadora, enquanto o *Witz* não se entregaria à pura lógica, mas suporia sempre um desvio pela história, pela língua e pelo texto.

Tentar pensar a língua como espaço de regras intrinsecamente capazes de jogo, como *jogo sobre as regras*, é supor na língua uma ordem de regra que não é nem lógica, nem social: é fazer a hipótese de que a sintaxe, como espaço especificamente linguístico, não é nem uma máquina lógica (um sistema formal autônomo, exterior ao lexical, ao semântico, ao pragmático ou ao enunciativo), nem uma construção fictícia de natureza metalinguística (reduzível a efeitos inscritos em um domínio que, supostamente, governa o discurso escrito).

Nesta perspectiva, a sintaxe seria, ao contrário, o que toca de mais perto no próprio da língua enquanto ordem simbólica, com a condição de dissimetrizar o corpo de regras sintáticas, construindo aí os efeitos discursivos que o atravessam, os jogos internos destes “espelhamentos” léxico-sintáticos através dos quais toda construção sintática é capaz de deixar aparecer uma outra, no momento em que uma palavra desliza sobre outra palavra. (PÊCHEUX, [1982] 1998, p. 28, grifo do autor).

Dessa forma, o autor conclui o artigo destacando a importância de pensar o real da língua (o próprio com o qual a linguística se encontra) como *um corpo atravessado por falhas*, isto é, *submisso à irrupção interna da falta*.

Mais do que uma retomada histórica das redes de aliança da Linguística ou do que uma genealogia pró e contra Saussure, a conferência de Pêcheux tem que ver com uma *insistência*, ao mesmo tempo, teórica e política. Assim como Jakobson que, no começo da década de 1960, insistiu no trabalho do poético sobre a língua, contra o mecanicismo da linguística, Pêcheux aponta para a necessidade de trabalhar o *simbólico no registro do político* em uma época em que os linguistas se posicionavam a pensar *contra Saussure* e o estruturalismo foi tomado como um incidente superado.

O jogo é o *sintoma* de uma insistência: o ponto em que alguns linguistas reconhecem sua falta como constitutiva de um não domínio sobre o objeto, em um ponto raro em que poderá realizar-se nalgum ponto da escrita científica a feliz coincidência da regra e do *Witz*<sup>77</sup>: ponto em que o rosto desnuda o todo do corpo (“conosco tudo é rosto!”), em que os utensílios domésticos (domesticadores) da linguística reencontram o pássaro de fogo<sup>78</sup>.

### 3.2 As verdades de Alonso Quijana: uma Aventura do olhar

« Si elle se retirait un jour, abandonnant ses oeuvres et ses signes sur les plages de notre civilisation, l’invasion *structuraliste* deviendrait une question pour l’historien

<sup>77</sup> “A esse preço a linguística pode se fazer ouvir: entediante, às vezes, em relação a essa Outra via a que ela se fecha; inoportuna, frequentemente, por se sustentar no vértice de um impossível; mas não infeliz — se, ao menos, ela não fracassar na escrita de suas decifrações. Operação difícil, sem dúvida, mas que conheceu sucessos: raros, incomensuráveis uns aos outros, inimitáveis, dependendo da pura sorte... eles são, contudo, testemunhas. Ainda é preciso, para que eles sejam reconhecidos, que o ser falante, convocado pelo linguista a se admitir como tal, aceite o mínimo: que ninguém é mestre de língua; que nela insiste um real; que, por fim, língua sabe. Então, por pouco que o linguista não falhe em possuir um certo tato, poderá realizar-se nalgum ponto das escritas científicas a feliz coincidência da regra e do *Witz*.” (MILNER, 2012, p. 126).

<sup>78</sup> Retomamos os dizeres de Maiakovski citados por Gadet e Pêcheux em *A língua inatingível*: “O pássaro de fogo caiu no cotidiano dos utensílios de cozinha” (MAIAKOVSKI apud GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 74).

des idées. Peut-être même un objet. Mais l'historien se tromperait s'il en venait là : par le geste même où il la considérerait comme un objet, il en oublierait le sens, et qu'il s'agit d'abord d'une aventure du regard, d'une conversion dans la manière de questionner devant tout objet » (DERRIDA, 1967b, p. 9).

Na década de 1960, o estruturalismo estava na moda, segundo os diversos discursos *contra* o movimento que começaram a serem difundidos a partir da segunda metade da década de 1970<sup>79</sup>. Talvez nem se tratasse de uma “moda”, mas sim de uma “ditadura”, de um “paradigma”, ou, até mesmo, de um “dogma”<sup>80</sup> imposto às ciências humanas e sociais e à filosofia como um temível projeto de modernização intelectual, como compreende uma série de discursos *contra* o “estruturalismo”. Parece que, por muito tempo, foram tolerados os “obscurantismos” do estruturalismo francês, assim como suas “deformações”, “miragens” e “imposturas”<sup>81</sup>: um verdadeiro trabalho de Sísifo.

Posteriormente, fora das urgências da “moda”, *parece evidente* que o excessivo espírito de revolta do movimento nada mais era do que um culto pelo esteticismo e um apego ao formalismo da língua. Ou ainda: a rejeição da liberdade democrática e um ceticismo profundo em relação ao humano e ao humanismo<sup>82</sup>. E também *parece evidente* que o estruturalismo afastava o sujeito humano no mesmo momento em que afastava o objeto real (EAGLETON, 1983). Segundo essa perspectiva, os críticos ao movimento “estruturalista” afirmaram que tanto o sujeito individual quanto o objeto seriam eliminados, restando apenas um sistema de regras de existência autônoma. “Dizer que o estruturalismo tem um problema com um sujeito individual é dizer pouco: o sujeito foi *efetivamente liquidado*, reduzido à função de uma estrutura impessoal” (EAGLETON, 1983, p. 120, grifo nosso). Ora, veremos,

<sup>79</sup> Na primeira parte deste tópico, textualizaremos algumas críticas ao movimento não para acatá-las como verdadeiras ou falsas, coincidentes ou não com a “realidade”. Pensar o “estruturalismo” enquanto uma construção discursiva — que é história e politicamente determinada e que não possui propriedades naturalizadas (como “o estruturalismo é x”) — implica em problematizar as relações de forças que atravessam os discursos sobre o movimento “estruturalista”.

<sup>80</sup> Em condições de produção distintas, os termos ditadura, paradigma e dogma textualizam diferentes direcionamentos de sentidos sobre o estruturalismo. Aqui, o termo « *dictature structuraliste* » refere-se à crítica de Faye e dos colaboradores da revista linguístico-literária *Change* (1968) contra as ideias da revista *Tel Quel* (1960-1982) (GOBILLE, 2005). Por “paradigma”, Thomas Pavel (1990), compreende a ampla tentativa de modernização intelectual iniciada a partir da década de 1950 por uma multiplicidade de correntes etiquetadas sob nomes diversos, como, por exemplo, semiologia, estruturalismo ou pós-estruturalismo. Para Todorov (2009), a atual predominância de uma abordagem estrutural da literatura na escola e na universidade são um “dogma” segundo o qual a literatura não teria relação com o mundo, sendo concebida como objeto de linguagem fechado, auto-suficiente e absoluto.

<sup>81</sup> O termo “impostura” refere-se tanto às recentes críticas de Sokal e Bricmont (1999) a autores “estruturalistas” e “pós-modernistas” no livro *Imposturas Intelectuais*, quanto às posições de Picard em *Nouvelle critique ou nouvelle imposture?* contra a Nova Crítica, em especial contra as leituras de Barthes em *Sur Racine* (Cf. BARTHES, 2007; COMPAGNION, 2011). Salvaguardadas as diferentes condições em que as duas controvérsias foram produzidas, ambas as “denúncias” contaram com grande circulação na mídia de divulgação geral.

<sup>82</sup> Cf. o posicionamento de Elisabeth Roudinesco e Jacques Derrida (2004), em *De que amanhã... Diálogos*, em contraposição a esses discursos que foram se consolidando após a década de 1970.

posteriormente, que nem Saussure, nem os “estruturalistas” eliminaram o sujeito, mas eles entraram efetivamente em combate contra a ideia de sujeito psicológico (mestre de seu dizer), ou seja, contra uma perspectiva sempre dominante na história das ciências.

Esse percurso crítico ao estruturalismo ainda propõe que no lugar do sujeito, haveria o aparecimento de um novo sujeito: “o *próprio sistema*, que parecia equipado de todos os atributos (autonomia, autocorreção, unidade etc.) do indivíduo tradicional” (EAGLETON, 1983, p. 120, grifo do autor). Dessa forma, para os críticos, em consequência a suposta eliminação do sujeito, o “estruturalismo” *parece negar* tudo aquilo que é distintivamente humano, resultando na eliminação de toda ação histórica, na paralisia política referente à iniciativa individual e na indiferença moral aos humanos concretos<sup>83</sup>.

Até mesmo o “pós-estruturalismo”, considerado como a deriva irracionalista do estruturalismo (SOKAL; BRICMONT, 1999), não *parece* ter levado a uma direção oposta da corrente “antecessora”, sendo, para os seus críticos, igualmente incapaz de romper as estruturas do poder estatal:

O pós-estruturalismo foi produto dessa fusão de euforia e decepção, libertação e dissipação, carnaval e catástrofe, que se verificou no ano de 1968. Incapaz de romper as estruturas do poder estatal, o pós-estruturalismo viu ser possível, em lugar disso, subverter as estruturas da linguagem. Pelo menos, ninguém nos golpeará na cabeça por fazermos isso. (EAGLETON, 1983, p. 152-153).

Para Eagleton (1983), a linguagem, mais particularmente a escrita, ainda ocuparia um lugar privilegiado. De acordo com essa perspectiva, o autor considera que os estruturalistas (ou pós-estruturalistas) eram incapazes de romper ou subverter efetivamente o poder estatal, só o texto poderia mostrar “o traseiro ao pai político” (BARTHES, 2008), libertando o sujeito, momentaneamente, pelo jogo da linguagem (jogo erótico e jogo dos códigos), das tiranias do *poder gregário* e da *significação estrutural*.

---

<sup>83</sup> Warren Montag (1995) aproxima as críticas de Thompson contra Althusser às de Habermas contra Foucault. Montag afirma que tanto os “Aparelhos Ideológicos do Estado”, de Althusser, quanto *Vigiar e Punir*, de Foucault, foram considerados pelos opositores como textos limites do “estrutural-funcionalismo”. Por esse motivo, acreditamos que a citação a seguir, direcionada a dois textos específicos, também se refira ao movimento “estruturalista” francês de forma geral: “Both texts were charged with offering a subtle and perversely persuasive (or even seductive – given that their appeal was said to be literary rather than genuinely philosophical or theoretical) functionalism, a structuralism that denied all that was distinctively human, whether historically invariant needs and natures, the daily “experience” that was said to form the basis of human thought and feeling, or even the irreducible freedom that provided the sole ground of our morality. Such structuralist-functionalism could only result in the evacuation of all historical agency, portraying a world without the possibility of resistance or even change. Althusser and Foucault, despite their differences, produced an analysis of domination that could itself only be a ruse of domination, insofar as the effect of their work was to paralyze individual initiative and to overwhelm critical thought with the idea that ideology or power were inescapable” (MONTAG, 1995, p. 55).

Uma série de questões foram debatidas em torno do que foi designado por Pavel (1990) como a “obsessão” estruturalista e pós-estruturalista pela linguagem e pelo simbólico. A linguagem é realmente a única coisa que existe? Até mesmo a revolta é redutível a um simples jogo de linguagem? Essa excessiva revolta (ou o tom revolucionário atribuído à “linguagem poética”) não seria mais uma forma de reprodução pantomímica do pensamento pequeno-burguês<sup>84</sup>? Se, a despeito da existência de poderes coercivos e de aparelhos repressivos do Estado, a linguagem é o único lugar possível de resistência, as questões necessariamente políticas não se perderiam?

Pavel (1990, p. 25) afirma que o interesse manifesto pela linguagem, durante o século XX, foi sentido como “a subida ameaçadora de uma maré universal cujo avanço implacável tornava vão todo esforço de apreender a sua origem conjuntural e seus alvos específicos”. Hoje *parece evidente* que essa maré universal não passava de uma aterradora metáfora construída discursivamente pelos processos narrativos do “sistema hegemônico de pensamento”, o estruturalismo.

Tudo se passa como se o estruturalismo fosse apenas uma miragem<sup>85</sup>. Assim como em *A Tempestade* de Shakespeare, a devastadora tormenta teria se esvaído no ar e desvanecido sem deixar qualquer rastro ou vestígio, tal como os espíritos (ou os fantasmas). Como se a mesma corrente que, sem amarras, pôde anunciar a morte de Deus e do Homem<sup>86</sup>, também estivesse ameaçada em sua vida (segundo a metáfora orgânica da vida da linguagem e da vida de uma organização) e fosse devolvida à sua própria finitude no momento exato em que sua origem e limite pareciam apagar-se em seu potente e implacável fluxo. O movimento estruturalista, ou seja, esse “fantasma” que acabou tomando a aparência de uma nova “ciência régia” das estruturas do real (PÊCHEUX, [1988] 2012), poderia explicar também a sua própria finitude, a sua própria morte, enquanto uma *promessa de totalidade e organização*?

Se a metáfora da morte mantém sua pertinência à história do movimento (se é possível, ainda, falar em movimento) *parece* até mesmo que os “estruturalistas” o teriam matado com suas próprias mãos, apesar de, contraditoriamente, o movimento ter morrido de morte natural, prevista e decretada pelos mais lúcidos de seus próprios praticantes. Referimo-

<sup>84</sup> Foi precisamente essa a orientação que deu Fougeyrollas (1983) contra o que ele chama de pensamento obscurantista do estruturalismo representado, para o autor, pelas obras de Lévi-Strauss, Lacan e Althusser.

<sup>85</sup> “But the linguistics of French structuralism and poststructuralism was a mirage. Those who used its notions understood neither the technical aspects of linguistics nor the theoretical stakes involved. (JORDAN; PAVEL, 2001, p. vii).

<sup>86</sup> Lembremos as palavras de Auzias (1972, p. 88), entusiasta do movimento: “há mortos que é preciso matar. A linguagem, a escrita mataram os valores. As ciências do homem mataram o homem, e a literatura matou os autores. É a linguagem que fala, nos livros, e não mais o *eu* demasiado odiável. O eu é coisa exterior, o verdadeiro pensamento é o pensamento da linguagem. Falo, logo não existo. É uma coisa ou outra”.

nos, neste caso, à observação de Perrone-Moisés em seu estudo sobre a corrente pós-estruturalista e a desconstrução nas Américas:

*O fim do estruturalismo* foi, assim, decretado no interior do próprio movimento, em certos casos pelos mesmos teóricos que o haviam teorizado. O estruturalismo não foi, portanto, como até hoje dizem os seus críticos, uma moda nociva finalmente superada pelos bons métodos tradicionais, mas um movimento que morreu de morte natural, pelas mãos de seus próprios praticantes. *Morreu para prosseguir, transformando-se em outra coisa, muito menos tradicional do que ele.* O fim do estruturalismo já fora previsto pelos mais lúcidos de seus adeptos. (PERRONE-MOISÉS, 2004, p. 215-217, grifo nosso).

Na perspectiva de Pavel (1990), foi na segunda metade da década de 1970 e nos anos iniciais da década de 1980 que surgiram contra-movimentos em oposição aos “triunfos doutrinários” do “estruturalismo”. Uma série de obras criticou os paradigmas estruturalistas e pós-estruturalistas por perspectivas múltiplas e reivindicando desde o retorno ao racionalismo até um uso “não-abusivo” das metáforas e da matemática na filosofia e nas ciências humanas e sociais. As agitações da primavera de 1968, em que se semeou uma forjada solidariedade dos “estudantes” com as “massas”, parecem ter produzido, na verdade, uma longa série de gestos simbólicos ineficazes e performativos políticos infelizes (PÊCHEUX, [1988] 2012), perceptíveis, no entanto, somente no rigoroso inverno político francês.

Esse contra-movimento foi um desafio lançado pela nova geração à anterior? Uma vez que as preocupações dos sucessores são incompreensíveis para uma nova geração, “pode ela agir de outra forma senão voltando as costas ao antigo paradigma, para se ocupar tranquilamente de seus novos interesses” (PAVEL, 1990, p. 8)?

Nesse período, a cidadela teórica e política do estruturalismo (PÊCHEUX, [1982] 1995) foi atacada por um duplo fogo incinerador: pelos seus adversários exteriores e pelos próprios desvios e equívocos, indicando a presença do adversário no interior do próprio movimento.

Para os críticos do estruturalismo, o pior já passou<sup>87</sup>. Nessa orientação, superaram-se seus piores excessos, desataram-se lentamente de seu confuso prestígio, de seu

---

<sup>87</sup> E esse movimento de sentidos não se limitou à década de 1980 e à França. No Brasil, por exemplo, Coutinho, no prefácio da segunda edição de seu livro *Estruturalismo e Miséria da Razão* (publicado primeiramente em 1972), hesita em reeditar a obra, “porque considerava o velho livro superado, em função não só do desaparecimento do estruturalismo como corrente viva na batalha das ideias, mas sobretudo por causa da mudança de posição dos autores [criticados]” (COUTINHO, 2010, p. 11, grifo nosso). Mais recentemente, Sokal e Bricmont (1999) afirmam que o livro *Imposturas Intelectuais* é endereçado a duas correntes que correspondem de maneira aproximada a dois períodos da vida intelectual francesa: o estruturalismo extremo e o pós-modernismo. Para os autores, o estruturalismo extremo é uma corrente encerrada, dado que é compreendido no período “*que se extiende hasta principios de los años setenta, [...]*: los autores pretenden

estatuto de verdade científica, e, especialmente, desencantaram-se de suas promessas inúteis (PAVEL, 1990), de seu “ballet” conceitual (FOUGEYROLLAS, 1983). Em 1983, no prefácio da reedição do livro *Contre Lévi-Strauss, Lacan e Althusser* (1976), Fougeyrollas (1983, p. 5) comenta:

Heureusement, les étudiants nous firent un accueil plus favorable qui nous aida à comprendre que la situation culturelle était en train de changer. De fait, l’ancienne hégémonie de Lévi-Strauss sur les recherches anthropologiques est de plus en plus contestée par des spécialistes qui n’ont plus peur de partir des phénomènes économiques pour analyser les phénomènes culturels saisis dans leur historicité. Par ailleurs, la dissolution de l’Ecole freudienne par Lacan a ouvert une crise que la mort du maître ne pouvait qu’aggraver. Enfin de nombreux disciples d’Althusser se sont éloignés de sa doctrine et se trouvent désormais entraînés hors de son influence par les problèmes propres au Parti communiste français.

Nesse direcionamento de sentidos, a intelectualidade francesa “virou a página”, desenvolvendo um ressentimento (quando não um arrependimento) face a teorias suspeitas de terem pretendido falar em nome das massas (PÊCHEUX, [1988] 2012), como se, apesar dos falantes, a linguagem tivesse se beneficiado de um poder exótico, diferente daquele que lhe era atribuído (PAVEL, 1990).

Em relação aos autores reconhecidos ao estruturalismo, *parece evidente* que houve uma passagem massiva de uma conjuntura marcada pelo projeto de modernização intelectual das ciências humanas e sociais e da Filosofia nos anos de 1960 a um cenário de decepção e desesperança.

O editorial do primeiro número da revista *Langages*, publicada no ano de 1966, por exemplo, textualiza o papel da linguística como uma ciência-piloto das ciências humanas e sociais:

L’étude du langage est aujourd’hui une dimension nécessaire de la culture ; d’abord parce que, de l’anthropologie à la philosophie, il n’est guère de discipline qui n’ait été amenée, ces derniers temps, à confronter la structure de son objet à la structure du langage et ses méthodes à celles de la linguistique; ensuite, parce que la linguistique elle-même est parvenue à ce moment heureux où elle est déjà une science bien fondée, sans cesser cependant d’être une recherche vivante, affrontée à des problèmes qui n’ont pas encore reçu leur solution.

Cette situation conduit à un grand besoin d’information. Lequel d’entre nous, s’intéressant à des domaines fort variés, tels la littérature, la psychanalyse ou la philosophie, n’a souhaité avoir accès à un certain savoir linguistique et à une certaine actualité de ce savoir ? Et pourtant cette information doit être sans complaisance : si le langage est “à la mode”, il y a une obligation accrue à en parler sérieusement, scientifiquement. Une nouvelle revue de linguistique doit faire face à cette double tâche, sans étendre en cela se substituer aux autres revues spécialisées qui existent déjà, pour la bonne raison que l’objet même de la linguistique se

---

desesperadamente dar, mediante aderezos matemáticos, un barniz de ‘cientificidad’ a vagos discursos provenientes de las ciencias humanas” (SOKAL; BRICMONT, 1999, p. 30-31, grifo nosso).

modifie : il lui faut désormais étendre son observation à l'ensemble des systèmes signifiants, du moment qu'ils se présentent comme des structures relationnelles hiérarchisées, soit pour tenter de décrire chacun d'eux, soit pour les confronter au langage proprement dit, soit enfin pour suivre dans le profil des activités humaines la présence d'une même et seule fonction symbolique. C'est à cette tâche, qui est à la fois d'unification, de confrontation et d'extension, que répond le pluriel du titre de notre revue: l'horizon, sinon encore l'objet de la linguistique, ce n'est déjà plus tout à fait *le* langage, ce sont *les* langages de l'homme. (LANGAGES, 1966, p. 1-2).

Mais do que uma apresentação da nova revista destinada a análise do conjunto dos sistemas significantes, não estaria inscrito nessa citação todo um “pensamento especulativo” que se submetia à influência de um saber bem fundado e em sua atualidade, mas mesmo assim particular, que é a Linguística? Era, portanto, um dever tratar as linguagens (e não somente a linguagem) de forma *séria, científica*<sup>88</sup> especialmente em matérias não científicas, sendo que estas seguiram vias tensas e contraditórias de disciplinarização e institucionalização. Assim, é possível encontrar, na década de 1960, enunciados como “atualmente, há uma solicitação semiológica oriunda, não da fantasia de alguns pesquisadores, mas da própria história do mundo moderno” (BARTHES, 2001, p. 11); “os *Elementos* aqui apresentados não têm outro objetivo que não seja tirar da Linguística os conceitos analíticos a respeito dos quais se pensa *a priori* serem suficientemente gerais para permitir a preparação da pesquisa semiológica” (BARTHES, 2001, p. 13), ou que « la valeur des théories actuelles est ailleurs : elles ont choisi un bon point de départ pour les études sémantiques. Elles nous permettent de croire que la sémantique *est et sera une science* » (LANGAGES, 1966, p. 43, grifo do autor)

Ora, a *linguagem nunca foi um problema entre outros*, por que, então, ela deveria invadir *cientificamente* “l'horizon mondial des recherches le plus diverses et des discours les plus hétérogènes dans leur intention, leur méthode, leur idéologie” (DERRIDA, 1967a, p. 15)? E poderíamos afirmar, com Derrida, que a linguagem sofre um desfraldamento amorfo e irresistível: o signo “linguagem” (o signo em si mesmo) sofre uma desvalorização e uma inflação absoluta: “de tanto usá-la a moeda se desvaloriza” (PAVEL, 1990, p. 28). Essa *crise* é um sintoma: “elle indique comme malgré elle qu'une époque histórico-métaphysique *doit* déterminer enfin comme langage la totalité de son horizon problématique” (DERRIDA, 1967a, p. 15, grifo do autor). É nesse ponto que Pavel (1990) interroga — e, sem dúvida, a questão também é válida à apresentação da revista *Langages* de 1966 ou aos enunciados de Barthes e Todorov — se esse dever é o *dever de necessidade* ou *dever de obrigação normativa*, *dever de verossimilhança* ou *dever que significa dívida a pagar*? Dada a crise,

---

<sup>88</sup> Nota para a terceira edição francesa do livro *Chaves do estruturalismo* de Jean-Marie Auzias: “O estruturalismo não é um imperialismo! Pretende ser científico: e o é. E é neste nível que gostaríamos de nos manter”. (AUZIAS, 1972, p. 2)

“ter-se-ia esperado das ciências das línguas uma salvação que ela não tinha o meio de propiciar?” (PAVEL, 1990, p. 8). Parece até mesmo que o estruturalismo, em sua esperança de modernização, recobriu as austeras e já fundadas disciplinas das línguas naturais de um verniz mágico, metafórico (PAVEL, 1990).

Quando os reflexos do “*paradigma*” teriam se desnudado, cada autor reconhecido como estruturalista — e as taxinomias são as mais diversas — teve que se “justificar”, se “esquivar” ou se “desculpar”, cada um de forma singular, da etiqueta “estruturalista” e da participação no projeto de construir um “temível instrumento de modernização intelectual” (PAVEL, 1990): “[...] deixemos as polêmicas a respeito do ‘estruturalismo’; elas sobrevivem, com dificuldade, em regiões hoje abandonadas pelos que trabalham; esta luta, outrora fecunda, só é conduzida agora pelos farsantes e pelos forasteiros” (FOUCAULT, 2008, p. 227); “[...] jamais, de minha parte, empreguei a palavra estrutura. Procurem-na em *As palavras e as coisas*, e não a encontrarão. Então, gostaria muito que todas as facilidades sobre o estruturalismo me sejam poupados, ou que se dê ao trabalho de justificá-las” (FOUCAULT, 2009). “A imputação de estruturalismo, a ser entendido como compreensão do mundo [...], não é, apesar da onda da publicidade que me trouxe, e sob a mais cativante forma, já que nela embarquei na melhor companhia, não é, talvez, algo com que eu tenha motivo para ficar satisfeito” (LACAN, 2003, p. 485).

Até mesmo recentemente, no debate sobre como a literatura é trabalhada nas escolas e universidades, Todorov (2009, p. 30) afirma que “os estruturalistas têm maioria hoje na escola [...]; haveria sempre alguma arbitrariedade numa determinada escolha. [...] Há aqui, portanto, um abuso de poder”. Todorov defende que a análise estrutural é um meio de acesso que não deve substituir *o sentido da obra*, que é o seu fim. “Para erguer um prédio é necessário a montagem de andaimes, mas não se deve substituir o primeiro pelos segundos: uma vez construído o prédio, os andaimes são destinados ao desaparecimento” (TODOROV, 2009, p. 32).

Minha intenção (e a das pessoas que me cercavam na época) era a de estabelecer um melhor equilíbrio interno e externo, como entre teoria e prática. Entretanto, não foi assim que as coisas se passaram. O espírito de Maio de 68, que não tinha propriamente em si nada a ver com a orientação dos estudos literários, transformou as estruturas universitárias e modificou profundamente as hierarquias então existentes. O ponteiro da balança não se deteve num ponto de equilíbrio, indo muito além na direção oposta: hoje, prevalecem as abordagens internas e as categorias da teoria literária (TODOROV, 2009, p. 37).

Buscando um equilíbrio entre análise estrutural e interpretação do sentido da obra, Todorov pôde, então, justificar-se perante a inquietante pergunta: “por ter participado desse movimento [o estruturalismo], eu deveria sentir-me responsável pelo estado atual da disciplina?” (TODOROV, 2009, p. 35). Buscar o bom-senso e um ponto de equilíbrio entre as duas ordens distintas, como entre Dom Quixote e La Palice<sup>89</sup>? Aqui, a evidência se avizinharia estranhamente da loucura.

Entretanto, um dos efeitos do “estruturalismo” foi justamente *considerar intolerável esse equilíbrio*, tal como proposto por Albert Camus em seu célebre ensaio sobre o absurdo e o suicídio<sup>90</sup>.

*A metáfora também merece que se lute por ela* – disse o velho poeta surrealista diante dos protestos dos jovens estudantes realistas da Tchecoslováquia de 1949. Rejeitando qualquer outro socialismo que não seja a era da liberdade e do prazer, o velho poeta tenta acoplar o gato com o cavalo, assim como a arte moderna com o socialismo: “*si c’était du donquichottisme, il voulait être un don Quichotte*, parce que le socialisme était pour lui l’ère de la liberté et du plaisir et qu’il rejetait tout autre socialisme”. Essa cena do romance de Milan Kundera é retomada por Gadet e Pêcheux como abertura da primeira parte de *A Língua Inatingível* que é, antes de tudo, como afirmamos anteriormente, um livro que se dedica frontalmente à relação dos estudos da linguagem no século XX com a conjuntura político-ideológica, da União Soviética aos Estados Unidos.

Em trabalhos teóricos de autores *reconhecidos* ao movimento “estruturalista” após Maio de 1968 que problematizaram a releitura de Marx, Freud, Saussure ou Nietzsche, *lutar pela metáfora significou fazer valer, no interior das práticas teóricas relacionadas às ciências das linguagens, aquilo que o “desejo” e a “instituição” tentam denegar e suprimir* —, como apontou Foucault (1999) em sua aula inaugural no Collège de France — e que, de modo fabuloso ou fantasmático<sup>91</sup>, não cessa de retornar, assombrar e ameaçar a seriedade e a

<sup>89</sup> “Sur tous les problèmes essentiels, j’entends par là ceux qui risquent de faire mourir ou ceux qui décuplent la passion de vivre, il n’y a probablement que deux méthodes de pensée, celle de La Palisse et celle de Don Quichotte.” (CAMUS, 1942, p. 16). Camus busca no equilíbrio da evidência e do lirismo o bom-senso que poderia permitir aquiescer ao mesmo tempo emoção e clareza.

<sup>90</sup> Poderíamos afirmar com Deleuze (2005) que “o estruturalismo nada deve a Albert Camus, porém, muito a Lewis Carroll”. Nessa citação, o filósofo refere-se à questão do não-sentido, no estruturalismo, que não se confunde com o contrário do sentido nem com a falta de sentido, tal como foi denominado na filosofia do absurdo. No estruturalismo, há superprodução, sobredeterminação de sentido, produzido em excesso pelas combinações de locais na estrutura.

<sup>91</sup> “Como se sabe, em grego, *phántasma* significa também aparição do espectro: fantasma ou alma de outro mundo. O fabuloso e o fantasmático têm um traço em comum: *stricto sensu* e no sentido clássico desses termos, eles não pertencem nem ao verdadeiro nem ao falso, nem ao veraz nem ao mentiroso. Antes, assemelham-se a uma espécie irredutível do simulacro ou da virtualidade. É certo que não constituem verdades

univocidade lógica das ciências: o *absurdo*, o *poético*, a *metáfora*, a *loucura* e o *jogo* de palavras<sup>92</sup> como *questões inseparáveis da ordem da língua e da linguagem*. Dessa forma, concordamos com o apontamento derridiano: “tout ce que le désir avait voulu arracher au jeu du langage s’y trouve repris” (DERRIDA, 1967a, p. 15).

Em outros termos, assim como o velho poeta, que era um Dom Quixote da Tchecoslováquia socialista, para nós, o movimento “estruturalista” encontrou no território da *loucura*, da *metáfora* e do *jogo* um ponto de ataque contra os sentidos evidentes, (im)postos, sedimentados e contra a ilusão da *consistência* e da *completude* no território das linguagens. Talvez seja exatamente essa *aposta teórica e política* que o transforme em uma espécie de miséria da razão e como um culto ao irracionalismo segundo a perspectiva do racionalismo contemporâneo. *Contra os efeitos de evidência da leitura espontânea*, o movimento “estruturalista”, assim como Dom Quixote, teve o gesto “revolucionário” de tomar partido pela imbecilidade, isto é, decidiu nada saber, tornando-se estrangeiro (estranho) ao mundo semanticamente normal:

Comment alors ne pas aller jusqu’au bout, et ne pas reconnaître que la prétention d’analyser des discours met nécessairement en jeu ce que l’appellerai *un parti pris pour l’imbécilité* ? Faire l’imbécile : c’est-à-dire décider de ne rien savoir de ce qu’on lit, de rester étranger à sa propre lecture, d’en rajouter systématiquement sur le morcellement spontané des séquences, **pour achever de libérer la matière verbale des restes de sens qui y adhèrent encore...** (PÊCHEUX, 1981a, p. 16, grifo do autor, negrito nosso).

Sob o *efeito de superação*, parece até mesmo que o estruturalismo poderia se ver reduzido a uma dupla forma-limite: reduzido à autoridade de um paradigma, de um corpo de doutrinas confessadamente ligado às ciências da linguagem; e reduzido ao gregarismo da repetição, de uma moda transportada a um vasto campo de objetos. Entre os dois pontos de fragilidade, haveria a rápida e massiva travessia da esperança de uma “revolução” cultural, política e filosófica rumo ao desencanto, à desesperança, à morte. Sob o efeito de evidência de uma trajetória linear da história, tudo se passa como se o estruturalismo encontrasse a

---

ou enunciados verdadeiros propriamente ditos; tampouco são erros, enganos propositados, falsos testemunhos ou perjúrios” (DERRIDA, 1996, p. 7, grifo do autor).

<sup>92</sup> Lembremos da *Aula* de Barthes: “mas a nós, que não somos nem cavaleiros da fé nem super-homens só resta, por assim dizer, trapaçar com a língua, trapaçar a língua. Essa trapaça salutar, essa esquiva, esse logro magnífico que permite ouvir a língua fora do poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem, eu a chamo, quanto a mim: *literatura*. Entendo por *literatura* não um corpo ou uma sequência de obras, nem mesmo um setor de comércio ou de ensino, mas o grafo complexo das pegadas de uma prática: a prática de escrever. Nela viso, portanto, essencialmente, o texto, isto é, o tecido dos significantes que constitui a obra, porque o texto é o próprio aflorar da língua, e porque é no interior da língua que a língua deve ser combatida, desviada: não pela mensagem de que ela é o instrumento, mas pelo jogo das palavras de que ela é o teatro” (BARTHES, 2008, p. 16-17, grifo do autor).

“lucidez” no momento de sua morte, dando mais uma vez a Alonso Quijana (Dom Quixote) o lugar que merece: o de *patrono do estruturalismo*.

— Señores —dijo don Quijote—, vámonos poco a poco, pues ya en los nidos de antaño no hay pájaros hogaño. Yo fui loco y ya soy cuerdo; fui don Quijote de la Mancha y soy agora, como he dicho, Alonso Quijano el Bueno. Pueda con vuestras mercedes mi arrepentimiento y mi verdad volverme a la estimación que de mí se tenía<sup>93</sup>. (CERVANTES, 2016, s/p).

Hoje, o estruturalismo estaria fora de moda: quem ainda poderia se dizer estruturalista, mesmo que suas heranças (ou “deseranças”, tomando o termo de empréstimo a Barthes (2008)) teóricas sejam reconhecidas ao movimento? O estruturalismo estaria morto, pelo menos enquanto uma *esperança* e um *programa* político e filosófico de leitura. Segundo Pavel (1990), o afastamento dos debates estruturalistas e pós-estruturalistas pode ser atribuído à perda de esperança de que o estudo da linguagem possa oferecer uma chave de interpretação às ciências humanas e sociais e à filosofia.

Se, [...], nós nos afastamos hoje dos debates estruturalistas e pós-estruturalistas, é talvez porque, sem ainda o confessar explicitamente, nós perdemos de fato a esperança de que o estudo da linguagem ofereça a chave da filosofia e das ciências humanas. Esta **esperança**, por outro lado, tinha animado não somente o estruturalismo, mas também a maior parte das correntes da filosofia analítica, as diferentes linguísticas contemporâneas e numerosas tendências em psicologia, sociologia, antropologia e estética. E se a virada linguística foi, incontestavelmente, um dos elementos intelectuais mais importantes de nosso século, tudo parece dizer que é preciso refletir agora na *próxima virada*. Nesta perspectiva, é indispensável avaliar o sucesso e os erros do paradigma em refluxo. (PAVEL, 1990, p. 10-11, grifo do autor, negrito nosso).

Um horizonte de sentidos que desmoronou — ou deveria ter desmoronado —, após Maio de 68, foi a *esperança no progresso moral do Homem* ou do *progresso institucional*. Nessa orientação, Pierre Zaoui (2013) sustenta que uma afirmação que parece resumir bem esse ponto de vista “radical” é “um slogan de 68, bem idiota em sua primeira formulação [...]: ‘queremos tudo, agora!’ Sob a idiotice deste slogan, está a negação do trabalho, do pensamento [...]. Existe, ainda assim, a ideia de que não podemos mais esperar um novo amanhecer. Não podemos mais crer” (ZAOUI, 2013). O autor sustenta que a política baseada no medo, na apreensão, na esperança torna-se *obsoleta* em relação às lições (a ética) de 68:

<sup>93</sup> Este trecho refere-se ao último capítulo do T. II de Dom Quixote de la Mancha em que o personagem, no leito de morte, diz-se lúcido e arrependido de suas aventuras, preparando após isso um testamento a seus herdeiros.

Não precisar esperar nada e não precisar desta coisa infernal da política, que é o círculo perpétuo da esperança e da decepção, da desilusão, e ao mesmo tempo, do desespero e da amargura. Esta categoria da decepção é, verdadeiramente, o preço a pagar pela esperança, pois na política e na religião é fácil, porque a esperança é sempre adiada. Mesmo que as promessas sejam cumpridas, é raro que elas sejam cumpridas na política, mas se elas o são, ainda sim ficamos decepcionados, pois no fundo, sempre desejamos mais do que acreditávamos desejar. A partir do momento que obtemos o que queremos, passamos a querer mais. Esta é a lógica do desejo. [...] Queremos sempre mais. Se partirmos desta constatação, precisamos sair da esperança, precisamos conseguir pensar em uma situação sem esperança que não seja, portanto, uma situação desesperada (ZAOUI, 2013).

Isto é, não esperar nada para sair do ciclo perpétuo, infernal e absolutamente intolerável da esperança, da decepção, da desilusão. Assim, é preciso ser capaz de admitir que as coisas “sejam sem esperança e ainda ser capaz de querer mudá-las” (ZAOUI, 2013). Rejeitando a esperança como uma ótica unívoca ao pensamento pós-68, Zaoui afirma que a Filosofia e o pensamento não estão mais aqui para nos dar *um* projeto, um programa geral da política, mas sim para apontar especificamente o que é *absolutamente intolerável*.

É nesse direcionamento de sentidos que propomos outro olhar para a “história do estruturalismo”, buscando mobilizar a sedimentação que *vê em sua “morte” o fim de uma esperança*. Propomos, assim, *ir para além do efeito de uma travessia massiva da esperança à morte (e a decepção)*, mobilizando outros efeitos de sentidos do estruturalismo, trabalhando-o em sua opacidade, em sua heterogeneidade, em seus percursos, em suas polêmicas, em seus múltiplos projetos, na multiplicidade de seus horizontes de projeção.

É nesse gesto de leitura que a História das Ideias Linguísticas em relação produtiva com a Análise de Discurso possibilita intervir com uma interpretação que vá para além dos efeitos de evidência, de transparência da história, do efeito de superação do estruturalismo, da redução de seu saber a um manifesto. É nesse gesto ainda que Pêcheux pôde retomar o efeito Saussure (trabalhado por autores reconhecidos ao “estruturalismo”) — não como esperança abandonada ou como um projeto finalizado, mas como uma verdadeira aposta no trabalho do simbólico no registro do político.

### 3.2.1 O estruturalismo sitiado e o “efeito Saussure”

Se levantamos não propriamente a questão do estruturalismo *em si e para si*, mas dos discursos sobre o estruturalismo que foram formulados e circularam, particularmente, a partir da década de 1970, é porque a produção teórica de Pêcheux está diretamente relacionada a essa conjuntura.

Ao considerar os discursos sobre o “estruturalismo francês” como uma condição histórica fundamental no trabalho teórico de Pêcheux, é impossível pressupor *a priori* uma constituição mais ou menos estável desse “movimento”. Certas etiquetas como “estruturalismo”, “estruturalismo maximal” etc., assim como os termos-vizinhos “Teoria”, “semiologia”, “pós-estruturalismo” etc., “aderem apenas imperfeitamente à multiplicidade da corrente, pois esta, hoje percebemos bem, reuniu tanto *estruturalistas* quanto *anti-estruturalistas*” (PAVEL, 1990, p. 9, grifo nosso), formando um imponente conglomerado de disciplinas e autores.

A conglomeração desses autores e disciplinas não é reconhecida apenas contemporaneamente. Já em 1967, Deleuze afirma que há um costume de designar pensadores diferentes e de diferentes épocas como “estruturalistas”:

Um linguista como R. Jakobson; um sociólogo como C. Lévi-Strauss; um psicanalista como J. Lacan; um filósofo que renova a epistemologia, como M. Foucault; um filósofo marxista que retoma o problema da interpretação do marxismo, como Althusser; um crítico literário como R. Barthes; escritores como os do grupo *Tel Quel...* Uns não recusam o termo “estruturalismo”, e empregam “estrutura”, “estrutural”. Os outros preferem o termo saussuriano “sistema”. Pensadores bem diferentes, e de gerações distintas, alguns exerceram sobre outros uma influência real. Contudo, o mais importante é a extrema diversidade dos domínios que eles exploram. [...].

É com razão que se apresenta a linguística como origem do estruturalismo: não somente Saussure, mas também a escola de Moscou, a escola de Praga. E se o estruturalismo se estende, em seguida, a outros domínios, não se trata mais, desta vez, de analogia: não é simplesmente para instaurar métodos “equivalentes” aos que antes tiveram êxito na análise da linguagem. Na verdade, só há estrutura daquilo que é linguagem, nem que seja uma linguagem esotérica ou mesmo não-verbal. Só há estrutura do inconsciente na medida em que o inconsciente fala e é linguagem. Só há estrutura dos corpos à medida que se julga que os corpos falam com uma linguagem que é a dos sintomas. As próprias coisas só têm estrutura à medida que mantêm um discurso silencioso, que é a linguagem dos signos. Então, a questão “Que é o estruturalismo?” transforma-se ainda – Seria melhor, perguntarmos: *em que se reconhecem aqueles que chamamos de estruturalistas? E que é que eles próprios reconhecem? Tanto* isso é verdade, que só reconhecemos as pessoas, de um modo visível, através das coisas invisíveis e insensíveis que elas reconhecem à sua maneira. *Como fazem os estruturalistas para reconhecerem uma linguagem em alguma coisa, a linguagem própria a um domínio? Que é que eles reencontram nesse domínio?* (DELEUZE, 2005, p. 238-239, grifo nosso).

Os quatro problemas acima grifados — em que se reconhecem? o que reconhecem? como reconheceram uma linguagem em alguma coisa própria a um domínio? e o que reencontraram em tais domínios? — constituem, por meio de um deslocamento, um campo pertinente à leitura teórico-política do movimento “estruturalista” a partir de uma perspectiva discursiva, considerando-o novamente em sua contradição, heterogeneidade e opacidade.

Em sentido amplo, a palavra “estruturalismo” abrangeria certa utilização da noção de *estrutura* nas disciplinas científicas (AUROUX, 2011). Ora, “*estrutura* é um termo já antigo (de origem anatomista e gramatical), hoje muito gasto: todas as ciências sociais a ele recorrem abundantemente e o uso da palavra não pode distinguir ninguém”<sup>94</sup> (BARTHES, 2007, p. 49, grifo do autor). Em ciências da linguagem, “se se entender por estrutura toda organização regular, a pesquisa de estruturas linguísticas é tão velha quanto o estudo das línguas” (DUCROT, 1968, p. 24). Nessa concepção, o “uso” moderno do adjetivo “estrutural” ou “estruturalista”, como, por exemplo, “antropologia estrutural”, “linguística estrutural”, “semântica estrutural” etc., fundamentam-se sob a mesma problemática (AUROUX, 2011).

Um efeito de unidade imaginário de *um* estruturalismo decorre do argumento de que a linguística, a partir das décadas de 1950/1960, foi promovida ao estatuto de ciência-piloto das ciências humanas e sociais. Dessa maneira, os princípios descritivos e formalizáveis/matematizáveis fecundos em fonologia, por exemplo, são transportados para outros domínios (ACHARD, 1990).

Ressalta-se que esse efeito de retorno à linguística marcou o distanciamento de autores reconhecidos como estruturalistas ao funcionalismo, ao sociologismo e ao psicologismo. Nesse sentido, lembremos que Pêcheux ([1982] 1998, p. 11, grifo do autor) considera que “a própria designação desta nova corrente pelo nome de *estruturalismo* manifesta a posição-chave que o novo materialismo da estrutura atribuía à linguística enquanto ‘ciência-piloto’”, sendo a (re-)leitura de Saussure um de seus principais motores e distanciando, portanto, a linguística (a partir de Jakobson ou Benveniste, por exemplo) do sociologismo, do funcionalismo e do psicologismo. Pêcheux ainda destaca que o aparecimento desse novo dispositivo filosófico e político constituiu seu espaço pela releitura (e tentativas irrealizadas de articulação) de três autores *fundadores*: Marx, Freud e Saussure:

Do ponto de vista filosófico resulta, sobretudo, a produção de uma impressionante série de filosofemas (tais como as noções de significante, de estrutura combinatória, de sistema sincrônico de diferenças sem termos positivos, de distribuição de posições, funções e lugares, de causalidade estrutural, presente na série de seus efeitos, etc.). Os trabalhos de Lévi-Strauss, de Lacan, de Althusser, de Foucault, de Derrida... materializam de diferentes formas os efeitos deste novo dispositivo filosófico. (PÊCHEUX, [1982] 1998, p. 11).

Para Wahl (1970, p. 12), o *signo* é o lugar específico da cesura estruturalista: “onde o signo não é ainda concebido em uma posição absolutamente fundadora, o

---

<sup>94</sup> De qualquer forma, Barthes (2007, p. 50) recomenda que “vigiem quem emprega *significante* e *significado*, *sincronia* e *diacronia*, e saberão se a visão estruturalista está constituída”.

pensamento ainda não tomou ciência do Estruturalismo. Onde o primado do signo for contestado, e o signo destruído ou desconstruído, o pensamento já não estará mais na órbita do Estruturalismo”. Por extensão, poder-se-ia imaginar que o conceito de *signo* constituiria, então, a condição de possibilidade de *um método estrutural* em linguística, antropologia, semiótica/semiologia, psicanálise e literatura: “Le ‘structuralisme’ devient le *mot d’ordre* de toutes les disciplines qui pouvaient se réclamer du concept de *signe binaire saussurien* (signifié/signifiant ou: Sé/Sa [on son inverse Sa/Sé]) et, plus, encore, des ‘contraintes du ‘signifiant’” (AUROUX, 2011, p. 162, grifo do autor).

Apesar desse ponto de vista, Milner (2008) afirma que o conceito de signo é um conceito *primitivo* instaurado pelo *minimalismo epistemológico* de Saussure. Há, a partir desse conceito, um deslocamento de toda a filosofia clássica do signo, uma vez que, tomado como *ponto de partida*, o modelo simétrico e recíproco de signo separa-se de toda a teoria da representação. Entretanto, a partir do ponto de vista do diferencial e do negativo — “dans la langue il n’y a que des différences [...] sans termes positifs” (SAUSSURE, 1995, p. 166) —, Saussure propõe o conceito de *valor*, apartando-se do *signo*:

Les affirmations du type « dès que l’on compare entre eux des signes (...) on ne peut plus parler de différences », « deux signes (...) ne sont pas différents ». Cela contredit directement l’affirmation « dans la langue, il n’y a que des différences », à moins d’admettre que le signe ne relève pas de la langue. L’explication est claire : il n’y a de différences qu’entre les signifiants pris en eux-mêmes ou entre les signifiés pris en eux-mêmes. Il est vrai que la langue est définie comme un système de signes, mais, à vrai dire, il n’y a pas à proprement parler de système de signes, mais seulement des systèmes de signifiants et de signifiés. *La linguistique ne s’occupe des signes que pour les faire s’évanouir dans le réseau différentiel et négatif de leurs deux faces* ; en conclusion, *les signes n’intéressent pas la linguistique en tant que signes*. Mais pour comprendre cela, il faut justement partir de la notion de signe et de système de signes. (MILNER, 2002, p. 42-43, grifo nosso).

Ao atribuir ao conceito de *valor* — e não o de signo — um papel fundamental para a configuração do que poderíamos designar como *corte epistemológico* (passagem da função ao funcionamento), Pêcheux ([1969] 2014) retoma as palavras da introdução de *O cru e o cozido*, de Lévi-Strauss, para criticar a “harmonia pré-estabelecida” entre “o produtor do mito” e “seu analista”, entre “o homem que fala” e “o gramático”. Isto é, “o ‘funcionamento’ do texto está muito próximo ainda de sua função, e logo, [...] o deslocamento ainda não se deu” (PÊCHEUX, [1969] 2014, p. 66). Para isso, segundo a releitura de Orlandi (2012) sobre a relação de Pêcheux com o estruturalismo, seria preciso *mudar de terreno*, saindo do positivismo da estrutura e privilegiando “a ideia de processo e de articulação entre *estrutura e*

*acontecimento*<sup>95</sup>, trazendo o objeto para o modo de análise em que *a descrição e a interpretação* sofrem um batimento” (ORLANDI, 2012, p. 181).

Para Orlandi (2012), apesar de não ser “etiquetado” como um estruturalista, Pêcheux tem seus prolegômenos em questões em comum às teorias e às práticas reconhecidas como estruturalistas. Sem dúvida, mesmo diante do efeito paradoxal do “desmoronamento” do “estruturalismo político francês”, a leitura dos efeitos políticos e teóricos dos projetos “estruturalistas” constituiu um *objeto* fundamental para Pêcheux. Ao largo do seu percurso teórico, de múltiplas formas, os problemas relativos à constituição de uma “cidadela teórica” do “estruturalismo” foram incansavelmente retomados, discutidos, questionados... O estruturalismo foi tomado enquanto uma cidadela, uma “fortificação” sitiada.

Em “Só há causa daquilo que falha: ou o inverno político francês: início de uma retificação”, escrito por Pêcheux em 1978 e publicado em 1982 como anexo à edição inglesa de *Semântica e Discurso*, o autor afirma que:

Intervir no Marxismo sobre a questão da ideologia, levantando questões sobre sua relação com a Psicanálise e com a Linguística, é *ipso facto*, mexer com uma espécie de “Tríplice Aliança” teórica que, na França, ao menos, se configurou sob os nomes de Althusser, Lacan e Saussure no decorrer dos anos 60. Como se sabe, o destino dessa Tríplice Aliança é, hoje mais do que nunca, extremamente problemático, e até mesmo as partes do pacto são objeto de um verdadeiro bate-boca teórico e político em que tudo se abre novamente a questionamentos (PÊCHEUX, [1982] 1995, p. 269, grifo do autor).

Segundo Pêcheux ([1982] 1995, p. 269), essa cidadela teórica “pretendia ‘articular’ entre si essas três disciplinas [linguística, marxismo e psicanálise] e controlar o trânsito entre os continentes da História, do Inconsciente e da Linguagem”. Nesse *campo de batalha filosófico*, é fundamental destacar que o posicionamento de Pêcheux frente ao estruturalismo, de forma geral, e ao seu *estado de sítio* não é, de modo algum, unívoco:

Intervir filosoficamente obriga a tomar partido: eu tomo partido pelo *fogo* de um trabalho crítico, que muito provavelmente, acabará por destruir a cidadela da “Tríplice Aliança” como tal, embora haja, ao mesmo tempo, a possibilidade de que, por essa via, algo novo venha a nascer – *contra* o fogo incinerador que só produz fumaça (PÊCHEUX, [1982] 1995, p. 270).

Nesse sentido, no texto “Apresentação da análise automática do discurso (1982)”, Pêcheux, Léon, Bonnafous e Marandin ([1982] 2014) consideram que o *estruturalismo*

<sup>95</sup> Trata-se de uma referência à crítica feita por Michel Pêcheux ao problema do estruturalismo constituir, em aparência, uma nova ciência régia. Segundo Pêcheux ([1988] 2012, p. 44), “o estruturalismo foi uma tentativa antipositivista de considerar o real próprio às disciplinas de interpretação, constitutivamente avesso à univocidade lógica. Por outro lado, o movimento cede a um narcisismo teórico, aparentando ser uma nova “ciência régia da estrutura do real”.

*filosófico* dos anos 60 *partia em guerra* contra as formas dominantes de evidência empírica da leitura, com suas bandeiras tais como “leitura de sistemas”, “teoria do discurso” e com suas palavras de ordem tal como “ajuste de eficácia de uma estrutura sobre seus efeitos, através de seus efeitos”. Segundo os autores, “Marx, Nietzsche, Freud e Saussure eram recrutados para um mesmo combate, tomando por objeto, nesse momento, a questão de saber o que é falar, escutar e ler” (BONNAFOUS; LÉON; MARANDIN; PÊCHEUX, [1982] 2014, p. 254).

Assim, se o estruturalismo pôde *fazer frente* contra as concepções religiosas, espontâneas ou sofisticadas de leitura; os efeitos de “articulação”, as aplicações metafóricas (como forma de *reduplicação* (PÊCHEUX, [1973] 2011)) de instrumentos da linguística para fora de seu campo, e, principalmente, o “ponto cego” do movimento em relação à problemática do ordinário do sentido foram questões *combatidas* frontalmente por Pêcheux.

Pêcheux ([1988] 2012) aponta que o efeito subversivo do movimento estruturalista e da trilogia Marx-Freud-Saussure foi um verdadeiro desafio intelectual que engajou teórica e politicamente a *promessa* de uma revolução cultural que colocou em causa as evidências da ordem humana como estritamente bio-social, isto é, o bloco compacto das pedagogias, das tecnologias e dos humanismos moralizantes ou religiosos que tentavam articular de forma dual o biológico e o social.

Em outras palavras, o estruturalismo “era um ataque dando um golpe no narcisismo (individual ou coletivo) da consciência humana [...], um ataque contra a eterna negociação de ‘si’ (como mestre/escravo de seus gestos, palavras e pensamentos) em sua relação com o outro-si”. (PÊCHEUX, [1988] 2012, p. 45). Para Pêcheux, a revolução cultural estruturalista levantou explicitamente uma suspeita sobre o registro do psicológico, suspeita que não é um “ódio à humanidade que frequentemente se emprestou ao estruturalismo: ela traduz o reconhecimento de um fato estrutural próprio à ordem humana: o da castração simbólica” (PÊCHEUX, [1988] 2012, p. 46). No entanto, segundo o autor, o movimento balançava “em uma nova forma de narcisismo. Digamos: em um narcisismo da estrutura” (PÊCHEUX, [1988] 2012, p. 45), regido por um modelo geral de equivalência interpretativa, de uma inclinação à sobre-interpretação por meio de um *dispositivo de tradução* que transporia “enunciados empíricos vulgares” em “enunciados estruturais conceptuais”.

#### 4 O JOGO NA BOTA DO MESTRE E OUTROS JOGOS

E como pera o jogo do enxedrez se requerem dous reyes, hum de huma cor e outro de outra, e que cada hum delles tenha suas peças postas em casas proprias e ordenadas, com leyes do que cada huma deve fazer (segundo o officio que lhe foy dado:) assy todas as languageens tem dous reis, diferentes em genero, & concordes em officio: a hum chamam. Nome, e ao outro, Verbo. (BARROS, 1540, p. 1-2).

A história extraoficial conta que Napoleão trapaceou em um *jogo de xadrez*. Tudo se passou em 1809, no palácio de Neufchâtel, onde o Imperador disputou uma partida com um adversário conhecido em toda a Europa sob o nome de *o jogador de xadrez*. Após dois ou três lances, Napoleão fez um movimento expressamente irregular. Como resposta, seu oponente apenas o saudou e devolveu a peça a sua posição anterior. Napoleão trapaceou novamente. Desta vez, seu adversário confiscou a peça. Na terceira vez que o Imperador trapaceou, o jogador de xadrez abanou a cabeça e, passando a mão sobre o tabuleiro, derrubou todas as peças.

Se tomássemos ao pé da letra a asserção de Huizinga (2005, p. 47) de que todo “jogo [— ‘desde os jogos mais triviais até os torneios mais mortíferos’ —] é um combate e o combate é um jogo”, o fim abrupto da partida de xadrez poderia representar um *risco mortal* ao próprio jogador, se não fosse pelo fato inusitado de que o célebre oponente do Imperador era um *autômato*<sup>96</sup>.

O episódio cortês — assim como as diversas versões, imaginadas e efetivamente construídas, “literárias” e “científicas” — do *jogador de xadrez* representa muito mais do que uma simples anedota. Ele marca, sobretudo, “o lugar em potencial de um confronto violentamente contraditório” (PÊCHEUX, [1975] 1995, p. 56) evocado pelo *humanismo moderno*. A tensão contraditória entre o *realismo metafísico* e a *ficção empirista* (os dois “compartimentos” da ideologia burguesa) instituída no *modo de produção capitalista* tende a dissimular a *complementariedade* humanista entre a *liberdade humana* e o *mecanismo técnico/lógico do autômato*, inscrevendo-os em uma *oposição aparente*. Em outros termos, tudo se passa como se o verdadeiro jogo estivesse “escondido” em outro lugar, no

<sup>96</sup> Essa passagem é narrada nas memórias de Constant sobre a “vida íntima” de Napoleão: « L’automate était assis devant une table sur laquelle le jeu d’échecs était disposé. Sa Majesté prend une chaise et s’asseyant en face de l’automate, dit en riant : “Allons ! mon camarade ; à nous deux.” L’automate salue et fait signe de la main à l’empereur, comme pour lui dire de commencer. La partie engagée, l’empereur fait deux ou trois coups, et pose exprès une pièce à faux. L’automate salue, reprend la pièce et la remet à sa place. Sa Majesté triche une seconde fois ; l’automate salue encore, mais il confisque la pièce. *C’est juste*, dit Sa Majesté et pour la troisième fois, elle triche. Alors l’automate secoue la tête, et, passant la main sur l’échiquier, il renverse tout le jeu. » (CONSTANT, 1830, p. 194, grifo do autor).

funcionamento de outra ordem de regras, para além do puro movimento das peças no tabuleiro.

De um lado, haveria a regra de uma máquina que “não pode enganar, nem tampouco se enganar. Em outras palavras, uma máquina [que] não é capaz de maquinações” (CANGUILHEM, 2006, p. 203). Nesse ponto de vista, a regra e o funcionamento do jogo seriam tomados ao *pé da letra* em um *espaço sem falhas e sem trapaças*. De outro, haveria a regra de um *jogo despótico* cuja condição de existência não poderia ser outra senão o próprio *fim do jogo*<sup>97</sup>. O déspota e o soberano estariam, paradoxalmente, *dentro e fora do jogo exatamente por estarem em seu centro*, isto é, no centro de sua *estrutura*<sup>98</sup>.

Em uma cena de um *jogo despótico* exercido pelo poder gregário<sup>99</sup>, Lewis Carroll mostrou o absurdo lógico consequente do *efeito de abolição do jogo e do desregramento absoluto*, em um críquete literalmente não jogável em que as bolas são ouriços vivos, os tacos são flamingos e os jogadores jogam todos ao mesmo tempo:

Todo o tempo em que eles estiveram jogando a Rainha não parou nem um minuto de discutir com os jogadores e gritar ‘Cortem a cabeça dele!’, ou ‘Cortem a cabeça dela!’. Aqueles que eram sentenciados ficavam sob custódia dos soldados, que, é claro, tinham que deixar seus postos de arcos do jogo para isso, daí, lá pelo final da primeira meia-hora de jogo, já não havia mais arcos e todos os jogadores, com exceção do Rei, da Rainha e de Alice estavam presos e sob sentença de execução”.

<sup>97</sup> O episódio do autômato é retomado no filme *Le joueur d'échecs* de Raymond Bernard (1927). Durante a ocupação da Polónia pelas tropas russas, Catarina II joga contra a maquinaria de Kempelen. Desta vez, o “autômato” é condenado ao fuzilamento por crime de Lesa-Majestade.

<sup>98</sup> Remetemo-nos às noções de centro e de estrutura desenvolvidas no trabalho “A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas”, de Derrida, em que o autor afirma que a *neutralização da estruturalidade da estrutura* consiste necessariamente no gesto de dar-lhe um centro. Ora, esse centro teria não somente a função de orientar, organizar e equilibrar a estrutura (inexistindo, efetivamente, uma estrutura inorganizada), mas sobretudo levar “o princípio de organização da estrutura a limitar o que poderíamos denominar jogo da estrutura” (DERRIDA, 1995, p. 230), de forma que uma estrutura sem centro representaria o próprio impensável. Entretanto, esse centro também encerra o jogo que abre e torna possível: “enquanto centro, é o ponto em que a substituição dos conteúdos, dos elementos, dos termos, já não é possível. No centro, é proibida a permuta ou a transformação dos elementos (que podem aliás ser estruturas compreendidas numa estrutura). Pelo menos sempre permaneceu *interditada* [...]. Sempre se pensou que o centro, por definição único, constituía, numa estrutura, exatamente aquilo que, comandando a estrutura, escapa à estruturalidade. Eis por que, para um pensamento clássico da estrutura, o centro pode ser dito, paradoxalmente, *na estrutura e fora da estrutura*. Está no centro da totalidade e contudo, dado que o centro não lhe pertence, a totalidade *tem o seu centro noutra lugar*. O centro não é o centro” (DERRIDA, 1995, p. 230, grifo do autor).

<sup>99</sup> Tomamos a expressão “poder gregário” de Barthes (2008). A moralidade de tal *gregarismo* residiria justamente nas imagens que atravessam desde o Leviatã até a instância jurídica contemporânea, fazendo da “multiplicidade dos indivíduos e das vontades” uma “vontade única” e um “corpo único” movido por uma “alma única”. Nesse sentido, o regime pós-revolucionário (“stalinista”) dos porcos de *Animal Farm*, capazes de jogar e brindar tal como os homens, constitui uma verdadeira forma de “animalidade humana”: “There, round the long table, sat half a dozen farmers and half a dozen of the more eminent pigs, Napoleon himself occupying the seat of honour at the head of the table. The pigs appeared completely at ease in their chairs. The company had been enjoying a game of cards, but had broken off for the moment, evidently in order to drink a toast”. (ORWELL, 1995, p. 93).

Se não é nem o autômato nem o déspota que jogam, o que entraria em jogo em seus lugares? A resposta dos filósofos e teóricos — daqueles que, paulatinamente, desde o final do século XVII colocam o jogo como *problemática filosófica crucial* — é simples, quase evidente: é o homem em liberdade, o *homo ludens*. Essa resposta é exemplar nas *Cartas sobre a educação estética do homem*: “o homem não joga senão quando na plena acepção da palavra ele é homem, e não é totalmente homem senão quando joga” (SCHILLER apud DUFLO, 1999, p. 77).

Dessa forma, a liberdade e o homem aparecem como uma resposta “simples”, mas que, à revelia dos sujeitos que a proferiram, modifica complementemente os termos do problema. Uma resposta “simples”, mas sem questão, e, ao mesmo tempo, “a produção de uma questão nova latente, trazida no vazio dessa resposta nova” (ALTHUSSER, 1979, p. 23): o *jogo fundado*, o *jogo idealizado*, a questão do humanismo.

A despeito de suas diferenças, o título de dois livros hoje bastante reconhecidos sobre o jogo, *Homo ludens*, de Huizinga (2005) e *Os jogos e os homens*, de Caillois (1990), endossa a relação estrita entre a vontade humana e o jogo. Na busca do conceito de jogo em si, em sua relação com os elementos psicológicos e antropológicos que o constituem, Huizinga (2005, p. 11) argumenta que a primeira das características fundamentais do jogo é “o fato de ser livre, de ser ele próprio em liberdade”. Da mesma maneira, o jogo poderia significar “a liberdade que deve permanecer no seio do próprio rigor, para que este último adquira ou conserve a sua eficácia” (CAILLOIS, 1990, p. 12). Além disso, atravessando uma concepção de combinação exata, de “relojoaria perfeita” e uma concepção de “elasticidade e margem de movimentos”, o jogo seria, segundo Caillois (1990, p. 12), aquilo que traduz e fomenta as disposições psicológicas dos jogadores:

São estas as variadas e ricas acepções que mostram em que medida, não o jogo em si, mas as disposições psicológicas que ele traduz e fomenta, podem efetivamente constituir importantes fatores civilizacionais. Globalmente, estes diferentes sentidos implicam noções de totalidade, regra e liberdade.

O problema que Huizinga ou Caillois anunciam desde seus títulos — e que não se trata, sobretudo, de visões de mundo ou de perspectivas individuais — dissimula, no interior mesmo de sua “inocência”, a questão que lhe desmascara a sua “inocência”: o jogo seria, como desejam os autores, a revelia de suas “intenções”, uma *metonímia do humanismo*? O jogo, enquanto um princípio de coerência e organização do espírito e da vontade humana, não poderia também abrir um outro espaço, uma brecha, uma deriva em que outra questão latente emergiria e o Homem (o jogador, o centro, a lei) não seria mais a origem e o lugar de presença

do jogo, mas um efeito deste? Estaríamos diante de um *jogo fundado*<sup>100</sup> que, à imagem do jogo despótico, é “constituído a partir de uma imobilidade fundadora, a de uma certeza tranquilizadora, ela própria *subtraída ao jogo*” (DERRIDA, 1995, p. 231, grifo nosso). A partir desta certeza, a angústia poderia “ser dominada, a qual nasce sempre de uma certa maneira de estar implicado no jogo, de ser apanhado no jogo, de ser como ser logo de início no jogo” (DERRIDA, 1995, p. 231).

Os trabalhos de Huizinga e Caillois compartilham a tomada de posição de não considerar o jogo como problema filosófico “menor”<sup>101</sup> pretensamente oposto à “seriedade” da filosofia. No entanto, esses discursos acabam por inscrever o jogo no interior de uma oposição aparente entre o *Grande Livro do Mundo* (o espaço logicamente estabilizado dos cálculos e das probabilidades, como desejou Galileu) — como em uma espécie de “autômato combinatório” — e o movimento lúdico de libertação do homem frente às coerções da sociedade, da natureza e do trabalho. Nesse movimento de libertação, o jogo seria compreendido enquanto espaço de distensão, de puro prazer, sendo estabilizado diante da oposição aparente entre a liberdade e a alienação. Em suma, a “animalidade humana” e o “autômato combinatório” não constituem, de modo algum, uma tensão real, ou seja, não são perspectivas incompatíveis, mas, ao contrário, fundamental e profundamente complementares<sup>102</sup>. Complementares, pois a aparente oposição entre a liberdade do indivíduo e o funcionamento racional de um mecanismo inequívoco encobre, de um lado, os dois compartimentos da ideologia jurídico-política (*ficção empirista e realismo metafísico*); e, de outro lado, a oposição entre indivíduo e sociedade; liberdade e repressão; autonomia e heteronímia; e, em definitivo, em si e para si:

A oscilação pendular entre o *surgimento do indivíduo* como sujeito histórico novo e a *racionalização da sociedade* exprime, do nosso ponto de vista, o elo que os reúne, e que poder-se-ia designar pelo termo paradoxal de *anarquismo tecnocrático*, enquanto se trata de opor a sociedade e o indivíduo, mantendo-os em relação, pelo viés de um hegelianismo degenerado que não é outro aqui, na realidade, senão a

<sup>100</sup> Retomamos explicitamente Derrida (1995, p. 231) para quem a história da metafísica — história que se “move” pelos deslizamentos metafóricos e metonímicos — tem sua “forma matricial” na determinação do “ser como presença em todos os sentidos desta palavra. Poder-se-ia mostrar que todos os nomes do fundamento, do princípio, ou do centro, sempre designaram o invariante de uma presença (eidos, arquê, telos, energia, ousia (essência, existência, substância, sujeito) aletheia, transcendentalidade, consciência, Deus, homem etc.)”.

<sup>101</sup> Segundo Duflo (1999), na Antiguidade, o jogo é compreendido pela distinção entre a distensão e o perigo. É a partir de Leibniz (*De arte combinatoria*) e de Pascal (*Pensamentos*) que a questão do jogo em si (a probabilidade que é implicada no interior de todo jogo) começa a se deslocar da via moralista (o jogo enquanto vício, paixão) que o recobria.

<sup>102</sup> Essa relação contraditória, no interior das ciências modernas da linguagem, entre o autômato combinatório e o animal humano, é o nó central do que Henry designou como “campo da complementaridade” em *A ferramenta imperfeita*.

expressão da ambivalência intelectual (Eu sei: há a sociedade... mas mesmo assim: há o indivíduo/ eu sei: há o indivíduo... mas mesmo assim há a sociedade). Daí uma série de oposições que são tanto efeitos ideológicos de base filosófica kantiana quanto hegeliana; por exemplo:

sociedade/indivíduo  
repressão/liberdade  
heteronímia/autonomia

e, em definitivo,  
em si/para si

quer dizer a velha armadura filosófica do século XIX, ela própria ligada à oposição *res/persona* [que também pode ser traduzido assim: propriedade/contrato], peça essencial da ideologia jurídico-política. (PÊCHEUX, [1969] 2011, p. 187, grifo do autor).

Se traçamos, até aqui, o “itinerário” de Huizinga e Caillois, mas também, alusivamente, de Pascal, Leibniz e Schiller, é porque esses autores são exemplares em sua obstinação ao mesmo tempo política e filosófica, dado que o jogo seria imaginariamente atravessado pela questão do humanismo, em outros termos, do jogo em torno do termo *liberdade* no modo de produção e na formação social capitalistas<sup>103</sup>. É também porque uma concepção humanista do jogo que foi sendo paulatinamente formulada (digamos: uma filiação sócio-histórica assumida e não negada) continua a frequentar as preocupações teóricas atuais: a ideia de que o homem joga e de que só é homem quando joga se impõe como a evidência da modernidade<sup>104</sup>, e numerosos são hoje aqueles que, de diversos horizontes, especialmente no interior das *ciências da linguagem*, poderiam retomar em paráfrase as palavras terríveis de Huizinga (2005, p. 7, grifo do autor):

<sup>103</sup> “A crise interna do capitalismo também *estabelece um jogo (cruel) sobre o tema liberdade*: as novas estratégias da FPC [forma de produção capitalista] ‘libertam’ os indivíduos de suas necessidades de vida, de suas defesas e certezas, que foram trazidas de gerações inteiras” (PÊCHEUX, [1983] 2011, p. 117, grifo do autor). Em direcionamento semelhante, no artigo “Foi propaganda mesmo que você disse?”, Pêcheux indica que o “liberalismo totalitário (segundo a expressão de Chomsky) soube colocar no ponto uma nova gestão da subjetividade na qual o sujeito contribui ativamente para seu assujeitamento, através de um sinistro jogo de palavras sobre o termo *liberdade*, tal como ele surgiu, por exemplo, no contorno da advertência de Henry Ford: ‘nós liberamos ao cliente o carro na cor de sua escolha... com a condição que ele a queira preta’”. (PÊCHEUX, [1979?] 2011, p. 88, grifo do autor).

<sup>104</sup> Segundo Duflo (1999, p. 44, grifo do autor), “o século XVIII não foi somente o século do iluminismo. Mereceria, também, com razão, ser chamado de o ‘*século do jogo*’”. E ainda: “onipresença do jogo e dos jogadores na sociedade do século XVIII explica em parte, é verdade, o fato de que os pensadores não tenham podido se contentar em ignorar esse aspecto das atividades humanas. Entretanto, para que o jogo pudesse se tornar um tema importante em uma filosofia, deveria também parecer digno de atrair a atenção do pensador. Como já vimos, o interesse matemático pelo jogo contribuiu amplamente para essa reavaliação conceitual. O jogo tornava-se assim claramente o lugar onde uma certa engenhosidade humana desabrochava sem a coerção do real”. O autor afirma que o jogo se torna o *signal da humanidade*, perfazendo a *promoção da vida*. Poderíamos criticar frontalmente a compreensão de jogo de Duflo, pois ele o inscreve em uma relação que atribuímos estritamente à forma burguesa de complementaridade entre o direito (e a liberdade dos indivíduos) e a “verdade” biológica cínica (PÊCHEUX, [1983] 2011) do Estado.

As grandes atividades arquetípicas da sociedade humana são, desde início, inteiramente marcadas pelo jogo. Como por exemplo, no caso da linguagem, *esse primeiro e supremo instrumento que o homem forjou a fim de poder comunicar, ensinar e comandar*. É a linguagem que lhe permite distinguir as coisas, defini-las e constatar-las, em resumo, designá-las e com essa designação elevá-las ao domínio do espírito. Na criação da fala e da linguagem, brincando com essa maravilhosa faculdade de designar, é como se o espírito estivesse constantemente saltando entre a matéria e as coisas pensadas. Por detrás de toda expressão abstrata se oculta uma metáfora, e toda metáfora é jogo de palavras. Assim, ao dar expressão à vida, o homem cria um outro mundo, um mundo poético, ao lado do da natureza.

Em um “segundo mundo ideológico subterrâneo” (PÊCHEUX, [1984] 2015), o jogo seria imaginariamente livre de toda coerção (da natureza) na criação da fala e da linguagem<sup>105</sup>. Não esqueçamos que a linguagem é tomada no direcionamento mais preciso de uma *faculdade abstrata de designar* e de um *instrumento primeiro e supremo* forjado pelo homem com a finalidade de comunicar, ensinar e comandar... Tudo se passa como se, no mundo ideológico subterrâneo do jogo e do poético, a linguagem e a vida dos homens estivessem sempre “‘na bota’ do Mestre, calculador onipresente e onipotente” (PÊCHEUX, [1984] 2015, p. 12). Tomado ao pé da letra, o enunciado de Huizinga é profundamente contraditório. Se a linguagem, segundo a concepção de lógico, é um instrumento de comunicação, ela só pode ser uma *ferramenta imperfeita*, “porque permite a ambiguidade e os jogos de palavras” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 197). *O mestre da língua correria, logo, o risco de ver a língua escapar, de vê-la falar o sujeito*. O jogo é, portanto, o ponto nodal em que os diversos teóricos da língua e da linguagem tiveram que se confrontar. Aquilo com que, de fato, eles se confrontaram não cessa de produzir efeitos no corpo sócio-histórico das ciências da linguagem, enquanto um “certo impossível” da língua.

Que a linguagem, como ferramenta, seja imperfeita é patente e não há mais quase nada a falar sobre isso, do ponto de vista científico, quero dizer. Enquanto instrumento de comunicação e de troca, do pensamento e da sua expressão, a linguagem acaba traindo o pensamento, por ser causa de mal-entendidos, de ilusões e de erros. Falar nesse momento de um defeito da linguagem, apresentá-la como uma ferramenta imperfeita, como Bentham ou Frege, parece mesmo um eufemismo que preserva a miragem da linguagem bem feita, de instrumento aperfeiçoado ou ainda de um uso racional desse instrumento. Não é assim que se pode abordar a língua.

[...]

Os linguistas, de Saussure a Chomsky, passando pelo estruturalismo, não têm o que fazer com a referência e a representação. Eles passam seu tempo desfazendo-se delas. Um outro impossível cuja divisão entre verdade e erro estrutura seu objeto: o que não se pode dizer. Mas esse impossível só pode ser definido se confrontado com um possível que, em princípio, não podendo ser dito, não é da língua. Tal é a posição

<sup>105</sup> Poderíamos afirmar com Pêcheux, que fora da psicanálise, “El concepto de que ‘creación’ nos remitió siempre a la idea de Dios — aunque este Dios se piense como hombre —; la noción de la creatividad está en el mismo barco. Me parece que esto guarda cierta relación con una concepción que podríamos caracterizar como sociologista” (PÊCHEUX, 1980, p. 39)

singular dos linguistas: fazer existir aquilo que não é do seu objeto, especialmente sob a forma de incorreções ou agramaticalidades. Isso supõe que dispomos ou podemos produzir um exterior à língua, mas não qualquer exterior; trata-se de um exterior que não deixa de ter relação com a língua, ao mesmo tempo em que é excluído dela. É assim que se pode delimitar a *regra* do que é da língua. (HENRY, 1992, p. 193-194, grifo do autor).

Nessa orientação, a conclusão de Henry é de que nada da linguagem escapa propriamente à língua e o linguista deve lidar necessariamente com esse impossível. Nada é exatamente sem relação com a língua, dando alcance ao projeto saussuriano de que é a língua que faz a unidade da linguagem.

É possível apontar, ainda, que a *questão latente* que se coloca nas lacunas do que foi efetivamente formulado e enunciado por Huizinga excede, em muito, um simples exemplo da marca das atividades arquetípicas do homem deixadas nas sociedades humanas. *O jogo é trabalhado enquanto um problema de linguagem*, talvez por um simples jogo de palavras (*Wortspiel*), por um *transporte metafórico* injustificado, ou seja, uma analogia dos jogos como os de “tabuleiro” aos jogos de linguagem; mas talvez porque a metáfora do jogo seja constitutiva ao *objeto real* que é a língua em sua relação específica com a linguagem e ao *objeto de conhecimento* com o qual a linguística do século XX vem construindo. “Eu disse bem: a língua. Isto é, nem linguagem, nem fala, nem discurso, nem texto, nem interação conversacional, mas aquilo que é colocado pelos linguistas como a *condição de existência (de princípio)*, sob a forma da existência do simbólico, no sentido de Jakobson e de Lacan” (PÊCHEUX, [1988] 2012, p. 50, grifo nosso).

Em *Discurso e leitura*, Orlandi (1988, p. 27), ao tratar da noção de *avesso da estrutura* enquanto “reunião dinâmica de elementos que estão juntos por ausência de ligação”, destaca que a série de deslocamentos da estrutura à anarquia pode ser observada nos jogos privilegiados pelos linguistas como Saussure (o jogo de xadrez) e Searle (beisebol) ao *go chinês* (jogo não posicional e não representativo, mas estratégico). Nesse sentido, mais do que enfatizar a distinção entre a estrutura e o avesso da estrutura, Orlandi indica que o jogo tem uma relação específica com a forma como os linguistas compreendem a língua e a linguagem.

No capítulo “Linguagem e jogo” de *Estruturalismo e Linguística*, Ducrot (1970) argumenta que quando nos recusamos a explicar a *linguagem* somente por suas “funções intelectuais”, observamos uma justificação para a sua compreensão enquanto uma combinatória possibilitada pela *língua*. Para o autor, essa combinatória seria a ponta extrema do “estruturalismo”:

Basta tomar a sério a famosa comparação da língua com o jogo de xadrez, já utilizada por Saussure, mas que permanece isolada no *Curso de Linguística Geral*. As regras que fixam o movimento possível das peças atribuem aos jogadores, a cada lance, uma liberdade de manobra estritamente determinada: eles não podem modificar, a não ser em limites bem precisos, a situação, vale dizer, o tabuleiro, legada pelo adversário. A arte do jogo consiste então em impor ao adversário situações em que as únicas manobras lícitas se revelem, ao fim e ao cabo, catastróficas para ele. Nesse combate simulado — que substitui as possibilidades reais, devidas à força, por possibilidades morais devidas às convenções —, as regras permitem aos jogadores se obrigarem mutuamente a determinadas ações e a se proibirem outras. O jogo da discussão, muito mais próximo do jogo propriamente linguístico, dá ainda às regras a mesma função. A arte do “polemista” político, por exemplo, consiste em utilizar certas convenções tácitas do debate político para forçar seu adversário a declarações impopulares ou fáceis de fazer passar por impopulares. Ele procederá de modo que, para responder às suas perguntas ou refutar suas afirmações — sendo que regras determinadas fixam o que possa passar por resposta ou por refutação em política —, o adversário seja obrigado a tomadas de posição arriscadas. As regras, neste caso ainda, formam o quadro institucional de um combate pacífico. (DUCROT, 1970, p. 125-126).

Atravessando a noção de combinação hjelmsleviana, os jogos entre o poeta e a estrutura silábica da língua nos anagramas saussurianos e as tentativas de constituição de uma combinatória semântica greimasiana, Ducrot defende que é no preceito de *pressuposição linguística*, conceito tomado de empréstimo ao lógico Strawson, que busca o fundamento para pensar o uso prosaico atual da língua. Ao tomar a lei da conservação dos pressupostos da frase afirmativa na negação, como “Pedro (não) dúvida que Paulo venha” e “(não) é Pedro que virá”, o autor argumenta que a “comparação com o jogo de xadrez não deve ser levado muito longe. A língua não fornece nunca meios para um ‘xeque-mate’” (DUCROT, 1970, p. 132). “Cumprir ver, todavia, que essas réplicas, que põem em dúvida, não mais a informação estabelecida pelo adversário, mas suas pressuposições, têm um valor psicológico inteiramente particular” (DUCROT, 1970, p. 132): é constantemente possível a um interlocutor recusar os pressupostos colocados por seu “adversário”, operando um “deslocamento psicológico do diálogo” por meio do qual o nível das relações humanas transformariam em uma oposição de pessoas o que era antes uma confrontação de ideias. A conclusão de Ducrot (1970, p. 132), compreendendo o diálogo e as relações inter-humanas como um jogo deliberado, é que “a combinatória semântica da língua é constantemente aproveitada pelos falantes para organizar as relações intersubjetivas no diálogo”.

Os exemplos de Ducrot são surpreendentes: o autor retoma a metáfora do jogo de xadrez forjada por Saussure, e a partir desse ponto, busca no jogo a disposição psicológica dos indivíduos em relações “inter-humanas” (intersubjetivas) particulares e regradas pela língua. A liberdade determinada dos jogadores (compreendida em tais termos); a situação no jogo; a arte do jogo como imposição de manobras lícitas e combativas (um combate pacífico); a

própria simulação de um combate; as obrigações mútuas que determinam ações e proibições; a polêmica e o debate político tomados em termos de táticas e estratégias; o quadro institucional que possibilita, nos atos de fala, um combate pacífico entre os interlocutores; todos esses direcionamentos são *estranhos à compreensão saussuriana de língua como um jogo regrado* que, como vimos, é um jogo sem jogadores (conscientes).

Lembremos ainda a contradição apontada por Henry em *A ferramenta imperfeita*:

Desde o começo da crítica à concepção que assimila a língua a um código, através da qual Ducrot opõe-se a que se ponha todo implícito do lado discursivo, ele escreve: “deixar-se-á de definir a língua a moda de Saussure, **como um código, isto é, um instrumento da comunicação, mas ela será considerada como um jogo ou, mais exatamente, como impondo as regras de um jogo que se confunde amplamente com a existência cotidiana**”. Essa tomada de posição é um pouco surpreendente, exatamente na medida em que, em lugares decisivos do ponto de vista do corte que marca sua contribuição aos fundamentos da linguística, Saussure serviu-se da *comparação* da língua a um jogo (HENRY, 1992, p. 84, itálico do autor, negrito nosso).

Mais surpreendente ainda é a afirmação do próprio Henry quando argumenta que no domínio da semântica “Saussure não chega a ir além de uma concepção de língua enquanto instrumento que permite aos sujeitos ‘ver seus pensamentos’ e comunicá-los”. (HENRY, 1992, p. 84). Em momento algum, Saussure concebe a língua em termos de instrumento ou de comunicação. Essa série de percursos metafóricos, de repetições, estabilizações e deslizamentos se torna um lugar de observação fundamental na HIL em sua produtividade específica com a AD. Nessa orientação, observamos que a metáfora saussuriana desliza, segundo um mecanismo institucionalizado de “tradução”, para termos que não são aqueles colocados por Saussure, nem por seus editores. Não seria possível afirmar, contudo, que se trata de uma leitura errada. Se levarmos a sério a afirmação althusseriana de que não há leituras inocentes (ALTHUSSER, 1979), a *adaptação* e a *integração* de certos termos em um elemento estranho à teoria de Saussure são *deslizamentos determinados por condições de produção dadas constituídas em uma conjuntura política e ideológica igualmente determinada*<sup>106</sup>.

<sup>106</sup> Em “Ciências humanas e o ‘momento atual’”, Pêcheux ([1969] 2011) observa que a absorção e a integração em um sistema de aparência marxista levanta um problema de interpretação: os termos do marxismo são progressivamente *traduzidos* e desnaturalizados em uma conjuntura política e ideológica internacional determinada, isto é, uma “koiné” internacional que desejava estar diante da organização de uma “sociedade sem classes”. Nesse direcionamento, termos como “produção”, “relações de produção”, “transformação na instância ideológica” e “luta de classes” se tornam, respectivamente, “técnica”, “relações inter-humanas”, “desordem das estruturas mentais” e “contestação”. A consequência fundamental desse trabalho de Pêcheux consiste na proposição fundamental de que o percurso de leituras em torno de uma teoria é inseparável da condição de produção em que essa leitura foi produzida.

Tomemos também como lugar de observação a crítica de Henry à noção de pressuposição elaborada por Ducrot. Essa noção faz parte de um projeto teórico que intenta “pôr em evidência a existência de *lógica na língua* enquanto, geralmente, as ligações da lógica e da linguagem são concebidas como sendo de natureza exclusivamente discursiva” (HENRY, 1992, p. 74, grifo do autor). Tal lógica da língua é “assimilada [...] às regras do jogo instituindo as relações entre indivíduos na linguagem” (HENRY, 1992, p. 74), constituindo, por sua vez, uma espécie de *psicologia social da língua*, ao tratar a pressuposição como fenômeno que provoca o aparecimento, na língua, de todo um dispositivo de convenções e de leis, isto é, como um quadro institucional que regula o debate dos indivíduos. As bases do trabalho teórico de elaboração do conceito de pressuposição produzem efeitos sobre a teoria da língua e da significação. Nesse sentido, “é ela que abre o caminho para a assimilação da língua a um jogo que se confundiria amplamente com a existência cotidiana, jogo no qual a pressuposição participaria assimilada a um ato de linguagem, *como* o movimento de uma peça no jogo de xadrez” (HENRY, 1992, p. 82, grifo nosso).

Em nome da metáfora saussuriana e ignorando o seu deslocamento fundamental, o impasse anunciado em Ducrot se forma diante da tendência conjuntural à reinscrição da linguística no interior da *complementaridade contraditória* entre as duas tendências dominantes apontadas por Pêcheux e Gadet ([1977] 2011): o logicismo e o sociologismo. Nas formas extremas que a contradição real das duas tendências podem se revestir, assim como nas formas intermediárias (“terceira via”), pode-se derivar a uma complementaridade aparentemente não-contraditória em que “se reconhece a existência de um elemento, ele também recoberto pela ‘neutralidade’ científica da linguística, mas sempre presente em seus efeitos: este elemento é a *filosofia espontânea dos linguistas*<sup>107</sup>, sendo ela precisamente constitutiva dessa contradição fundamental” (PÊCHEUX; GADET, [1977] 2011, p. 296, grifo nosso). Segundo os autores, a história da linguística apresentaria uma especificidade se comparada à história das outras ciências que é a de ser aparentemente impossível de encontrar nela a invalidação definitiva de teorias precedentes. Assistiríamos, com efeito, “à produção de conceitos científicos, mas e isto é significativo, aquilo contra o que se constituíram esses conceitos continua a existir e a produzir efeitos na pesquisa” (PÊCHEUX; GADET, [1977] 2011, p. 296). Desse modo, não é somente a história da linguística e de seus percursos conceituais ou institucionais que estaria em jogo na produção dos conceitos, mas igualmente

---

<sup>107</sup> “Estimamos que a crise da Linguística pode-se explicar pelos efeitos dessa contradição sobre o trabalho linguístico, em que o núcleo científico dessa disciplina arrisca constantemente ser recoberto, apagado, recuperado por interesses exteriores que se encontram veiculados por esta filosofia espontânea”. (PÊCHEUX; GADET, [1977] 2011, p. 296-297).

aquilo que poderíamos designar como “filosofia espontânea dos linguistas que explica que se perpetuem certas contradições, mesmo se de forma transformada” (PÊCHEUX; GADET, [1977] 2011, p. 296).

O “ponto cego” que regularia as ligações contraditórias do logicismo (ou lógico-formalismo) e do sociologismo são encontradas em torno da questão do Estado onde se condensa o conjunto das relações de produção capitalista (PÊCHEUX; GADET, [1977] 2011). Assim, as duas tendências *recobrem* o Estado de formas diferentes:

— O logicismo recobre a questão do Estado considerando as determinações jurídico-políticas inscritas no funcionamento do aparelho do Estado como se se tratasse de propriedades psicológicas inerentes a uma “natureza humana” universal e eterna;

— O sociologismo recobre também a questão do Estado substituindo a análise das relações de produção por uma teoria das relações que não é outra coisa que uma psicossociologia das relações interindividuais (*status*, papel, prestígio, atitude, motivação...). (PÊCHEUX; GADET, [1977] 2011, p. 307).

Pela contradição e pelo equívoco da “visão” humanista do jogo, entraríamos em *outra ordem, em outra forma de interpretação do jogo*, que não representa mais a promessa e a possibilidade do Homem se ver em liberdade: *a afirmação do jogo sem ponto de origem nem de presença e a procura, por meio da própria afirmação do jogo, de superação do homem e do humanismo*. Se em seu célebre artigo dedicado à análise dos conceitos de estrutura, signo e jogo no discurso das ciências humanas, Derrida pôde apontar o caminho aberto por Nietzsche (a afirmação do jogo) contra a inspiração de *um novo humanismo* indicado, particularmente, na Etnologia estrutural de Lévi-Strauss<sup>108</sup>, poderíamos ainda reconhecer a existência de uma “tradição renegada” (materialista) que afirma o *jogo* contra o humanismo sempre dominante na filosofia e nas ciências. Poderíamos reconhecer, a partir da

---

<sup>108</sup> “Voltada para a presença, perdida ou impossível da origem ausente, esta temática estruturalista da imediatidade interrompida é portanto a face triste, *negativa*, nostálgica, culpada, rousseauísta, do pensamento do jogo cujo reverso seria a *afirmação* nietzschiana, a afirmação alegre do jogo do mundo e da inocência do devir, a afirmação de um mundo de signos sem erro, sem verdade, sem origem, oferecido a uma interpretação ativa. *Esta afirmação determina então o não-centro sem ser como perda do centro*. E joga sem segurança. Pois há um *jogo seguro*: o que se limita à *substituição* de peças *dadas e existentes, presentes*. No caso absoluto, a afirmação entrega-se também à indeterminação *genética, à aventura seminal* do traço. Há portanto duas interpretações da interpretação, da estrutura, do signo e do jogo. Uma procura decifrar, sonha decifrar uma verdade ou uma origem que escapam ao jogo e à ordem do signo, e sente como um exílio a necessidade para a origem. A outra, que já não está mais voltada para a origem, afirma o jogo e procura superar o homem e o humanismo, sendo o nome do homem o nome desse ser que, através da história da Metafísica ou da onto-teologia, isto é, da totalidade da sua história, sonhou a presença plena, o fundamento tranquilizador, a origem e o fim do jogo. Esta segurança da interpretação da interpretação, cujo caminho nos foi indicado por Nietzsche, não procura na Etnografia, como o pretendia Lévi-Strauss, cuja *Introduction à l’oeuvre de Mauss* cito novamente, a ‘inspiradora de um novo humanismo’”. (DERRIDA, 1995, p. 249, grifo do autor).

segunda metade do século XIX, o reconhecimento e desdobramento dessa “tradição”, por exemplo, sob os nomes de Marx, Freud, Saussure e Wittgenstein<sup>109</sup>.

Nos campos diferenciais da ciência da história (ciência dos modos de produção), da psicanálise, da linguística e da filosofia da linguagem ordinária, a *novidade insuportável* que se instaura com esses autores é da ordem de uma *ferida narcísica*, pois barram a possibilidade da construção do unívoco e do “logicamente estabilizado” e deslocam a reprodução do humanismo burguês clássico. Essa “tradição” é duplamente irreduzível: ela é, ao mesmo tempo, absolutamente inconciliável com a ideologia que a precede em cada *campo diferencial* e absolutamente *inarticulável* entre si.

---

<sup>109</sup> O *Wortspiel* (entre o trabalho e o trabalhador) em Marx; o *Witz* do “familiar” ou a análise do movimento do *Fort-da* em Freud; a recorrência à metáfora do jogo de xadrez na apresentação do conceito de valor em Saussure; e a metáfora dos jogos de linguagem no segundo Wittgenstein, indicam um caminho aberto à revelia do humanismo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: JOGO NAS REGRAS E JOGO SOBRE AS REGRAS

Nagg

Deixa eu contar de novo. (*Voz de narrador*). Um *gentleman* (*faz cara de inglês, retorna a sua*) reparou na última hora que precisava de calças de riscas para as festas do fim do ano. Correu ao seu alfaiate que lhe tomou as medidas. (*Voz de alfaiate*) “Isso basta. Volte em quatro dias e estará pronta.” Tudo bem. Quatro dias depois. (*Voz do alfaiate*) “Sorry, sir, volte em uma semana, cortei errado os fundilhos.” Tudo bem, essas coisas acontecem, fundilhos bem cortados são difíceis de acertar. Uma semana depois. (*Voz do alfaiate*) “Sinto muitíssimo, senhor, volte em dez dias, me enganei no cós.” Tudo bem, que se há de fazer, o cós é essencial. Dez dias depois. (*Voz do alfaiate*) “Minhas mais sinceras desculpas. Volte em quinze dias, fiz uma bagunça na braguilha”. Tudo bem, uma braguilha em ordem é estratégica. (*Pausa. Voz normal*) Conto cada vez pior, jamais contei tão mal. (*Pausa. Melancólico*) Naquele tempo contava muito melhor. (*Pausa. Voz de narrador*) Bom, pra encurtar o caso, as quaresmeiras já floriam e ele estraga as casas dos botões. (*Expressão, depois voz do cliente*) “Goddam, sir, não é possível, é um escândalo, um absurdo, não há Cristo que aguento! Em seis dias, ouviu bem, seis dias, nem mais nem menos, só seis dias, Deus fez o mundo. Sim senhor, o mundo, entendeu, o MUNDO! E o senhor não consegue acabar uma reles calças em três meses!” (*Voz do alfaiate, escandalizado*) “Mas Milord, Milord, olhe... (*gesto de desprezo, com repugnância*) ... o mundo... (*pausa*) ...e olhe... (*gesto carinhoso, com orgulho*) ... minhas CALÇAS!” (BECKETT, 2010, p. 65-66).

Traçamos um percurso da tradição humanista do jogo, que é textualizada na oposição aparente (tensão contraditória) entre o humanismo burguês (liberal) da pessoa (ALTHUSSER, 2015) e o humanismo do computador (PÊCHEUX, [1982] 2010), assim como indicamos a formação de uma “tradição” anti-humanista do jogo.

Se apresentamos essa dupla “tradição” irredutível do jogo, é porque ela é fundamental nos textos de Pêcheux. Nesse sentido, podemos afirmar que há, de fato, o *reconhecimento de uma distinção radical* em relação à problemática teórica e política do jogo atravessando o percurso teórico de Pêcheux.

Em “L’expérience Mansholt (propôs recueillis par Y. Opperl)”, Pêcheux (1974) afirma que é possível remeter a ambiguidade ao que designa como *dupla leitura*. Poderíamos assim reiterar que a *ambiguidade* aqui é compreendida não como uma disjunção lógica (ou... ou), mas sim como a necessidade (e não somente a possibilidade) de uma *leitura simultânea de dois níveis* (leitura sintomal<sup>110</sup>). Pela presença, a palavra jogo coloca uma ausência que lhe é constitutiva. Isto é, a palavra jogo *aparece*, pode *ser vista*, em muitos dos textos do autor, por mais que ele não dedique um texto necessariamente a esse tema.

<sup>110</sup> Para retomar, em “De *O Capital* à filosofia de Marx”, Althusser (1979) desenvolve um projeto de leitura sintomal de *O Capital* em que atribui a Freud o questionamento do que *quer-dizer* o falar, o escutar e o calar, e coloca em jogo a problemática da leitura e escritura de Spinoza a Marx, tomando a ruptura com o mito religioso da leitura como necessidade teórica fundamental. Para além da redução do conhecimento à visão e ao dado, a leitura sintomal (oposta a uma leitura inocente, a uma leitura literal) é sustentada por uma dupla verificação das presenças e das ausências, em que o texto primeiro se articula nos lapsos e nas lacunas do próximo texto que lê (o texto segundo necessário à existência do primeiro).

Nessa orientação, na conclusão de *Análise automática do discurso*, Pêcheux ([1969] 2014, p. 151, grifo do autor) afirma que o móvel da empreitada do dispositivo de leitura em formação (teoria do discurso) é o “de realizar as condições de uma prática de *leitura*, enquanto detecção sistemática dos sintomas representativos dos efeitos de sentido no interior da superfície discursiva”. Nessa conclusão, ao tratar dos processos de produção exteriores a outro processo de produção de um discurso determinado, isto é, seu exterior específico, Pêcheux considera que os efeitos semânticos se encontram não apenas naquilo que é dito, mas em sua ausência específica (presente, no entanto, em outro lugar).

Um processo se caracteriza não somente pelos efeitos semânticos que nele se encontram realizados — o que é dito no discurso  $x$  — mas também pela ausência de um certo número de efeitos que estão presentes “além”, precisamente naquilo que chamamos o exterior específico do  $\Delta_x$  [processo de produção do discurso  $x$ ]. Isto supõe que não podemos definir a ausência de um efeito de sentido senão como a *ausência específica daquilo que está presente em outro lugar*: o “não-dito”, o implícito característico de um  $\Delta_x$ , é, pois, representado pela distorção que induz  $\Delta_x$  em seu confronto  $\Delta_y, \Delta_z, \dots$  que se tornam assim a *causa real das ausências próprias a  $\Delta_x$* . (PÊCHEUX, [1969] 2014, p. 151, grifo do autor).

A partir da relação entre o que é dito em seu texto e o exterior específico desse texto, enquanto *ausência específica daquilo que está presente em outro lugar*, podemos traçar um duplo direcionamento de leitura da questão do jogo na obra de Pêcheux.

Em uma primeira leitura dos textos de Pêcheux, poderíamos ver como o autor reconheceu uma relação específica de continuidade entre o jogo e o idealismo burguês<sup>111</sup> na prática teórica e na prática política.

Em *Semântica e discurso*, Pêcheux estabelece uma relação entre o realismo metafísico (“mito da ciência universal”) e o empirismo lógico (“uso generalizado da ficção”) como as duas vertentes complementares do idealismo, enquanto “compartimentos teóricos” da ideologia burguesa dominante, na compreensão da política, respectivamente, como ciência objetiva formal na qual a fonte de erros seria eliminada definitivamente e a política como ficção e como jogo. Nessa orientação, de um lado, para o autor, o realismo metafísico corresponderia à *fantasia burguesa da reabsorção da luta política* no puro funcionamento do

<sup>111</sup> Ao tratar do equívoco da relação parafrástica entre “são as massas que fazem a história” e “a luta de classes é o motor da história”, em “Resposta à John Lewis”, Althusser (1978, p. 28, grifo do autor) afirma que “é preciso superar a imagem do campo de futebol e, portanto, de dois grupos de classes que trocam socos, para considerar o que delas faz *tanto* classes *quanto* classes antagônicas, a saber, a *luta de classes*. Primado absoluto da luta de classes (Marx, Lênin). Jamais esquecer a luta de classes (Mao). Mas cuidado com o idealismo! A luta de classes não se trava no ar, nem num campo de futebol convencional: está enraizada no modo de produção e, portanto, no modo de exploração de uma sociedade de classes. É preciso, por conseguinte, considerar a *materialidade* da luta de classes, sua *existência* material. Essa materialidade, em última instância, é a unidade das Relações de Produção e das Forças Produtivas *sob* as Relações de Produção de um dado modo de produção, numa formação social histórica concreta”.

aparelho jurídico-político” (PÊCHEUX, [1975] 1995, p. 121, grifo do autor) e caracterizaria as condições nas quais a questão do poder do Estado não seria diretamente colocada, fazendo com que a burguesia possa em aparência evitar a luta política e declarar-se apolítica tratando “os problemas sob seu aspecto técnico”. De outro, a ficção empirista corresponderia à “*forma burguesa da prática política*, sempre que a mesma burguesia é obrigada a ‘fazer política’ manobrando, embaralhando as cartas, etc., isto é, quando ela conduz a luta política sob a forma de um *jogo*” (PÊCHEUX, [1975] 1995, p. 121, grifo do autor):

Não há, pois, e não poderia existir, “ciência burguesa” da história, o que, bem entendido, não quer dizer, de modo algum, que, contra todas as aparências, a burguesia não faça política (!), mas sim que as formas burguesas da prática política — essencialmente a *denegação* da política e o *jogo político* [...] — são formas “espontâneas” onde se exprimem *cegamente* os interesses da classe da burguesia. (PÊCHEUX, [1975] 1995, p. 203, grifo do autor).

O jogo seria compreendido, nesse direcionamento, como a “expressão espontânea” do interesse da classe dominante: jogo político estaria em relação metonímica (a parte de um processo estruturado como um todo) com as formas burguesas da prática política. Em outros termos, Pêcheux considera que “para a ideologia burguesa, a política pertence, como a poesia, ao registro da ficção e do jogo” (PÊCHEUX, [1975] 1995, p. 120). Essa consideração se trata, sobretudo, da retomada da crítica à “política imaginária” da Teoria dos Jogos (como “teoria geral das *interações*”) de Von Neumann e Morgenstern – crítica especialmente desenvolvida em trabalhos de Plon na década de 1970 sobre a relação de aplicação entre a teoria dos jogos e a psicologia social<sup>112</sup>.

*A crítica frontal de Pêcheux à apreensão burguesa da política como jogo* atravessa pontos diversos de seu percurso teórico. Em “As ciências humanas e o ‘momento atual’”, publicado em 1969 na revista marxista *La Pensée*, Pêcheux ([1969] 2011) afirma que a utilização real das ciências humanas no momento atual é constatada por uma diferença em relação ao engenheiro e ao técnico, dado que um sociólogo não funcionaria somente como suporte de uma competência científica, mas, sobretudo, como objeto de um “consumo de prestígio”. Nessa orientação, o autor indica que, *no setor de produção*, o “capitalismo monopolista de Estado não tem necessidade de ciências humanas ‘científicas’ no sentido em que se utiliza a formação científica de um engenheiro” (PÊCHEUX, [1969] 2011, p. 192). No

<sup>112</sup> Não tivemos nenhum acesso ao livro *Théorie des Jeux*, de Plon, referência recorrente nos trabalhos de Pêcheux. De qualquer forma, a crítica de Pêcheux à teoria dos jogos reside precisamente na tentativa dessa teoria de estudar “de maneira abstrata o *comportamento humano* em geral, face ao risco em geral. A ‘teoria dos jogos’, que não conhece nem camponeses nem banqueiros, constitui, em aparência um exemplo de estudo dessa natureza” (PÊCHEUX, [1975] 1995, p. 83, grifo nosso), em que o sentido adquire a aparência de possuir uma propriedade lógico-matemática dada.

entanto, Pêcheux aponta, em uma nota de rodapé, que *no setor da pesquisa*, as ciências da natureza estão sofrendo “as mesmas atribulações que as ciências humanas, dada a conjuntura internacional” (PÊCHEUX, [1969] 2011, p. 192), e estabelece uma comparação entre a pesquisa de prestígio e sua *necessidade político-ideológica* com a “presença” francesa nos jogos Olímpicos.

No texto *O discurso: estrutura ou acontecimento?*, proferido na Conferência *Marxismo e interpretação da cultura* em julho de 1983, Pêcheux aponta que a interpretação político-esportiva do enunciado “*On a gagné*” (“ganhamos”) veio a sobredeterminar o acontecimento jornalístico e de *mass-media* (a “vitória” eleitoral de Mitterand em 10 de maio de 1981), dado que “a questão do jogo é logicamente definida como estando contida em seu resultado” (PÊCHEUX, [1988] 2012, p. 22).

No domínio esportivo, a evidência dos resultados é sustentada pela sua apresentação em um quadro lógico [...]. O resultado de um jogo é, evidentemente, objeto de comentários e de reflexões estratégias posteriores (da parte dos capitães de equipe, de comentaristas esportivos, de porta-vozes de interesses comerciais, etc), pois sempre há outros jogos no horizonte..., mas enquanto tal, seu resultado deriva de um universo logicamente estabilizado (construído por um conjunto relativamente simples de argumentos, de predicados e de relações) que se pode descrever exhaustivamente através de uma série de respostas unívocas a questões factuais (sendo a principal, evidentemente: “de fato, quem ganhou, X ou Y?”) (PÊCHEUX, [1988] 2012, p. 22).

O jogo seria aqui compreendido como uma questão sustentada em um universo logicamente estabilizado, isto é, uma questão logicamente contida em seu resultado. Um *jogo nas regras* pré-estabelecidas em que o logicamente estável seria conciliável à toda espécie de pedagogias ligadas à “urgência” política. Mas, retomando (deslocando) a asserção de Pêcheux, há outros jogos no horizonte...

Nesse sentido, em uma segunda leitura dos textos de Pêcheux, ao trabalhar a AD no *entremeio dos campos da linguística, do materialismo histórico e da psicanálise*, o jogo aparece enquanto irrupção do equívoco no *real* e possibilidade de deslizamento, de deriva dos sentidos estabilizados: um *jogo sobre as regras*. Dessa forma, além de ser sustentado em um horizonte de retrospectão, o conceito de jogo na obra de Pêcheux está relacionado a uma rede de filiação (PÊCHEUX, [1988] 2012) formada no campo de encontros problemáticos (e não na articulação) desses campos de saber. Além disso, Mazière (2007, p. 48) destaca que Pêcheux foi filósofo de formação, não reivindicando “pertinência a uma ou outra dentre as disciplinas humanas; prefere encontrá-las nos nós das questões. Mas se mantém em um

enfrentamento contínuo com a linguística como a disciplina nodal, que pode ou deve pensar a língua”.

Tomando o “efeito Saussure” como ponto de ancoragem fundamental, o jogo é compreendido por Pêcheux como uma mecânica e um funcionamento, para além do voluntarismo do sujeito psicológico (mestre-de-si, mestre de sua consciência, mestre em sua morada) e da univocidade lógica dos “objetos discursivos de talhe estável” (PÊCHEUX, [1988] 2012).

Em outros termos, se a questão do jogo aparece ligada à apreensão burguesa da política, o jogo se formula também, mas de forma radicalmente distinta, como *parte constitutiva* de sua concepção de língua. Nos primeiros parágrafos de *Análise automática do discurso (AAD69)*, Pêcheux afirma que o deslocamento conceitual de Saussure consiste na separação da homogeneidade cúmplice entre a prática e a teoria da linguagem. Para Pêcheux, a partir do momento em que a língua é concebida como um sistema que autoriza combinações e substituições regradas por elementos definidos, a língua já não tem a *função* de exprimir sentido, “ela torna-se um objeto do qual uma ciência pode descrever o *funcionamento*” (PÊCHEUX, [1969] 2014, p. 60, grifo do autor). Ao retomar “a metáfora do jogo de xadrez utilizada por Saussure para pensar o objeto da linguística, diremos que não se deve procurar o que cada parte *significa*, mas *quais são as regras que tornam possível* qualquer parte, quer se realize ou não” (PÊCHEUX, [1969] 2014, p. 60, grifo do autor). O que entra em operação é a própria relação do conceito saussuriano de valor que produziu um deslocamento na teoria clássica e filosófica do signo e a noção de jogo que está imbricada a esse conceito. *A partir do “retorno a Saussure”, o jogo é lido como um funcionamento constitutivo à ordem da língua, subversivo a qualquer tradição filosófica da representação e da complementaridade* (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010).

Em “Ler o arquivo hoje”, Pêcheux ([1982] 2010, p. 58) afirma que se o “homem” pode *jogar* com os sentidos é porque a língua, em sua própria ordem, encobre a possibilidade de jogo, “quer dizer, o impulso metafórico interno da discursividade, pelo qual a língua se inscreve na história”. A possibilidade de *jogo nas regras e sobre as regras* da língua (PÊCHEUX, [1982] 1998) é compreendida em relação constitutiva com a ordem, com a materialidade e com o real (da língua e da história) (ORLANDI, 2012). Para Pêcheux ([1982] 2010, p. 58), o nó central de um trabalho de leitura de arquivo encontra-se no entremeio da *língua* e da *discursividade*, isto é, entre “um sistema sintático passível de jogo” e a “inscrição de efeitos linguísticos materiais na história”. E é no *paradoxo da língua* (entre a simetria e o equívoco) que história e inconsciente falam, inscrevendo-se no *interior* da materialidade

sintática como um real que integra as contradições<sup>113</sup> postas em jogo (GADET, 1978). No debate de Pêcheux sobre o próprio da língua (termo retomado a partir dos questionamentos de Benveniste (1963) sobre os fundamentos da linguística saussuriana), o conceito de jogo toca diretamente no campo da associação e da metáfora<sup>114</sup> (ORLANDI, 2012).

Em “Quando a falha fala: materialidade, sujeito, sentido”, Orlandi (2012) indica que a relação entre ordem, real e jogo se inscreve em uma perspectiva discursivo-materialista, pois é por meio da noção de ordem que tocamos a questão do real da língua. Orlandi (2012, p. 76) retoma a inquietação saussuriana sobre o que separa e une a língua ao discurso, afirmando que “não se pode pensar o real sem a relação discurso/língua. E a ordem própria da língua, sua não transparência liga-se à materialidade do discurso”. Assim, “como não se pode pensar o discurso sem o imaginário, sem a ideologia, aí está o sentido desta equação ordem/materialidade/real: tudo sujeito à falha (língua), ao equívoco (linguístico-histórico). É nesta perspectiva que podemos falar em jogo, na análise de discurso” (ORLANDI, 2012, p. 76). A autora argumenta que a noção de sistema sujeito a falhas que se inscreve na história para significar está em jogo na ordem da língua, produzindo a possibilidade de trabalhar a *abertura do simbólico* nas diferentes linguagens com seus materiais significantes específicos como à incompletude (do sentido e do sujeito). Nessa orientação, o lugar da falha na relação entre real da língua, da história e do inconsciente, é o lugar do possível e do impensado, lugar em que o sentido se forma no interior do não-sentido. Por fim, lugar onde a falha “aponta para o *duplo*. A dobra, a inclinação” (ORLANDI, 2012, p. 78, grifo nosso). A própria materialidade da língua é definida pelo funcionamento puramente negativo do valor e do jogo. E essa proposição, levada ao limite por Milán-Ramos e Baldini (2000, p. 63), textualiza o ponto de inquietação da linguística e da AD:

A negatividade pura não pode ser uma forma pura despojada de materialidade. Não se sai do domínio da negatividade e do valor puro para entrar, num segundo passo, na materialidade contingente: deve-se, pensamos, procurar o traço da matéria no valor puro e o traço do valor puro na matéria.

---

<sup>113</sup> Não se trata de uma contradição lógica, mas sim de uma tensão constitutiva que desloca “a análise em direção das formas materiais discursivas de contradição ligadas à *alteração* e à *deriva*. Isso reafirma que um uso materialista da noção de contradição na análise do discurso supõe, necessariamente, levar em consideração os espaços de heterogeneidade nos quais funciona essa contradição” (LÉON; PÊCHEUX, [1982] 2011, p. 173, grifo dos autores).

<sup>114</sup> “Pela ordem temos o fato de que a língua é um sistema não perfeito, mas ainda assim um sistema, tem sua ordem. Trazendo para a reflexão a ideia de jogo, aí pensado como a associação que se estabelece pelo fato de que inconsciente e ideologia estão materialmente ligados (efeito da ordem da língua sujeita a falha), podemos compreender que a associação, como parte do processo discursivo, se estabelece não só porque o efeito metafórico se define por ‘uma palavra por outra’, mas, como diria Saussure, uma palavra *sob* a outra” (ORLANDI 2012, p. 77, grifo da autora).

Em entrevista sobre a publicação do livro *A língua inatingível* para o *Canadian Journal of Political and Social Theory*, Pêcheux considera que a ideologia é um objeto paradoxal, envolvendo uma série de processos assimétricos, contraditórios e heterogêneos. Segundo o autor, essa perspectiva implica em pensar na “relação desses processos com a linguagem (por meio da mudança metafórica dos sentidos, dos paradoxos, dos jogos de palavras etc.)” (GADET; PÊCHEUX, [1983] 2011, p. 98). A linguagem é parte constitutiva desses próprios processos, isto é, o alcance da discursividade é próprio a processos ideológicos. Nessa orientação, Pêcheux reconhece uma *descontinuidade*, desde a época do estruturalismo filosófico, do desenvolvimento da AD como “uma questão de reconstrução das variantes homogêneas de uma estrutura de ideologia (ou ideologias) para ser, em vez disso, uma questão de exploração desse jogo de heterogeneidades discursivas móveis que geram eventos específicos às lutas ideológicas do movimento” (GADET; PÊCHEUX, [1983] 2011, p. 98).

Tudo isso, obviamente, implica numa certa percepção da relação entre realidade histórica, materialidade linguística e a existência do sujeito: põe em questão a metafísica confortável que considera as classes como objetos pré-construídos e autocentrados, como uma unidade ativa de uma consciência intencional e a *língua* como instrumento de comunicação das ações e expressões desse sujeito. Nesse sentido, mais do que nunca, Marx, Freud, Nietzsche e Saussure estão na vanguarda. Eles propuseram a elaborar a teoria impossível de universais semântico-pragmáticos, uma teoria que flutua no horizonte de nosso tempo, como um novo objeto de dominação. **Essa teoria impossível é a forma mais recente da *langue introuvable* pela qual a linguística (mas não somente a linguística) tem estado obcecada desde seu início.** (GADET; PÊCHEUX, [1983] 2011, p. 98-99, itálico dos autores, negrito nosso).

É com o impossível que a linguística está obcecada desde seu início, seja sob a forma de uma língua inatingível, a construção de uma teoria em que o sentido seria visto como inequívoco, seja sob o reconhecimento desse impossível enquanto constitutivo do inalisável (mas fundamental) em linguística: há real. Uma última fórmula a que nos arriscamos por meio da leitura e da retomada de Pêcheux: o real da língua, ponto não localizável em que ocorre a feliz coincidência da regra e do equívoco.

Marx pôde denunciar e combater a ideologia burguesa que reduzia a luta ideológica à resolução de problemas, em que todo “conflito” poderia ser resolvido por uma simples palavra de ordem — Calculemos! (Leibniz) ou joguemos os dados! Freud, por sua vez, mostrou que “a relação do inconsciente com o fato de que os homens falam, toca, ela

também, na impossibilidade de uma semântica universal<sup>115</sup>, que pretende fixar o sentido do que venha a ser dito” (PÊCHEUX, [1981] 2011, p. 140). Saussure — e, no seu pavilhão, Jakobson, os “estruturalistas” e Pêcheux — retornaram ao jogo, a um jogo profundamente distante dos desejos deliberados do falante de domesticar a língua.

O jogo produz, por essa via, por essa dispersa “tradição” anti-humanista, a *dissolução* do próprio saber do linguista. Existe um momento paranoico, que tenta metonimicamente *recobrir* a descoberta da ferida narcísica: “‘eu sou sozinho; logo o criador sou eu’. Alguns tragicamente param aí. Mas o final mais definitivo, [...], é aquele em que, depois de um certo desconsolo, volta o sentido do jogo: ‘Eu sou outro, isto me escapa, tem algo de indizível, eu tenho o direito de jogar para ver mais claro’” (KRISTEVA, 1987, p. 65).

---

<sup>115</sup> “A semântica acredita que analisa o ato de *perguntar* dizendo: é o ‘ato pelo qual se age em vista de obter o que se deseja’... Ao que se pode replicar, de modo anedótico, com o diálogo entre o masoquista e o sádico, M e S: M: *Me faça mal!* S: *Não.* M: *Obrigado!* O projeto de uma semântica universal visa a instalar um impossível sujeito falante senhor de si mesmo assim como do universo de sua linguagem.” (PÊCHEUX, [1981] 2011, p. 140).

## REFERÊNCIAS

### A. Textos de Michel Pêcheux

HERBERT, Thomas [Michel Pêcheux] [1966]. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. In: PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso: textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi**. Campinas: Pontes, 2011. p. 21-54.

HERBERT, Thomas [Michel Pêcheux] [1968]. Observações para uma teoria geral das ideologias. **RUA**, Campinas, n. 1, p. 63-89, 1995.

PÊCHEUX, Michel [1969]. As ciências humanas e o “momento atual”. **Análise de discurso: textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi**. Campinas: Pontes, 2011. p. 175-202.

PÊCHEUX, Michel [1969]. Análise automática do discurso (AAD69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2014. p. 59-158.

BALIBAR, Étienne; PÊCHEUX, Michel [1969]. Definições. In: FICHANT, Michel; PÊCHEUX, Michel. **Sobre a história das ciências**. Lisboa: Estampa, 1971. p. 11-16.

PÊCHEUX, Michel [1969]. Ideologia e história das ciências: os efeitos do corte galilaico na Física e na Biologia. In: FICHANT, Michel; PÊCHEUX, Michel. **Sobre a história das ciências**. Lisboa: Estampa, 1971. p. 17-58.

HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel [1971]. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro & João, 2007. p. 13-32.

PÊCHEUX, Michel [1971]. Língua, “linguagens”, discurso. In: PÊCHEUX, Michel. **Análise de discurso: textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi**. Campinas: Pontes, 2011. p. 121-129.

PÊCHEUX, Michel [1973]. A aplicação dos conceitos da linguística para a melhoria das técnicas da análise de conteúdo. In: PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso: textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi**. Campinas: Pontes, 2011. p. 203-226.

DELUY, Henri; PÊCHEUX, Michel [1974]. Entrevista com Michel Pêcheux. In: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice (Org.). **Legados de Michel Pêcheux**: inéditos em Análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2011. p. 77-94.

PÊCHEUX, Michel [1974]. L'expérience Mansholt (propos recueillis par Y. Opiel). In : OPPEL, Yanouchka (ed.). **Colloque sur l'analyse du discours** : « divergences et convergences », n. 19, 12-13, 1974.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine [1975]. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectiva (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2014. p. 159-250.

PÊCHEUX, Michel. [1975]. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas: Pontes, 1995.

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise [1977]. Há uma via para a linguística fora do logicismo e do sociologismo? **Análise de discurso**: textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2011. p. 295-310.

PÊCHEUX, Michel [1979?]. Foi “propaganda” mesmo que você disse? **Análise de discurso**: textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2011. p. 73-92.

PÊCHEUX, Michel [et al.] [1980]. Discusión sobre la ponencia de Pierre Ansart. TOLEDO, Mario Monteforte Toledo (Coord.). **El discurso político**. Ciudad de México: Nueva Imagen, 1980. p. 29-42.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel [1980]. La linguistique hors d'elle-même: l'histoire absolument. In : **Actes du colloque « L'histoire des sciences humaines : pourquoi et comment ? »**, Nanterre, Presses de l'Université, 1980, p. 360-369.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel [1981]. **A língua inatingível**. Campinas: Pontes, 2010.

PÊCHEUX, Michel [1981]. Efeitos discursivos ligados ao funcionamento das relativas em francês. In: PÊCHEUX, Michel. **Análise de discurso**: textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2011. p. 131-140.

CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean-Marie; PÊCHEUX, Michel [1981]. La frontière absente (un bilan). In: CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean-Marie; PÊCHEUX,

Michel (Org.). **Colloque Matérialités Discursives**. Lille: Presses universitaires de Lille, 1981. p. 199-202.

PÊCHEUX, Michel [1981]. Ouverture du colloque. In: CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean-Marie; PÊCHEUX, Michel (org.). **Colloque Matérialités Discursives**. Lille: Presses universitaires de Lille, 1981a. p. 15-19.

PÊCHEUX, Michel [1981]. Questions initiales. In: CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean-Marie; PÊCHEUX, Michel (org.). **Colloque Matérialités Discursives**. Lille: Presses universitaires de Lille, 1981b. p. 15-19.

PÊCHEUX, Michel [1981]. Table ronde : discours histoire-langue. In: CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean-Marie; PÊCHEUX, Michel (org.). **Colloque Matérialités Discursives**. Lille: Presses universitaires de Lille, 1981c. p. 177-198.

LÉON, Jacqueline; PÊCHEUX, Michel [1982]. Análise sintática e paráfrase discursiva. In: PÊCHEUX, Michel. **Análise de discurso: Michel Pêcheux** (textos selecionados por Eni Orlandi). Campinas: Pontes, 2011. p. 163-173.

PÊCHEUX, Michel; LÉON, Jacqueline; BONNAFOUS, Simone; MARANDIN, Jean-Marie [1982]. Apresentação da Análise Automática do Discurso (1982). In : GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2014. p. 253-282.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje [1982]. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 2010. p. 49-60.

GADET, Françoise; HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel [1982]. Notas sobre a questão da linguagem e do simbólico em psicologia. In: PÊCHEUX, Michel. **Análise de discurso: textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2011. p. 55-72.

PÊCHEUX, Michel. [1982]. Só há causa daquilo que falha ou inverso político francês: início de uma retificação. In: PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2. ed. Campinas: Pontes, 1995, p. 293-308.

PÊCHEUX, Michel [1982]. Sobre a (des-)construção das teorias linguísticas. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, n. 2, p. 7-32, jul./dez.1998.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel [1983]. A língua inatingível [entrevista]. In: PÊCHEUX, Michel. **Análise de discurso: textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi**. Campinas: Pontes, 2011. p. 93-104.

PÊCHEUX, Michel [1983]. Ideologia: aprisionamento ou campo paradoxal? In: PÊCHEUX, Michel. **Análise de discurso: textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi**. Campinas: Pontes, 2011. p. 107-120.

PÊCHEUX, Michel [1984]. Metáfora e interdiscurso. In: PÊCHEUX, Michel. **Análise de discurso: textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi**. Campinas: Pontes, 2011g. p. 151-162.

PÊCHEUX, Michel [1984]. Ousar pensar e ousar se revoltar: ideologia, marxismo, luta de classes. **Decalages**, v. 1, n. 4, p. 1-22, 2015. Disponível em: <<http://scholar.oxy.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1072&context=decalages>>. Acesso em 31 jul. 2015.

PÊCHEUX, Michel [1984]. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Campinas : Pontes, 1999. p. 49-58.

PÊCHEUX, Michel [1988]. **O discurso: estrutura ou acontecimento?** 6.ed. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas (1983) [1990]. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2014. p. 307-315.

## **B. Referências gerais**

ACHARD, Pierre. Linguistique et sciences sociales: après le structuralisme. **L'Homme et la Société**, n. 97, p. 67-81, 1990.

\_\_\_\_\_. Memória e produção discursiva do sentido. In: \_\_\_\_\_ et al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. 11-22.

ALTHUSSER, Louis. De *O Capital* à filosofia de Marx. In: ALTHUSSER, Louis; RANCIÈRE, Jacques; MACHEREY, Pierre. **Ler o Capital: volume 1**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 11-74.

\_\_\_\_\_. O objeto de *O Capital*. In: ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Étienne ; ESTABLET, Roger. **Ler o Capital**: volume 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 7-147.

\_\_\_\_\_. Marxismo e humanismo. In: \_\_\_\_\_. **Por Marx**. Campinas: Unicamp, 2015. p. 183-202.

\_\_\_\_\_. Resposta a John Lewis. In: \_\_\_\_\_. **Posições 1**. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 13-74.

AUROUX, Sylvain. **A filosofia da linguagem**. Campinas: Unicamp, 1998.

\_\_\_\_\_. **A historicidade das ciências**. Campinas: RG, 2008.

\_\_\_\_\_. **A revolução tecnológica da gramatização**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2009.

\_\_\_\_\_. Appréhender le structuralisme. In: ALVES, Eduardo; SANTOS, Gabriel Leopoldino dos; CASTELLO BRANCO, Luiza Katia Andrade (Org.). **Análise de discurso no Brasil: pensando o impensado sempre: uma homenagem a Eni Orlandi**. Campinas: Editora RG, 2011. p. 159-164.

\_\_\_\_\_. Histoire des sciences et entropie des systèmes scientifiques : Les horizons de rétrospection. In: Schmitter, Peter (Org.). **Zur Theorie und Methode der Geschichtsschreibung der Linguistik: Analysen und Reflexionen**. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 1987.

\_\_\_\_\_. Les modes d' historicisation. **Histoire Épistémologie Langage**, Paris, v. 28, n. 28-1, p. 105-116, 2006.

AUZIAS, Jean-Marie. **Chaves do estruturalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

BADIOU, Alain; MILNER, Jean-Claude. **Controversia** : diálogo sobre la política y la filosofía de nuestro tiempo. Buenos Aires: Edhasa, 2014.

BALDINI, Lauro. A análise de discurso e “uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)”. **Letras**, n. 48, p. 117-129, 2014.

\_\_\_\_\_. O que resta de Althusser na Análise de Discurso de Michel Pêcheux. 2015. Disponível em: <<http://filosofiaemvideo.com.br/video-jornadas-louis-althusser/>>. Acesso em 15 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Um linguista na terra da gramática**. 2005. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade Estadual de Campinas, Unicamp. 2005.

BALDINI, Lauro; RIBEIRO, Thales de Medeiros. Uma história de santos, ovos e maçãs... e de um carneiro que ostenta um enfeite de cobre [no prelo]. In: BALDINI, Lauro; NAGEM, Gláucia; SOUZA, Lucília Abrão de. A palavra de Saussure (título provisório).

BALDINI, Lauro; ZOPPI-FONTANA, Mónica. A análise do discurso no Brasil. **Décalages**, v. 1, n. 4, p. 1-20, 2015. Disponível em: < <http://scholar.oxy.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1082&context=decalages> >. Acesso em 31 jul. 2015.

BARATIN, Marc; DESBORDES, Françoise. **L'analyse linguistique dans l'Antiquité Classique: I. Les théories**. Paris: Klincksieck, 1981.

BARROS, João de. **Grammatica da lingua Portuguesa**. Ed. fac. eletrônica. Lisboa: Lodovicum Rotorigium, 1540.

BARTHES, Roland. **Aula**. 10 ed. São Paulo: Cultrix, 2008.

\_\_\_\_\_. **Crítica e verdade**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

\_\_\_\_\_. **Elementos de semiologia**. São Paulo: Cultrix, 1971b. 116 p.

\_\_\_\_\_. Introdução à “Jakobson”. In : \_\_\_\_\_. **Inéditos I : teoria**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 305-307.

\_\_\_\_\_. Saussure, le signe, la démocratie. In: \_\_\_\_\_. **L'Aventure Sémiologique**. Paris: Seuil, 1985. p. 221-226.

BECKETT, Samuel. **Fim de Partida**. São Paulo : Cosac Naify, 2010.

BENVENISTE, Émile. Saussure après un demi-siècle. **Cahiers Ferdinand de Saussure**, n. 20, p. 7-21, 1963.

BLOK, Alexander. Les Scythes. **La bibliothèque russe et slave — Littérature Russe**. Disponível em : <<http://bibliotheque-russe-et-lave.com/Livres/Blok%20-%20Les%20Scythes.htm>>. Acesso em 15 mar. 2016.

BOUQUET, Simon ; ENGLER, Rudolf. Prefácio dos editores. In: SAUSSURE, Ferdinand de. **Escritos de Linguística Geral**: organizados e editados por Simon Bouquet e Rudolf Engler. São Paulo: Cultrix, 2004. p. 11-18.

CALVET, Louis-Jean. **Saussure: pró e contra**: para uma linguística social. São Paulo: Cultrix, 1977.

CAMUS, Albert. **Le mythe de sisyphé**: essai sur l'absurde. Paris : Gallimard, 1942.

- CAILLOIS, Roger. **Os jogos e os homens: ensaio**. Lisboa: Cotovia, 1990.
- CANGUILHEM, Georges. O cérebro e o pensamento. **Natureza humana**, v. 8, n. 1, p. 183-120, 2006.
- CARROLL, Lewis. **Alice**: edição comentada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- CERVANTES, Miguel de. **El ingenioso Hidalgo don Quijote de la Mancha** (1605). 2016. Disponível em: <[http://cvc.cervantes.es/literatura/clasicos/quijote/edicion/parte2/cap74/cap74\\_02.htm](http://cvc.cervantes.es/literatura/clasicos/quijote/edicion/parte2/cap74/cap74_02.htm)>. Acesso em 15 mar. 2016.
- CHISS, Jean-Louis; PUECH, Christian. Saussure et la constitution d'un domaine de mémoire pour la linguistique moderne. **Langages**, v. 28, n. 114, p. 41-53, 1994.
- COLOMBAT, Bernard; FOURNIER, Jean-Marie; PUECH, Christian. **Histoire des idées sur le langage et les langues**. Paris : Klincksieck, 2010.
- COMPAGNON, Antoine. Barthes *versus* Picard. 2011. Disponível em : <<http://www.college-de-france.fr/site/antoine-compagnon/course-2011-02-08-16h30.htm>>. Acesso 24 nov. 2015.
- CONSTANT, Louis. **Mémoires de Constant**, premier valet de chambre de l'Empereur, sur la vie privée de Napoléon, sa famille et sa cour : tome quatrième. Paris : L'Advocat, 1830.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2010.
- DELEUZE, Gilles. Em que se pode reconhecer o estruturalismo? In: \_\_\_\_\_. **A ilha deserta e outros textos: textos e entrevistas (1953-1974)**. São Paulo: Iluminuras, 2005. p. 238-269.
- DERRIDA, Jacques. A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas. In: \_\_\_\_\_. **A escritura e a diferença**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1995. p. 227-248.
- \_\_\_\_\_. **De la grammatologie**. Paris : Minuit, 1967a.
- \_\_\_\_\_. Force et signification. In: \_\_\_\_\_. **L'écriture et la différence**. Paris : Seuil, 1967b.
- \_\_\_\_\_. História da mentira: prolegômenos. **Estudos Avançados**, n. 27, [S/P], 1996.
- DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elisabeth. **De que amanhã...** diálogos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- DUBOIS [et al]. **Dictionnaire de Linguistique**. Paris : Larousse, 1973.
- DUCROT, Oswald. **Estruturalismo e linguística**. São Paulo: Cultrix, 1970.

DUCROT, Oswald ; TODOROV, Tzvetan. [1972]. **Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

DUFLO, Colas. **O jogo**: de Pascal a Schiller. Porto Alegre: Artmed, 1999.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura**: uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

ENGELS, Friedrich. Prefácio à 3ª edição [de 1885] à obra O 18 brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 21-22.

FEDATTO, Carolina Padilha. **Um saber nas ruas**: o discurso histórico sobre a cidade brasileira. 2011. 183 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Saussure, Chomsky, Pêcheux: a metáfora geométrica do dentro/fora da língua. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 2, n. 1, p. 123-138, p. 1999.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999a.

\_\_\_\_\_. O que é um autor? In: \_\_\_\_\_. **Estética, literatura e pintura, música e cinema**: Ditos e Escritos III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 264-298.

FOUGEYROLLAS, Pierre. **L'obscurantisme contemporain**: Lacan, Levi-Strauss, Althusser. 2. ed. Paris: Papyrus, 1983.

FOURNIER, Jean-Marie; RABY, Valérie. Formes et usages du discours historiographique chez les grammairiens français. **Histoire Épistémologie Langage**, v. 28, n. 28-1, p. 51-75, 2006.

GADET, Françoise. La double faille. **Actes du Colloque de Sociolinguistique de Rouen**, Rouen, p. 511-515, 1978.

\_\_\_\_\_. Jakobson sob o pavilhão saussuriano. 2000. Disponível em: <[http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos\\_06.html](http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_06.html)>. Acesso em 15 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Tricher la langue. In: CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean Marie; PÊCHEUX, Michel (Org.). **Matérialités discursives**. Lille : Presses universitaires de Lille, 1981. p. 117-126.

\_\_\_\_\_. Un dialogue de sourds : Marr et Polivanov au début des années trente. In : GADET, Françoise ; GAYMAN, Jean-Marc ; MIGNOT, Yvan ; ROUDINESCO, Elisabeth. **Les maîtres de la langue** : avec des textes de Marr, Staline, Polivanov. Paris : François Maspero/ Action Poétique, 1979. p. 77-85.

GADET, Françoise; LÉON, Jacqueline; MALDIDIER, Denise; PLON, Michel. Apresentação da conjuntura em linguística, em psicanálise e em informática aplicada ao estudo dos textos na França em 1969. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2014. p. 39-58.

GASPARINI, Edmundo Narracci. **Língua e lalange na análise do discurso de Michel Pêcheux**. 2011. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2011.

GOBILLE, Boris. La guerre de *Change* contre la « dictature structuraliste » de *Tel Quel* : Le « théoricisme » des avant-gardes littéraires à l'épreuve de la crise politique de Mai 68. **Raisons Politiques**, v. 18, n. 2, p. 73-96, 2005.

GODEL, Robert. **Les sources manuscrites du Cours de Linguistique Générale de F. de Saussure**. Genève : Libraire Droz, 1969.

GREIMAS, Algirdas Julien ; COURTÉS, Joseph. **Sémiotique: Dictionnaire raisonné de la théorie du langage**. Paris : Hachette, 1979.

GUIMARÃES, Eduardo. **História da Semântica: Sujeito, sentido e gramática no Brasil**. Campinas: Pontes, 2004.

GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni Puccinelli. Formação de um Espaço de Produção Linguística: A Gramatização no Brasil. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional**. Campinas/Cáceres: Pontes/Unemat, 2001.

\_\_\_\_\_. Identidade Linguística. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_ (Org.). **Língua e cidadania: o Português no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996. p. 9-18.

HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso**. Campinas: UNICAMP, 1992.

\_\_\_\_\_. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do**

**discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2014. p. 11-38.

HERÁCLITO. Fragmento 52. In: BARNES, Jonathan. **Filósofos pré-socráticos**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 120.

HJELMSLEV, Louis. Langue et parole. **Cahiers Ferdinand de Saussure**, n. 2, p. 29-44, 1942.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (Org.). Michel Pêcheux e análise do discurso: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Clara Luz, 2007.

JAKOBSON, Roman. **A geração que esbanjou seus poetas**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

\_\_\_\_\_. Linguística e poética. In: \_\_\_\_\_. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 2003. p. 118-162.

JORDAN, Linda; PAVEL, Thomas. **The spell of language: poststructuralism and speculation**. Chicago/London: Univ. of Chicago, 2001.

KRISTEVA, Julia. **No princípio era o amor: psicanálise e fé**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

KUNDERA, Milan. **A vida está em outro lugar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LACAN, Jacques. O aturdito. In: \_\_\_\_\_. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 448-497.

\_\_\_\_\_. **O seminário: livro 5: as formações do inconsciente (1957-1958)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. Texto e autoria. In: ORLANDI, Eni; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (org.). **Introdução às Ciências da Linguagem: Discurso e textualidade**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2010. p. 81-103.

**LANGAGES:** Recherches sémantiques, sous la direction de Tzvetan Todorov, n. 1, p. 3-4, 1966.

**LE JOUEUR d'Echecs**. Direção: Raymond Bernard. Produção: La Société des Films Historiques. Paris : 1927. [Version restaurée et teintée à partir du négatif nitrate original].

LÉON, Jacqueline. « historiographie du structuralisme généralisé : Etude comparative ». **Les dossiers de HEL** [supplément électronique à la revue *Histoire Epistémologie Langage*], Paris, SHESL, n. 3, p. 1-23, 2013. Disponível em : <<http://htl.linguist.univ-paris-diderot.fr/num3/leon.pdf>>. Acesso em 24 nov. 2015.

MACKSEY, Richard ; DONATO, Eugenio (Org.). **A controvérsia estruturalista**: as linguagens da crítica e as ciências do homem. São Paulo: Cultrix, 1986.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**: (Re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2003.

\_\_\_\_\_. Elementos para uma história da análise do discurso na França. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 2010. p. 9-22.

MARANDIN, Jean-Marie. Problèmes d'analyse du discours. Essai de description du discours français sur la Chine. **Langages**, Paris, n. 55, p. 17-88, 1979.

MARIANI, Bethania. Políticas de colonização linguística. **Letras**, n. 27, p. 73-82, 2003.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAZIÈRE, Francine. **A análise do discurso**: história e práticas. São Paulo: Parábola, 2007.

MILÁN-RAMOS, José Guillermo; BALDINI, Lauro José Siqueira. Algumas notas sobre o significante, o acontecimento e a singularidade. **Caderno de estudos linguísticos**: a singularidade como questão, Campinas, v. 38, p. 60-70, 2000.

MILNER, Jean-Claude. **El periplo estructural** : figuras y paradigma. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

\_\_\_\_\_. Le Bonheur par la symetrie. **Cahiers de critique littéraire et de sciences humaines**, n. 5, p. 53-56, 1978.

\_\_\_\_\_. **O amor da língua**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

\_\_\_\_\_. **Os nomes indistintos**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2006.

MONTAG, Warren. “The soul is the prison of the body”: Althusser and Foucault, 1970-1975. **Yale French studies**: Depositions: Althusser, Balibar, Macherey, and the Labor of Reading, n. 88, p. 53-77, 1995.

MOUNIN, Georges (dir.). **Dictionnaire de la linguistique**. Paris : Presses Universitaires de France, 1974.

NORMAND, Claudine. Filosofia dos linguistas e teoria do sujeito. In: NORMAND, Claudine. **Convite à Linguística**. São Paulo: Contexto, 2012a. p. 125-134.

\_\_\_\_\_. Interior/exterior: função de uma metáfora. NORMAND, Claudine. **Convite à Linguística**. São Paulo: Contexto, 2012b. p. 135-152.

\_\_\_\_\_. Metáfora e conceito: Saussure/Freud: sobre alguns problemas do discurso teórico. In: \_\_\_\_\_. **Convite à linguística**. São Paulo: Contexto, 2012c. p. 47-80.

\_\_\_\_\_. O *Curso de Linguística Geral*, metáforas e metalinguagem. In: \_\_\_\_\_. **Convite à linguística**. São Paulo: Contexto, 2012d. p. 81-96.

NUNES, José Horta. Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas. **Letras**, n. 37, p. 107-124, 2008.

ORLANDI, Eni. A análise de discurso e seus entre-meios: notas a sua história no Brasil. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 42, p. 21-40, 2002.

\_\_\_\_\_. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. 2003. Disponível em: <<http://anaisdosead.com.br/1SEAD/Conferencias/EniOrlandi.pdf>>. Acesso em 31 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Análise de discurso: conversa com Eni Orlandi. **Teias**: Rio de Janeiro, n. 13-14, p. 1-7, 2006.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **História das ideias linguísticas**: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas/Cáceres: Pontes/Unemat, 2001. p. 7-20.

\_\_\_\_\_. Claude Lévi-Strauss, Michel Pêcheux e o estruturalismo. **ComCiência** [online], Campinas, n. 108, p. 1-3, 2009. Disponível em: <<http://comciencia.scielo.br/pdf/cci/n108/a11n108.pdf>>. Acesso em 31 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **Discurso e leitura**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 1988.

\_\_\_\_\_. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2005.

\_\_\_\_\_. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. 2. ed. Campinas: Pontes, 2012.

\_\_\_\_\_. Segmentar ou recortar? **Linguística**: questões e controvérsias, Uberaba, n. 10, p. 9-26, 1984.

\_\_\_\_\_. Vão surgindo sentidos. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional.** Campinas: Pontes, 1993. p. 11-26.

ORLANDI, Eni; GUIMARÃES, Eduardo. Apresentação. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_ (Org.). **Institucionalização dos estudos da linguagem: a disciplinarização das ideias linguísticas.** Campinas: Pontes, 2002. p. 7-9.

ORWELL, George. **Animal Farm: a Fairy Story.** 87 ed. London: Longman Malaysia, 1995.

PAVEL, Thomas. **A miragem linguística: ensaio sobre a modernização intelectual.** Campinas: Pontes, 1990.

PEREIRA DE CASTRO, Maria Fausta. Explorando a hipótese saussuriana sobre esquecimento na língua e na literatura [no prelo]. In: BALDINI, Lauro; SOUZA, Lucília Abrão de. A palavra de Saussure (título provisório).

\_\_\_\_\_. Saussure e o necessário esquecimento da fala infantil: uma leitura para a aquisição de linguagem. **Caderno de Estudos Linguísticos**, v. 1, n. 52, p. 91-102, 2010.

PEREIRA DE CASTRO, Maria Fausta; BEHARES, Luis. Apresentação. **Caderno de Estudos Linguísticos**, v. 1, n. 52, p. 7-9, 2010.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. Pós-estruturalismo e desconstrução nas Américas. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Do positivismo à desconstrução: ideias francesas na América.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004. p. 213-236.

POTTIER, Bernard. **Le Langage.** Paris: Centre d'Étude et de Promotion de la Lecture, 1973.

PUECH, Christian. L'émergence de la notion de « discours » en France et les destins du saussurisme. **Langages : Les genres de la parole**, v. 39, n. 159, p. 93-110, 2005.

\_\_\_\_\_. L'esprit de Saussure : reception et héritage (l'héritage linguistique saussurien : Paris contre Genève). **Les dossiers de HEL**, n. 3, 2013. Disponível em: <<http://htl.linguist.univ-paris-diderot.fr/num3/puech.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. Pour une histoire de la linguistique dans l'histoire de la linguistique ? **Histoire Épistémologie Langage**, v. 28, n. 28-1, p. 9-24, 2006.

\_\_\_\_\_. Qu'est-ce que faire l'histoire du « récent » ? In : DURAND, J. ; HABERT, B. ; LAKS, B. (Org.). **Congrès Mondial de Linguistique Française : Histoire, épistémologie, réflexivité.** Paris : Institut de Linguistique Française, 2008. p. 1093-1102.

REY, Alain. Valor e limite de uma semântica lexical. In: KRISTEVA, Julia; REY-DEBOVE, Josette; UMIKER, Donna. **Ensaio de semiologia**: volume 1: problemas gerais, linguística, cinésica. Rio de Janeiro: Eldorado, [1971]. p. 150-163.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

RICOEUR, Paul. **A metáfora viva**. São Paulo: Loyola, 2000.

ROUDINESCO, Elisabeth. Marr, Staline et Polivanov: deux maîtres pour un manchot. In : GADET, Françoise ; GAYMAN, Jean-Marc ; MIGNOT, Yvan ; ROUDINESCO, Elisabeth. **Les maîtres de la langue** : avec des textes de Marr, Staline, Polivanov. Paris : François Maspero/ Action Poétique, 1979. p. 9-26.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**: organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye com a colaboração de Albert Riedlinger. São Paulo: Cultrix, 2006.

\_\_\_\_\_. **Cours de Linguistique Générale**. Ed. Crítica de Rudolf Engler. Wiesbaden: Harrassowitz, 1989.

\_\_\_\_\_. **Cours de linguistique générale**: publié par Charles Bailly et Albert Séchehaye avec la collaboration de Albert Riedlinger. Ed. Crit. de Tullio de Mauro. Paris : Payot & Rivages, 1995.

\_\_\_\_\_. **Escritos de Linguística Geral**: organizados e editados por Simon Bouquet e Rudolf Engler. São Paulo: Cultrix, 2004.

\_\_\_\_\_. **Premier Cours de Linguistique Generale (1907)**: d'après les cahiers d'Albert Riedlinger. Oxford/New York/Seoul/Tokyo: Pergamon, 1996.

\_\_\_\_\_. **Deuxième Cours de Linguistique Generale (1908-1909)**: d'après les cahiers d'Albert Riedlinger et Charles Patois. Oxford/New York/Seoul/Tokyo: Pergamon, 1997.

\_\_\_\_\_. **Troisième Cours de Linguistique Generale (1910-1911)**: d'après les cahiers d'Emile Constantin. Oxford/New York/Seoul/Tokyo: Pergamon, 1993.

SÉRIOT, Patrick. **Structure et totalité** : les origines intellectuelles du structuralisme en Europe centrale et orientale. Paris : Presses Universitaires de France, 1999.

SOKAL, Alan ; BRICMONT, Jean. **Imposturas intelectuales**. Barcelona/Buenos Aires/México: Paidós, 1999.

TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

\_\_\_\_\_. Recherches sémantiques. **Langages** : recherches sémantiques, sous la direction de Tzvetan Todorov, n. 1, p. 5-43, 1966.

TURRA, Bruno Molina. **O discurso acadêmico e a formação do professor de língua estrangeira**: questões sobre o ensino, o sujeito e o impossível. 2011. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011.

WAHL, François. **Estruturalismo e filosofia**. São Paulo: Cultrix, 1970.

ZAOUI, Pierre. A filosofia francesa depois de maio de 68. 2013. Disponível em: <<http://www.cpfcultura.com.br/2013/07/29/a-filosofia-francesa-depois-de-maio-de-68-pierre-zaoui/>>. Acesso em 25 nov. 2015.